

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

**IVAN THOMAZ LEITE DE OLIVEIRA**

**DEFININDO ATITUDES: SINDICALISMO DE INTENÇÃO REVOLUCIONÁRIA E  
AS ESCOLAS MODERNAS DE SÃO PAULO (1900-1919)**

**MARÍLIA**

**2018**

IVAN THOMAZ LEITE DE OLIVEIRA

**DEFININDO ATITUDES: SINDICALISMO DE INTENÇÃO REVOLUCIONÁRIA E  
AS ESCOLAS MODERNAS DE SÃO PAULO (1900-1919)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Sueli Guadalupe de Lima Mendonça

**Marília**

**2018**

Oliveira, Ivan Thomaz Leite de.  
O48d Definindo atitudes: sindicalismo de intenção revolucionária e as escolas modernas de São Paulo (1900-1919) / Ivan Thomaz Leite de Oliveira. – Marília, 2018. 168 f. ; 30 cm.

Orientadora: Sueli Guadalupe de Lima Mendonça.  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.  
Bibliografia: f. 159-168

1

1. Anarquismo e anarquistas. 2. Sindicalismo. 3. Educação – São Paulo. 4. Movimento operário. I. Título.

CDD 370.12

IVAN THOMAZ LEITE DE OLIVEIRA

*DEFININDO ATITUDES: SINDICALISMO DE INTENÇÃO REVOLUCIONÁRIA E AS ESCOLAS MODERNAS DE SÃO PAULO (1900-1919).*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sueli Guadalupe de Lima Mendonça  
Instituição: Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP

2º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri  
Instituição: Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP

3º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro  
Instituição: Colégio Pedro II

Marília, 27 de julho de 2018

À todas e todos estudantes e trabalhadoras/es da UNESP reprimidas/os pelo regime disciplinar do estatuto da época da ditadura militar que essa instituição insiste em manter até hoje.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas e todos que de alguma forma, direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho, seja no âmbito pessoal e familiar, acadêmico ou político ao longo desses dois anos e meio de mestrado, que se somam a uma trajetória iniciada em 2010 na Unesp de Marília, tempo de grande aprendizado dentro e fora da universidade. Como de praxe, é impossível listar todas e todos que fizeram parte dessa história, de modo que peço desculpas de antemão aquelas pessoas que não cito nominalmente, e espero que se sintam tocadas pelo agradecimento de qualquer maneira.

Dentre as e os familiares presto um agradecimento especial a meus pais Ivan e Cleide, minha irmã Beatriz e meu tio Ivo, cujo apoio material e emocional foi fundamental para que eu chegasse nesse momento. Dentre as e os amigas/os, agradeço pelo apoio, contato, troca de ideias, angústias, anseios e experiências no cotidiano de Júlia Argento, Fernanda Lucchetti, Jean Marques, Guilherme Veppo, Dominyque Domingos, e Bismarc Pereira.

Agradeço à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo financiamento concedido que assegurou o desenvolvimento do trabalho de pesquisa apresentado. Agradeço à Sueli Guadalupe, minha orientadora, por tornar possível que uma pesquisa com o tema apresentado pudesse ser desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Ciências Sociais no campus de Marília. Agradeço ainda às contribuições de Leandro Galastri e Rogério de Castro, membros da banca de qualificação, para elaboração da versão final do trabalho. De modo especial agradeço aos servidores técnico-administrativos da Unesp Marília pelo empenho, mesmo diante das condições adversas impostas pela realidade das condições de trabalho na universidade, em fazer a educação pública funcionar e receber estudantes filhos da classe trabalhadora, como eu.

Dito isso, não poderia me furtar a prestar um agradecimento especial ao movimento estudantil e à Moradia estudantil da Unesp de Marília, onde vivenciei e aprendi as mais importantes lições. Sem a Moradia Estudantil e a solidariedade de suas/seus moradoras/es, eu teria me tornado mais um estudante que abandonou a pós-graduação por falta de políticas de permanência estudantil. Uma demanda silenciada que, junto de tantas outras, precisa ser atendida para que a universidade efetivamente avance na democratização do acesso e permanência das e dos de baixo. Nesse espírito, retomando a dedicatória, devo agradecer a todas e todos estudantes que lutaram para democratizar a universidade, especialmente aquelas/es que, assim como eu, foram reprimidos pelo regime disciplinar discente, que desde

a ditadura militar não foi alterado. Mais um dos absurdos tão normais que nos acostumamos a ver. Que a democracia deixe de ser boa só do portão para fora, nos discursos de quem decide os rumos da universidade e a alteração de sua estrutura de poder seja um meio e um fim para a sua verdadeira democratização.

No âmbito político, há uma infinidade de pessoas que me ensinaram muito. Entretanto devo um agradecimento profundo à Resistência Popular Estudantil – Marília, sua militância sincera deste o início do seu processo de construção até a sua consolidação e fundação. Dentre essas pessoas cito Priscila Vasconcelos, Maiara Terumi, Júlio César Rodrigues, Thais Linhares, Rafael Tavares e a todas e todos que sinceramente contribuíram em algum momento desta trajetória. Que o trabalho se perpetue e continue avançando na construção do poder popular no movimento estudantil. Da mesma forma agradeço militância da Organização Anarquista Socialismo Libertário e da Coordenação Anarquista Brasileira, empenhadas na construção do projeto de transformação social que alimenta os corações inquietos e sonhadores, tal como disse o Subcomandante Marcos sobre a liberdade ser como a manhã, alguns a esperam dormindo, porém alguns acordam e caminham na noite para alcançá-la.

*“Memória de um tempo onde lutar  
Por seu direito  
É um defeito que mata  
São tantas lutas inglórias  
São histórias que a história  
Qualquer dia contará  
De obscuros personagens  
As passagens, as coragens  
São sementes espalhadas nesse chão  
De Juvenais e de Raimundos  
Tantos Júlios de Santana  
Uma crença num enorme coração  
Dos humilhados e ofendidos  
Explorados e oprimidos  
Que tentaram encontrar a solução  
São cruces sem nomes, sem corpos, sem datas  
Memória de um tempo onde lutar  
Por seu direito  
É um defeito que mata  
E tantos são os homens por debaixo das  
manchetes  
São braços esquecidos que fizeram os heróis  
São forças, são suores que levantam as  
vedetes  
Do teatro de revistas, que é o país de todos  
nós  
São vozes que negaram liberdade concedida  
Pois ela é bem mais sangue  
Ela é bem mais vida  
São vidas que alimentam nosso fogo da  
esperança  
O grito da batalha  
Quem espera, nunca alcança  
Ê ê, quando o Sol nascer  
É que eu quero ver quem se lembrará  
Ê ê, quando amanhecer  
É que eu quero ver quem recordará  
Ê ê, não quero esquecer  
Essa legião que se entregou por um novo dia  
Ê ê, eu quero é cantar essa mão tão calejada  
Que nos deu tanta alegria  
E vamos à luta.”*

Gonzaguinha  
Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória (1981)

## RESUMO

A pesquisa apresentada questiona se, no movimento sindical nas duas primeiras décadas do século XX, no Brasil, havia posições estratégicas que influenciaram o grupo de militantes que coordenaram as escolas modernas na cidade de São Paulo? Partindo da bibliografia que sugere uma dissonância no grupo de diretores das escolas, trabalhamos com a hipótese de que os debates entre anarquistas partidários do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário no movimento operário reverberaram na atuação do grupo de militantes responsáveis pelas escolas modernas de São Paulo. Para buscar essa vinculação, é preciso delinear de maneira rigorosa a incidência do anarcossindicalismo no movimento operário brasileiro – majoritariamente sindicalista revolucionário - no período analisado e a integração das iniciativas no campo da educação a uma proposta mais ampla de transformação social construída na prática política do anarquismo organizacionista.

Com esses elementos buscaremos estabelecer um quadro social, econômico e político que situe o movimento operário no Brasil, dando enfoque a cidade de São Paulo e de modo superficial à cidade de Santos. Orientamos nossa pesquisa a esses lugares por sediarem as Escolas Modernas e os episódios mais relevantes para o desenvolvimento da hipótese de trabalho levantada que diz respeito influência dos embates estratégicos do movimento operário sobre a atuação do grupo de militantes e professores a frente das escolas, Florentino de Carvalho, João Penteadado e Adelino de Pinho. Nesse sentido, além da capital, a cidade de Santos e os elementos relativos a classe trabalhadora e ao movimento operário desta são importantes para a análise uma vez que Florentino de Carvalho atuou e manteve contato decisivo com as concepções e práticas do movimento operário e dos anarquistas santistas.

**Palavras-chave:** Anarquismo; Sindicalismo Revolucionário; Anarcossindicalismo; Escola Moderna

## ABSTRACT

The research presented questions whether there were strategic positions in the syndicalist movement in the first two decades of the twentieth century in Brazil that influenced the group of militants who coordinated the Escolas Modernas in the city of São Paulo. Starting from the bibliography that suggests a dissonance in the group of school directors, we work with the hypothesis that the debates between anarchists in favor of the finalism (anarcho-syndicalism) and of the revolutionary syndicalism in the labor movement reverberated in the action of the group of militants responsible for the Escolas Modernas of São Paulo. In order to seek this link, it is necessary to rigorously delineate the incidence of finalism (anarcho-syndicalism) in the Brazilian labor movement - predominantly revolutionary syndicalist - during the analyzed period and the integration of initiatives in the field of education with a broader proposal of social transformation built in the political practice of anarchism organizationist.

With these elements we will seek to establish a social, economic and political framework that places the labor movement in Brazil, focusing on the city of São Paulo and superficially on the city of Santos. We orient our research to these places by hosting the Escolas Modernas and the most relevant episodes for the development of the hypothesis of work raised that concerns the influence of the strategic struggles of the labor movement on the performance of the group of activists and teachers in front of the schools, Florentino de Carvalho, João Penteado and Adelino de Pinho. In this sense, besides the capital, the city of Santos and the elements related to the working class and the labor movement of this one are important for the analysis since Florentino de Carvalho worked and maintained decisive contact with the conceptions and practices of the labor movement and the anarchists from Santos.

**Key-words:** Anarchism; Syndicalism; Anarcho-Syndicalism; Modern School

## LISTA DE SIGLAS

ADS – Aliança da Democracia Socialista.  
AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores  
CGT – Confederação Geral do Trabalho  
COB – Confederação Operária Brasileira  
CORA – Confederação Operária Regional Argentina  
CNT – Confederação Nacional do Trabalho  
CGT – Confederação Geral do Trabalho  
DEOPS - Delegacia de Ordem Política e Social  
FAU – Federação Anarquista Uruguaia  
FOA – Federação Operária Argentina  
FOLS – Federação Operária Local de Santos  
FORA – Federação Operária Regional Argentina  
FORE - Federación Obrera Regional Española  
FOSP – Federação Operária de São Paulo  
FRE – Federação Regional Espanhola  
FTRE – Federação de Trabalhadores da Região Espanhola  
GCOM – Gran Círculo de Obreros México  
IWPA – Internacional Working People’s Association  
IWW – Internacional Workers of the World  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PLM – Partido Liberal Mexicano  
UGT – União Geral dos Trabalhadores  
UOCC – União dos Operários da Construção Civil

## SUMÁRIO

<i>Introdução</i> .....	p. 11
-------------------------	-------

### **Capítulo 1**

#### *Capitalismo, Trabalho e Luta de Classes na São Paulo da Primeira República*

1.1. Capitalismo Agrário e Industrialização: do agrarismo escravagista a burguesia cafeeira.....	p. 22
1.2. Industrialização e Urbanização.....	p. 26
1.3. A Relação Capital-trabalho e a Classe Trabalhadora.....	p. 32
1.4. Imigração, Trabalho e Mobilidade.....	p. 40

### **Capítulo 2**

#### *Movimento Operário, Anarquismo e Sindicalismo de Intenção Revolucionária*

2.1. Luta de Classes e Movimento Operário em São Paulo.....	p. 52
2.2. Repressão, Inimigos da Ordem, Indesejáveis e Conspiradores.....	p. 59
2.3. Anarquismo e Sindicalismo de Intenção Revolucionária: definindo conceitos.....	p. 66
2.4. FORA e a Educação Libertária.....	p. 75
2.5. Sindicalismo Revolucionário e Anarcossindicalismo no Brasil.....	p. 82
2.6. O debate entre Neno Vasco e João Crispim.....	p. 97

### **Capítulo 3**

#### *Educação e Sindicalismo de Intenção Revolucionária*

3.1. Anarquismo e Educação.....	p. 108
3.2. Comitê Pró-Escola Moderna.....	p. 119
3.3. Escola Moderna nº 1, Escola Moderna nº 2 e Escola Nova.....	p. 123
3.4. As Escolas e seus Diretores.....	p. 133

<i>Considerações Finais</i> .....	p. 154
-----------------------------------	--------

<i>Bibliografia</i> .....	p. 159
---------------------------	--------

<i>Fontes</i> .....	p. 167
---------------------	--------

<i>Arquivos Consultados</i> .....	p.167
-----------------------------------	-------

## Introdução

O presente trabalho se vincula a uma vertente teórica do campo das Ciências Sociais que se propõe a empreender uma abordagem materialista e dialética da realidade. Entretanto, uma das primeiras questões que se apresentaram a este pesquisador foi a possibilidade do desenvolvimento de tal abordagem desde uma perspectiva crítica a leitura consagrada nesse campo, majoritariamente representada pelo pensamento de Marx e Engels e pelas mais distintas correntes interpretativas na seara do marxismo. Tal posição de ponto de partida se fundamenta em grande medida nas implicações políticas dessas leituras predominantes no campo e no projeto político ideológico ao qual se vinculam. Longe de significar um rechaço absoluto, trata-se de adotar um referencial condizente com as perspectivas políticas as quais este pesquisador se vincula, qual seja, o anarquismo de massas, concepção organizacionista, socialista e libertária.

É nesse sentido que podemos começar a responder a pergunta fundamentando a orientação metodológica deste trabalho nas proposições de Mikhail Bakunin. De antemão é necessário pontuar a grande debilidade de leitura da obra do filósofo russo no Brasil. Problema que é apontado por Ferreira (2013, p. 2) como reflexo da dispersão das fontes primárias e da predominância de uma leitura que tendeu a ver o anarquista russo unicamente como agitador, apartado do filósofo e teórico do movimento operário, dificultando a apreensão da real contribuição teórica de Bakunin.

Entretanto, existe uma tentativa de reverter este quadro e retomar, ou mesmo descobrir a obra de Mikhail Bakunin. Um elemento comum que perpassa as análises recentes de sua obra é a preocupação metodológica de selecionar os textos que representam um método de análise, uma ideia de história e um arcabouço teórico correspondente a uma perspectiva ideológica anarquista. É preciso considerar que Bakunin, diferentemente de outros autores e militantes, se filiou muito tardiamente as fileiras do anarquismo, processo que ocorre ao final dos anos 1860, com o abandono de uma perspectiva republicana radical, implicada na prática política de Bakunin e do conjunto de militantes com o qual se organizava no Congresso da Paz e da Liberdade, rompendo com esta organização e aderindo a Associação Internacional dos Trabalhadores. Antes disso, Bakunin havia transitado por diversas perspectivas teóricas, sendo influenciado pelas ideias filosóficas (sua área de formação) de seu tempo desde Fichte,

passando por Hegel, colocando-se como um dos representantes do grupo conhecido como hegelianos de esquerda.<sup>1</sup>

Do ponto de vista do método de análise, Berthier (2014) aponta que o princípio que norteia a pesquisa nas obras de maturidade de Bakunin é o *materialismo científico* e o método que o orienta é experimental, dedutivo-indutivo. Esta posição é apresentada em mais de uma passagem nas obras identificadas com o período anarquista de Bakunin como podemos observar na defesa de uma ciência que “baseia sua argumentação na experiência, que utiliza igualmente o método dedutivo e o método indutivo, que verifica sem cessar suas hipóteses usando uma observação e uma análise mais rigorosa dos fatos” (BAKUNIN apud BERTHIER, 2014, p. 7).

Em outro texto de Bakunin, “*La Théologie Politique de Mazzini et l’Internationale* (1871), lemos: “Materialismo científico – análise – experiência – síntese”, o que liga claramente seu método de análise ao método experimental” (Bakunin apud Berthier, 2014, p. 8). Em sentido semelhante, a defesa do materialismo também aparece em *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo* (1867) e no já mencionado texto de 1868 *Comment Poser les Questions Révolutionnaires. La Science e le Peuple* amparando a ciência ao fundamento da experiência.

Em *Fédéralisme, Socialisme et Antithéologisme* (1867), ele defende uma ciência que: “tem por único fundamento a experiência. Nada do que não foi realmente analisado e confirmado pela experiência ou pela mais severa crítica pode ser aceito por ela”, uma ciência que procede “por analogia e por dedução, tomando cuidado para não dar nunca a essas sínteses um valor hipotético, até que elas sejam totalmente confirmadas pela mais severa análise experimental ou crítica.”

Em um outro texto de 1868, *Comment Poser les Questions Révolutionnaires. La Science e le Peuple*, ele defende uma ciência que, “baseia sua argumentação na experiência, que utiliza igualmente o método dedutivo e o método indutivo, que verifica sem cessar suas hipóteses usando uma observação e uma análise mais rigorosa dos fatos”. (BAKUNIN apud BERTHIER, 2014, p. 8)

Bakunin se insere na polarização idealismo-materialismo em prol do materialismo, defendendo a primazia dos fatos sobre as ideias. Rejeitando especialmente o idealismo de base teológica e metafísica, sustenta a necessidade de “buscar compreender a sociedade a

---

1 BERTHIER, Rene. Teoria Política e Método de Análise no Pensamento de Bakunin: entrevista a Felipe Correa. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2014. Disponível em: <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2014/11/renc3a9-berthier-teoria-polc3adtica-e-mc3a9todo-de-anc3a1lise-no-pensamento-de-bakunin.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2017.

partir de seus fundamentos materiais, do homem real, do ser vivo em sua totalidade, avançando para além das aparências” (Corrêa, 2014a p. 58). A perspectiva filosófica era, antes de mais nada, uma posição política, um embate que ultrapassava o debate de ideias e filiações a escolas filosóficas e se desdobrava em posições muito claras na prática política de seus formuladores e adeptos. Cumpre, então, destacar a definição oferecida por Bakunin ao materialismo adotado por ele:

Pelas palavras material e matéria, nós entendemos a totalidade, toda a escala dos seres reais, conhecidos e desconhecidos, desde os corpos orgânicos mais simples até a constituição e ao funcionamento do cérebro do maior gênio: os mais belos sentimentos, os maiores pensamentos, os feitos heroicos, os atos de devoção, tanto os deveres como os direitos, tanto o sacrifício como o egoísmo, [...] do mesmo modo que as manifestações da vida orgânica, as propriedades e as ações químicas, a eletricidade, a luz, o calor, a atração natural dos corpos, constituem aos nossos olhos tantas evoluções, sem dúvida, diferentes, mas não menos estritamente solidárias, desta totalidade de seres reais a que chamamos de matéria  
[...] Para se conservar, tanto o animal como o indivíduo devem comer, e, como espécie, devem se reproduzir. Eis a primeira base real da vida, comum a todas as espécies animais desde as mais inferiores, até ao homem. Todas as outras faculdades e paixões só podem se desenvolver com a condição destas duas necessidades primordiais estarem satisfeitas. Essa é a lei soberana da vida da qual nenhum ser vivo saberia subtrair-se.<sup>2</sup> (BAKUNIN, 2000, p. 117-118)

No trecho selecionado, fica subentendida uma concepção ontológica, que na obra de Bakunin articula os conceitos de trabalho e liberdade e se expressam em oposições dialéticas que “englobam e materializam suas categorias, indo do abstrato ao concreto e do lógico ao histórico, da unicidade à multiplicidade, começando pela dialética autoridade-liberdade e se materializando em oposições como natureza/sociedade e reação/revolução”. (FERREIRA, 2013, p.7) Dentro deste quadro teórico de referência o trabalho aparece como dimensão ontológica que é condição primordial para a liberdade, pois é o elemento que realiza a mediação para a passagem do instinto para a vontade consciente e racionalmente dirigida.

O homem é, instintiva e fatalmente, um ser social, e nasce na sociedade assim como a formiga, a abelha, o castor (il.). Há nele, como há em seus irmãos inferiores, ou seja, como em todos os animais selvagens, uma lei inerente de solidariedade natural que faz com que as tribos mais primitivas fiquem juntas e se ajudem entre si, e se governem por uma espécie de lei natural. O homem só tem um traço que o distingue dos outros animais, mas é um traço imenso, infinito, é a razão, é essa potência de sair dos limites

---

2 BAKUNIN, M. “Réponse d’un International à Mazzini (La Théologie Politique de Mazzini et l’Internationale)”. In: Oeuvres Complètes, IHS de Amsterdã, 2000, p. 117-118.

estreitos do mundo que o envolve, de si mesmo, e abraçar, imaginar e conceber o Universal. É a única razão pela qual o homem não pode ficar em seu estado primitivo, selvagem, e, pela consciência sucessiva de si mesmo, pelo desenvolvimento progressivo de sua inteligência, ele cria para si uma segunda natureza, a humanidade, a liberdade. É a única causa pela qual seu instinto de solidariedade natural se transforma em consciência e esta, por sua vez, cria a justiça. É por isto que o labor instintivo, rotineiro e monótono do animal transforma-se, para ele, em trabalho triunfante e conquistador do mundo. É, enfim, unicamente por isto, que, transformando, por uma sucessão de imensas evoluções e revoluções históricas, a sociedade humana natural em sociedade organizada segundo a inteligência, a justiça e o direito, ele criou sua liberdade. Não se trata, pois, de diminuir a liberdade, é preciso, ao contrário, aumentá-la sempre e sempre, pois, quanto maior a liberdade de todos os homens que compõem a sociedade, mais esta sociedade é humana.

[...] A mesma lei de solidariedade encontra-se no trabalho. Ela se chama associação e divisão do trabalho. A grande, a maior missão do homem, depois da liberdade, e condição fundamental desta, seu mais belo triunfo, sua felicidade e sua honra, ao mesmo tempo, seu único título de nobreza, é conquistar o mundo exterior, transformando-o, criando-o, por assim dizer, uma segunda vez, através do trabalho. Através do trabalho, o homem torna-se criador. E aí está, novamente, uma diferença enorme, um dos abismos que nos separam dos teólogos: eles amaldiçoam, eles desprezam o trabalho, vendo-o como um símbolo da decadência humana. Nós, ao contrário, bendizemos o trabalho e o reverenciamos acima de tudo, só não acima da liberdade, apesar de o primeiro ser a condição essencial da segunda, pois vemos no trabalho a base única de moralidade, da dignidade e da liberdade do homem (BAKUNIN apud FERREIRA; TONIATTI, p. 87-89)

Isso implica em alguns desdobramentos teóricos, como a determinação das classes sociais através de seu desenvolvimento histórico e não do desenvolvimento lógico de sua colocação no modo de produção. Partindo da relação capital-trabalho, a definição de classes apresentada por Bakunin é mais ampla, pois compreende elementos de dominação que colocam a burguesia e a nobreza em um mesmo conjunto de classes dominantes e os trabalhadores do campo e da cidade no conjunto das classes dominadas. A exploração do trabalho torna-se o critério primordial para esta definição, e não a identificação de determinada classe com um modo de produção determinado considerado inferior nas etapas de desenvolvimento das forças produtivas. É nesse aspecto que reside a crítica de Bakunin ao determinismo do socialismo alemão, ainda que sua leitura sustente a predominância do fato econômico, esta é considerada sob um ponto de vista relativo diante das demais esferas da realidade (FERREIRA, 2010, p. 18). Este debate abre o campo para as divergências entre o materialismo científico formulado por Bakunin e o materialismo dos socialistas alemães. O contexto histórico de adesão de Bakunin a AIT, as posições sobre a Guerra Franco-Prussiana e

a Comuna de Paris são fundamentais para o agravamento das divergências filosóficas, teóricas e políticas no conjunto do movimento operário.

Não é tal a opinião da escola doutrinária dos socialistas, ou melhor dos comunistas autoritários da Alemanha, escola fundada pouco antes de 1848 e que prestou, temos que reconhecer, serviços eminentes a causa do proletariado (...) É uma escola perfeitamente respeitável, o que não a impede de (...) sobretudo de ter tomado por base de suas teorias um princípio profundamente certo quando se o considera em sua verdadeira luz, desde um ponto de vista relativo; mas que encarado e considerado como o único fundamento e todo o fundamento de todos os demais princípios, como faz esta escola, resulta completamente falso. (...) Tal princípio é absolutamente oposto ao princípio reconhecido pelos idealistas de todas as escolas. Enquanto que estes últimos derivam todos os fatos da história compreendidos o desenvolvimento dos interesses materiais e das diferentes fases de organização econômica da sociedade, do desenvolvimento das ideias, os comunistas alemães, ao contrário, não querem ver em toda a história humana, nas manifestações mais ideais da vida, tanto coletiva quanto individual, da humanidade, em todos os seus desenvolvimentos intelectuais e morais, religiosos, metafísicos, científicos, artísticos, políticos, jurídicos e sociais que se produziram no passado e que continuam produzindo-se no presente, nada mais que reflexos os contragolpes necessários dos fatos econômicos. (BAKUNIN apud FERREIRA; TONIATTI, 2014, p. 251-256)

Para Bakunin a esfera econômica determina em maior ou em menor grau a realidade, sempre preponderando sobre as demais esferas. Entretanto essa preponderância é relativizada atribuindo às demais esferas política, jurídica, cultural, ideológica um papel de importância mais ou menos determinada. Berthier (2014, p. 13-14) chama a atenção para a necessidade de evitar confusões entre os conceitos determinação e determinismo. No que tange as ciências humanas determinismos são nocivos e possivelmente danosos porque pressupõem um determinado desenrolar inexorável dos acontecimentos que é incompatível com a complexidade da realidade social. Dentro desta chave de análise, compreender a totalidade dos fenômenos demandaria, segundo Bakunin, o conhecimento de todos os fatores que influenciam e podem determinar um fenômeno e a forma como este se ocorre, o que é efetivamente impossível para qualquer filosofia ou ciência que se proponha a esta tarefa de Sísifo.

A preocupação de Bakunin não se restringia a esfera econômica, tomando-a como única esfera onde se encontrariam os fatos materiais. Não há, pois, uma “matéria” da história, encontrada na análise econômica. Trata-se de uma confusão acerca da concepção materialista

da história que, efetivamente, atem-se a “reter apenas as causas reais da evolução histórica, excluindo as causas fictícias; isso não exclui as causas políticas e ideológicas, desde que elas sejam causas reais” (BERTHIER, 2014, p. 14)

Outro elemento importante desta crítica, contida na formulação do materialismo científico de Bakunin, consiste na percepção de que o materialismo histórico, pautado no determinismo econômico já dava sinais de um fortalecimento do industrialismo e do nacionalismo, em uma perspectiva de fortalecimento do imperialismo germânico. Solapando o protagonismo social em prol da figura do Estado forte e centralizado, esta abordagem via a necessidade do Estado alemão desenvolver o capitalismo sobre os povos eslavos, sob a justificativa de sua classe social camponesa ser incompatível com o grau de desenvolvimento capitalista necessário ao desenvolvimento da revolução e a realização do socialismo. Nesse sentido, podemos concluir acerca da distinção entre as perspectivas de materialismo em debate:

*Para Bakunin, o estatismo representava a força que caracterizaria a evolução do próprio capitalismo. E mesmo teorias como o comunismo alemão, fortaleciam o Estado, e por isso, ele as considerava como parte do próprio fenômeno do estatismo, e em contradição com a anarquia, que seria a teoria e expressão da revolução social, que por definição era a negação do Estado.*

[...] Nesse sentido, o anarquismo e materialismo de Bakunin constituem outro tipo de análise da sociedade e da história, mantendo a crítica à exploração e dominação, mas sendo uma alternativa ao elitismo e estatismo, ao reconhecer o protagonismo social e a se propor a fazer uma ciência vista de baixo e de dentro dos antagonismos e conflitos sociais. Ao mesmo tempo, ao negar o idealismo e o determinismo econômico absoluto, apresenta outro instrumental para a análise política e sociológica. (FERREIRA, 2013, p. 15-16)

Cumpramos assinalar que, de acordo com o materialismo científico proposto por Bakunin, “[...] método de análise e teoria social têm de constituir um quadro de referência que não pode oferecer respostas de antemão, dadas a priori”. Dessa maneira, o “materialismo científico deve nortear [...] como quadro de referência, o início das investigações, ingressando em caráter de hipótese e podendo ser revisto” por meio da análise dos fenômenos sociais e de suas características e dinâmica próprias que podem confirmar ou refutar as hipóteses inicialmente levantadas, “algo que parece fundamental para que este arcabouço possa ajudar a compreender a realidade e não para que a realidade seja nele inadequada e forçosamente encaixada” (CORRÊA, 2014, p. 57-58.).

E é a partir do ferramental analítico oferecido por essa chave interpretativa que empreendemos debate crítico com a leitura hegemônica consubstanciada nas ideias de Marx e Engels, dialogando com a tradição marxista da historiografia inglesa, representada pela figura de Edward P. Thompson, que oferece elementos importantes para essa leitura e serve como elo teórico com as contribuições recentes no campo da Nova História do Trabalho. Cumpre destacar o conceito de formação e o seu significado analítico para a pesquisa histórica e a centralidade conferida ao processo ativo do fazer-se da classe, que fundamenta uma concepção que se coloca na contracorrente das interpretações marxistas das classes e da luta de classes. Abrindo margem para uma abordagem que, desde uma perspectiva da história vista de baixo, contraria uma tendência presente na bibliografia consagrada sobre o movimento operário e sindical brasileiro que tende a considerá-lo seriamente somente a partir de 1922 e reduzindo a complexidade do período anterior a fundação do PCB a um fenômeno confuso e sem maiores fundamentações implicações organizativas e políticas. Outro elemento importante possibilitado por essa abordagem é a atenção dispensada a grupos que são relegados pela historiografia tradicional em se tratando do tema de estudo. É o caso da presença de trabalhadores nacionais, negros e mulheres nas fileiras anarquistas e do movimento operário.

A construção de um olhar da história dos de baixo, implica, para nós, em ampliar o escopo dos debates para além de figuras de destaque, dentro de um quadro restrito do movimento operário e do anarquismo, que por si só já se tratava de um universo bastante reduzido. Sem escamotear a contribuição daqueles que protagonizaram debates públicos em defesa do finalismo anarquista (anarcossindicalismo)<sup>3</sup> ou do sindicalismo revolucionário, na imprensa operária ou nos espaços organizativos do movimento, é necessário perceber a incidência dessas proposições no movimento operário, em suas entidades, nos congressos, etc. Uma síntese dialética entre indivíduo e coletividade, entre local e global, em que lugares comuns da historiografia são suspensos e revistos sob uma perspectiva conceitual rigorosa possibilitando compreender um fenômeno que permanece fértil a análise, as concepções estratégicas de sindicalismo defendidas por anarquista nas duas primeiras décadas do século XX.

---

3 A distinção conceitual no campo do sindicalismo de intenção revolucionária será explorada no capítulo 2. Também apresentaremos a conceituação que utilizamos e consideramos mais adequada para designar a concepção finalista de sindicalismo conhecida a partir de 1919 como anarcossindicalismo. Para não incorrer em anacronismos utilizaremos o termo finalismo anarquista para designar os sindicatos que adotaram o comunismo anárquico como objetivo finalista.

Abrindo inúmeras possibilidades de desenvolvimento, o historiador inglês é elementar para a contribuição posterior de Marcel van der Linden e sua História Global do Trabalho, que apresenta como uma de suas propostas, a fértil ideia da transnacionalidade como ferramenta metodológica para o estudo do trabalho, da formação das classes sociais e da configuração da luta de classes em um período histórico que desafia os convencionalismos. Tratando dos temas desta vertente historiográfica, Van der Linden afirma que ela

[...] enfoca o estudo transnacional - e, na verdade, transcontinental – das relações de trabalho e dos movimentos sociais trabalhistas na acepção mais ampla do termo. Por “transcontinental” quero dizer o estudo que coloca todos os processos históricos num contexto mais amplo, por “menores”, em termos geográficos, que sejam esses processos – comparando-os com processos ocorridos em outros países, estudando as interações internacionais, ou usando uma combinação de ambos. O estudo das relações de trabalho abrange tanto o trabalho livre, quanto o não livre, e tanto o trabalho remunerado quanto o não remunerado. Os movimentos sociais de trabalhadores envolvem tanto organizações formais quanto as atividades informais. O estudo tanto das relações de trabalho quanto dos movimentos sociais exige ainda que uma atenção igualmente séria seja dedicada ao “outro lado” (empregadores, autoridades públicas). As relações de trabalho envolvem não apenas o trabalhador individual, mas também sua família, sempre que for o caso. As relações de gênero desempenham um papel importante, tanto dentro da família quanto nas relações de trabalho que envolvam membros da família individualmente. (VAN DER LINDEN, 2013, p. 14-15)

Nesse sentido abordaremos o fenômeno dos debates estratégicos entre sindicalistas revolucionários e finalistas (anarcossindicalistas) como fenômeno transnacional, tomando os debates ocorridos no Brasil, em consonância com debates irradiados do movimento operário argentino que apresenta a FORA (*Federación Obrera Regional Argentina*) como epicentro das disputas estratégicas mencionadas, mas que também sofreu influência dos rumos e encaminhamentos desse debate no movimento operário brasileiro.

É dentro desta seara renovada da pesquisa histórica que surgem contribuições significativas para o estudo do anarquismo enquanto ideologia de incidência global, abordagem que cada vez mais tem contribuído para a consolidação de leituras mais rigorosas, coerentes e cientificamente fundamentadas em pesquisa empírica e sistematização teórica. É o caso da contribuição de Michael Schmidt e Lucien van der Walt, a qual soma-se as produções teóricas de Felipe Correa. Este grupo de pesquisadores oferece uma estrutura conceitual e analítica que permite uma linguagem comum às abordagens do anarquismo ao longo da história, alargando o escopo dos fenômenos e da amplitude geográfica de análise e

restringindo o recorte temporal de sua existência, bem como precisando com maior rigor e clareza as experiências, grupos e individualidades que se filiam ao anarquismo.

Sua definição de anarquismo enquanto uma ideologia, um conjunto de valores e princípios de tipo doutrinário, que se materializa em uma prática política fundamentada em uma análise teórica e cientificamente orientada da realidade com vistas a produção de uma estratégia de transformação social e táticas que garantam seu implemento são fundamentais para o presente estudo. A ampla tradição anarquista, dentro desta perspectiva, engloba fenômenos, ideias, militantes, intelectuais e episódios nos cinco continentes ao longo dos últimos 150 anos.

Podemos citar como exemplo ainda o conceito de sindicalismo de intenção revolucionária mencionado acima. Trata-se de um conceito que busca expressar e abarcar dentro de um amplo conjunto as posições estratégicas, utilizadas e defendidas pela ampla tradição anarquista em sua atuação de massas, especificamente voltado ao movimento operário e à ação sindical. Dentro deste grupo, estão incluídos o sindicalismo revolucionário e o finalismo (anarcossindicalismo), ambos considerados como estratégias anarquistas.

Do ponto de vista do método de pesquisa, são utilizadas fontes bibliográficas e fontes primárias. A bibliografia refere-se ao contexto econômico, político, cultural e ideológico do Brasil, estabelecendo traços comuns com o contexto argentino que servem como estofos para a compreensão das leituras e posições apresentadas pelo movimento operário e pelos anarquistas. Posições que são fundamentadas em bibliografia e em fontes primárias, onde são analisados prioritariamente periódicos do movimento operário onde se travaram batalhas de ideias importantes sobre a temática da estratégia anarquista mais adequada para o movimento operário, como é o caso de *A Voz do Trabalhador*, órgão de propaganda da Confederação Operária Brasileira e periódicos em que o grupo de militantes responsável pelas Escolas Modernas de São Paulo mantinha algum contato ou contribuía com publicações, como é o caso de *A Vida*, *A Plebe*, *A Rebelião*, *A Revolta*, *A Lanterna*, *A Guerra Social*, *O Libertário* e *Germinal*.

A pesquisa apresentada questiona se, no movimento sindical nas duas primeiras décadas do século XX, no Brasil, havia posições estratégicas que influenciaram o grupo de militantes que coordenaram as escolas modernas na cidade de São Paulo? Partindo da bibliografia que sugere uma dissonância no grupo de diretores das escolas, trabalhamos com a hipótese de que os debates entre anarquistas partidários do finalismo (anarcossindicalismo) e

do sindicalismo revolucionário no movimento operário reverberaram na atuação do grupo de militantes responsáveis pelas Escolas Modernas de São Paulo. Para buscar essa vinculação, é preciso delinear de maneira rigorosa a incidência do finalismo no movimento operário brasileiro – majoritariamente sindicalista revolucionário - no período analisado e a integração das iniciativas no campo da educação a uma proposta mais ampla de transformação social construída na prática política do anarquismo organizacionista.

Para adentrar os debates estratégicos no seio do movimento operário na Primeira República, buscaremos estabelecer um breve quadro da estrutura econômica, política e social no Brasil, dando especial atenção ao estado e a cidade de São Paulo, precisando as proporções do movimento operário e desse setor da classe trabalhadora em relação ao conjunto da sociedade brasileira do período. Evitamos generalizar o caso de São Paulo para o restante do país, pois há elementos historiográficos suficientes para sustentar o aspecto desigual do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, considerando as regiões e os estados brasileiros, embora parte da bibliografia tome o desenvolvimento da região sudeste, sobretudo considerando Rio de Janeiro e São Paulo, como modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (PETERSEN, 1995, p. 132).

No plano econômico, apontaremos elementos relativos a industrialização observada desde meados do século XIX até o início do século XX. No estado de São Paulo esse processo esteve ligado a extensão e volume dos capitais financeiros concentrados na capital, provenientes dos rendimentos da burguesia cafeeira. A urbanização está diretamente relacionada ao processo de industrialização, contribuindo para a configuração territorial e social da desigualdade. Do ponto de vista das classes sociais, esse processo contribuiu com novos elementos para a formação da burguesia industrial e do nascente proletariado, que se refletiriam nas condições e nos termos que se estabeleceria a dinâmica da luta de classes na Primeira República.

A classe trabalhadora no geral, e o proletariado urbano em específico encontravam-se em uma posição política e social bastante precária. Apartados de qualquer possibilidade de participação e organização política, sem direitos sociais e mesmo os mais básicos direitos civis eram vetados aos trabalhadores. Em grande medida por fatores relativos ao desenvolvimento do capitalismo por uma via conservadora, mantendo a estrutura tradicional de classes vinculadas a propriedade de extensas porções de terra e uma economia voltada à exportação de produtos primários, norteadas por ideologias bastante reativas aos avanços

sociais, herdeira dos preconceitos escravagistas e complementada pela xenofobia amplamente estimulada pelo imperialismo que ditava a dinâmica global do capitalismo.

Com esses elementos buscaremos estabelecer um quadro social, econômico e político que situe o movimento operário no Brasil, dando enfoque ao estado e a cidade de São Paulo. Orientamos nossa pesquisa a esses lugares por sediarem as Escolas Modernas e os episódios mais relevantes para o desenvolvimento da hipótese de trabalho levantada que diz respeito influência dos embates estratégicos do movimento operário sobre a atuação do grupo de militantes e professores a frente das escolas, Florentino de Carvalho, João Penteado e Adelino de Pinho. Nesse sentido, além da capital, a cidade de Santos e os elementos relativos a classe trabalhadora e ao movimento operário desta são importantes para a análise, uma vez que Florentino de Carvalho atuou e manteve contato decisivo com as concepções e práticas do movimento operário e dos anarquistas santistas.

Essa análise, restrita geograficamente do ponto de vista do recorte, necessita de um auxílio metodológico complementar sem o qual não poderia pensar corretamente seu objeto. Trata-se da necessidade de uma abordagem transnacional do debate estratégico no campo sindical empreendido pelos anarquistas nos primeiros anos do século XX, tendo em vista que tanto as discussões estratégicas do movimento operário, como as posições defendidas pelos responsáveis pelas Escolas Modernas paulistas (para nos restringirmos aos elementos tratados nesta pesquisa) fazem parte de debates que marcaram o movimento operário e o anarquismo latino americano no período analisado. Dessa maneira, buscaremos apresentar evidências que demonstrem essa relação por meio da ação de militantes, o contato entre grupos e os meios empregados para propagar determinadas concepções, independentemente de fronteiras.

Com esse quadro teórico de referência acreditamos ser possível investigar as possíveis dissonâncias (PERES, 2010, p. 115) presentes no grupo composto por Florentino de Carvalho, Adelino de Pinho, João Penteado e outros, responsáveis por algumas das Escolas Modernas impulsionadas por anarquistas na Primeira República em São Paulo.

## Capítulo 1

### *Capitalismo, Trabalho e Luta de Classes na São Paulo da Primeira República*

Seria impossível revisar a totalidade da extensa bibliografia sobre as temáticas tratadas ao longo do primeiro capítulo, trabalho que renderia uma dissertação completa. Selecionamos algumas referências consagradas, lendo-as de maneira crítica e incorporando os elementos de relevância, sem deixar de notar os problemas decorrentes do fato dessa bibliografia ser datada e limitada por seu contexto, bem como por algumas concepções teórico-metodológicas problemáticas. Dessa maneira, a contextualização histórica apresentada no capítulo, preza por uma leitura totalizante, ainda que limitada em seu aprofundamento.<sup>4</sup>

Buscaremos estabelecer um quadro do modo de produção capitalista em São Paulo, na conformação da luta de classes, a urbanização e sua relação com a desigualdade, a composição da força de trabalho “livre” assalariado, relacionando-a com a imigração e o processo de exclusão sistemática racialmente orientada. As cidades de São Paulo e Santos são importantes para a análise, pois sediaram a luta de entidades e militantes cujas posições são peças chave para o estudo das posições anarquistas quanto a atuação nos sindicatos, tendo relação direta com as Escolas Modernas da capital paulista. Além disso, apresentamos ao final do capítulo um balanço crítico acerca de problemas apresentados nos autores utilizados, em especial acerca do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária, preparando a leitura para o segundo capítulo.

#### **1.1. Capitalismo Agrário e Industrialização: do agrarismo escravagista a burguesia cafeeira**

O processo de industrialização brasileiro apresentou uma configuração de classes e interesses de classes contraditórios e conflituosos em pelo menos dois marcos. Dentro das

---

4 Peres (2010, p. 86-88) apresenta um levantamento bastante abrangente de obras que tratam das temáticas industrialização, formação da classe trabalhadora, movimento operário e ideologias de esquerda no Brasil; Petersen (1995) apresenta um levantamento e analisa as possibilidades de contribuição para a historiografia do movimento operário na história social. Análises sobre a mudança de paradigmas nesse campo podem ser encontrados em: BATALHA, Cláudio. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, v. 13, n. 23/24, p.87-104. Porto Alegre: 2006; COSTA, Emília Vioti da. *Estrutura Versus Experiência: novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*. 1989. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/159234/mod\\_resource/content/1/da%20Costa%20Estruturas%20vs%20Experiencia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/159234/mod_resource/content/1/da%20Costa%20Estruturas%20vs%20Experiencia.pdf) >. O leitor pode encontrar um trabalho cuidadoso de levantamento e análise da historiografia da imigração em São Paulo em: FAUSTO, Bóris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré / FAPESP, 1991.

classes dominantes, a burguesia agrária que despontou com o café se diferenciou dos tradicionais latifundiários, sobretudo por sua origem de classe. Homens com recente passado de comerciantes, negociantes, trabalhadores por conta própria prosperavam na cultura cafeeira e mesmo sendo latifundiários e buscando se afirmar social e economicamente, não partilhavam do “status senhorial” dos grandes proprietários de terra (FERNANDES, 1975, p. 121-122). Do ponto de vista da contradição antagônica entre trabalhadores e classes que se apropriaram do trabalho excedente no campo e na cidade se desdobra outra ordem contradições importantes para a consolidação do capitalismo e a industrialização.

Ao traçar as principais características da burguesia brasileira, com balanço bibliográfico meticuloso, Hardman e Leonardi (1982, p. 66-67) preocupam-se em considerar um aspecto metodológico da mais importante relevância, que diz respeito ao cuidado com a distribuição e importância do setor industrial e da burguesia relacionada a ele em cada estado brasileiro. Por conta da concentração de capitais a região sudeste foi a que apresentava maior porcentagem na produção industrial brasileira. Entre 1889 e 1919, São Paulo ultrapassou o Rio de Janeiro, representando 31,5% da produção industrial, contra 28,2% do estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal, 11,1% do Rio Grande do Sul, 6,8% de Pernambuco, 5,6% de Minas Gerais, 3,2% do Paraná, 2,8% da Bahia, 1,9% de Santa Catarina, 1,3% de toda a região Norte e 0,4% de Goiás e Mato Grosso juntos.

Sem ignorar as particularidades de cada país, é possível encontrar elementos convergentes no que diz respeito a América Latina, sobretudo por conta da influência do imperialismo britânico como principal financiador da industrialização em países como Brasil e Argentina. A formação do Estado nesses países remonta ao início do século XIX, com a transferência do poder político dos funcionários da coroa para os proprietários de terras e comerciantes, sacralizando o latifúndio e sujeitando o mercado interno aos bens de consumo britânicos. A marca econômica dessa formação é o desenvolvimento fragmentado das relações de produção capitalista, com fortes influências externas na etapa imperialista do capitalismo. A transição para o modo de produção capitalista nos países recém independentes ocorreu sob o jugo do capital financeiro internacional. Dessa maneira, combinando-se as relações e formas sociais pré-capitalistas com formas sociais capitalistas é que se desenvolveram os Estados-nação e o modo de produção capitalista latino americano. Havia “uma complementariedade básica nos núcleos dominantes do país entre o setor agrário e industriais, sob hegemonia da burguesia do café” (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p 94). O que, no entanto, não

significava uma plena convergência de seus interesses, e não eliminava

as diferenças sociais realmente existentes entre, de um lado, os fazendeiros de café e imigrantes empresários, e, de outro, os grandes proprietários rurais vinculados a ordem escravista. O poder do fazendeiro que acumulara capital graças à expansão cafeeira não vinha de seu “status senhorial”. Mesmo sendo latifundiário ele se transformara em homem de negócios e como tal tinha que afirmar, econômica e socialmente.

[...] Não se trata, porém, de constatar apenas tais diferenças entre o fazendeiro de café e a oligarquia rural tradicional, as quais existiam, sem dúvida; é preciso ir além e constatar que apesar delas nem os fazendeiros de café, nem a burguesia urbana ligada ao alto comércio, jamais estiveram a frente de um verdadeiro processo econômico de desenvolvimento capitalista autossustentado e autossuficiente. (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 93).

Além dessa “complementariedade básica” entre setores agrários tradicionais e a burguesia rural e urbana, havia ainda uma relação de proximidade e afinidade muito profunda destes setores com o capital estrangeiro e a burguesia imperialista, especialmente a britânica. Mesmo com a posição desvantajosa ocupada pelas classes dominantes brasileiras em relação ao capital internacional, nunca houve contradição antagônica entre esses setores. (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 95-97). Em outra direção, Oliveira (1985, p. 407) salientou que as contradições entre os setores dominantes são mais profundas e complexas do que se supõem. Segundo sua análise, a burguesia agrária, vinculada a cultura cafeeira converte-se em oligarquia antiburguesa ao reproduzir as mesmas relações de subordinação ao capital internacional dos latifundiários ligados a setor agroexportador brasileiro.

A Primeira República seria reflexo da conformação da burguesia agrária, que se gesta anteriormente ao processo de transição política mencionado. Para Oliveira (1985, p. 407-410) a formação dessa classe está vinculada ao momento em que ela se torna mediadora das relações entre capital e trabalho, além da transição do trabalho escravo ao trabalho “livre”. Entretanto, sua posição econômica e política pouco se alterou em relação as elites agrárias tradicionais que a antecederam a frente da dinâmica social brasileira. A subordinação ao financiamento externo criou uma relação em que a realização do valor da economia cafeeira representava juros a pagar, o que barrava o amplo desenvolvimento econômico deste setor e a produção de mercadorias de reprodução de valor interna. Dessa maneira, criou-se uma situação em que a economia agroexportadora e sua estrutura organizativa adotada pela burguesia agrária barrou o desenvolvimento industrial, pois o modelo agroexportador

demandava necessariamente negação dos demais setores. Em suma, a burguesia agrária que despontava reproduzia internamente as condições para sua subordinação externa, evidenciando o caráter conservador de suas ambições de classe e do papel que vislumbravam para si no capitalismo a nível global.

Diferentemente do que ocorreu com a formação e fortalecimento político, econômico e cultural das burguesias europeias que tiveram décadas, por vezes séculos de acúmulo histórico para sua consolidação e até o estabelecimento do novo inimigo de classe, a burguesia brasileira surge com esse contexto global, na qual a burguesia europeia encontrava-se consolidada e avançando para sua fase imperialista e o proletariado (de modo amplo, considerando um grande conjunto de trabalhadores do campo e da cidade) já experimentavam formas de organização e luta bastante avançadas. Portanto, a burguesia brasileira surge “espremida entre dois fogos: o imperialismo em expansão e o proletariado em formação”. (HARDMAN, LEONARDI, 1985, p.100).

Mesmo com essas contradições é da nascente burguesia agrária, com todos os limites impostos pela correlação de forças da luta de classes no país e da divisão social do trabalho no capitalismo global, que provém os recursos para o início da industrialização. Por mais que esse processo tenha assumido crítica importância a partir da década de 1930, durante a Primeira República é possível observar um desenvolvimento industrial que teve altos e baixos, contando com elementos conjunturais para um aumento ou redução de sua importância na pauta econômica brasileira. Um dos fatores que dificultou a industrialização no Brasil foi a falta de capitais que poderiam ser investidos no setor, como já mencionado anteriormente, parte significativa do valor produzido pela produção agrária estava comprometida com pagamento de juros de financiamento externo. O descompromisso do Estado com a industrialização na Primeira República, refletia sua vinculação a lógica agroexportadora para a realização de suas receitas e pagamentos de despesas e contribuía para um estado de coisas em que os investimentos na indústria tivessem origem, principalmente, em capitais individuais (OLIVEIRA, 1985, p. 412). Em uma mesma direção, Caio Prado Jr. afirma que a “[...] acumulação capitalista é, no Brasil, um fato individual restrito. Aqueles que têm capitais aplicados na indústria são unicamente indivíduos que lograram reunir fundos suficientes para se estabelecerem nela por conta própria e independentemente”. E no que tange a indústria brasileira, esses recursos são provenientes de pelo menos duas fontes. Uma delas, os excedentes da produção cafeeira que, a partir de 1907, passa a produzir

“larga margem de proveitos, graças a política de valorização, mas o seu plantio estava limitado e havia o perigo da decorrência de crise” por conta disso “muitos daqueles lucros foram aplicados na indústria que, efetivamente, depois de 1910, se desenvolve com rapidez”. Outra fonte de capitais para a expansão do setor industrial no período foi a acumulação de capital especulativo na bolsa, aproveitando-se da instabilidade cambial, também decorrente da política de defesa do café. Importante elemento para a aplicação desses recursos no setor industrial foi a ampla emissão de moeda fiduciária no contexto da I Guerra Mundial, acumuladas em “mãos privilegiadas, momentaneamente bem situadas” investindo na indústria. (PRADO JR., 1969, p. 260-261)

Pode-se incluir a essas fontes de financiamento, os lucros da indústria e do comércio em si, apropriados de forma individual e privada, tal como os investimentos. O perfil do industrial brasileiro é de indivíduos de origem modesta que se estabeleceram com capitais iniciais pequenos, alcançaram grandes lucros com seus empreendimentos em momentos favoráveis, reduziram gastos pessoais ao mínimo necessário para a subsistência e dessa maneira acumularam os fundos necessários para a expansão de suas empresas. Por conta dessa característica é que o estado e a cidade de São Paulo tornam-se centrais nesse processo, pois boa parte deste desenvolvimento diz respeito a constituição da burguesia paulista.

## **1.2. Industrialização e Urbanização**

A atividade industrial no estado de São Paulo está diretamente relacionada a mudança na força de trabalho empregada na lavoura cafeeira, a extinção do tráfico de pessoas escravizadas e à expansão urbana. Com a redução – e posterior escassez - do fluxo de pessoas escravizadas e o aumento significativo do seu preço, o trabalho nas unidades produtivas voltadas à exportação passaram a concentrar sua mão de obra para a produção dos gêneros ligados à exportação. Os itens de subsistência que outrora ocupavam a maior parte da força de trabalho escravizada são transferidos para trabalhadores submetidos a outras relações de trabalho. Contribuem para esse novo mercado as migrações internas de pessoas livres vindas do nordeste do país, da entrada de imigrantes, do avanço da divisão social do trabalho e da implementação de maquinário na cultura cafeeira, sobretudo na etapa do beneficiamento do café. Com o fim do sistema escravista e o grande volume de imigrantes que se deslocaram

para São Paulo, amplia-se o mercado de trabalho e consumo, e se fortalece uma disposição para converter poupanças em investimentos no setor comercial e industrial, por conta da dificuldade de acesso a propriedade da terra (FAUSTO, 1976, p. 15-16).

No que diz respeito a distribuição e características da indústria brasileira entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Pinheiro (1985, p. 142) chama a atenção para a grande quantidade de pequenas indústrias, de tipo artesanal ou manufatureiro empregando um pequeno número de operários, representando a grande maioria dos estabelecimentos. Entretanto, em termos de capital e número de operários empregados a absoluta minoria de estabelecimentos de grande porte e com uma divisão social do trabalho mais desenvolvida era muito mais representativa. Do ponto de vista da separação entre patrão e empregado, as grandes empresas possuíam uma divisão mais rígida e definida, ao passo que nas pequenas empresas essa relação era pouco matizada, fazendo com que os patrões fossem modelos de ascensão perseguidos pelos trabalhadores dessas unidades produtivas menores. A própria separação dos instrumentos de produção não se observa por completo, havendo relatos de trabalhadores que exercem suas atividades em fábricas e oficinas com suas próprias ferramentas. A mecanização é bastante restrita e se concentra na indústria têxtil. Isso se reflete, no setor têxtil, em um barateamento da força de trabalho, por meio da inserção do maquinário que permite a introdução do trabalho feminino e infantil (FAUSTO, 1976, p. 106-108).

Em 1901, havia um grande número de crianças de 9 a 11 anos trabalhando dia e noite em máquinas adaptadas para seu tamanho diminuto, até mesmo crianças de cinco anos eram empregadas nas fábricas de São Paulo. Metade dos operários empregados tinham menos de dezoito anos, sendo que destes menores 8% eram menores de quatorze anos. O trabalho feminino também era constatado em números altíssimos no período. Segundo o censo de 1919, cerca de 33,7% da ocupação operária no estado de São Paulo era preenchida por mulheres, a maior porcentagem no Brasil. A presença de menores também permanece, mas em uma porcentagem menor que duas décadas antes, dado que, segundo Pinheiro (1985, p. 146) é muito questionável. Esses fatores contribuíam para o rebaixamento da média salarial, uma vez que a lógica patriarcal do capitalismo distinguia o trabalho e a remuneração de acordo com o gênero, estima-se que em São Paulo, as mulheres recebiam 19% a menos que os homens, a menor disparidade constatada nos estados brasileiros. Além de agravar a insuficiência dos salários para atender a demanda dos trabalhadores e suas famílias, gerando a

necessidade de empregar toda a família operária, mesmo as crianças para conseguir obter o sustento. Nesse quadro, torna-se cada vez mais premente para a militância anarquista, especialmente as mulheres e seus grupos organizados a necessidade de uma educação capaz de elevar moralmente a condição da mulher, tanto para alterar as condições de trabalho quanto para uma experiência de luta e organização capaz de contribuir no processo de desenvolvimento da consciência de classe das mulheres trabalhadoras. Dessa maneira, o princípio da coeducação dos gêneros que orientava as Escolas Modernas é muito caro a esse projeto, como veremos mais a frente.

A redução do preço da força de trabalho está mais relacionado a composição da força de trabalho empregada do que a introdução da maquinaria. Este elemento sugere a presença de determinações materiais de ordem cultural/ideológica, uma vez que o sexismo subjacente ao capitalismo distinguindo o trabalho das mulheres e avaliando a sua remuneração de forma depreciativa cumpre um papel na estrutura econômica em questão. Surgem novas contradições a partir de relações que se aliam a exploração econômica e causam revoltas coletivas relativas ao comportamento de mestres e contramestres na objetificação sexual das mulheres e dos violentos castigos contra as crianças (PINHEIRO, 1985, p. 144-146.).

O setor de serviços (ferrovias e portos) também é particularmente importante, pois dele depende o funcionamento da economia agroexportadora, além de concentrar parcela significativa de trabalhadores. Em São Paulo, as greves do setor de transportes são predominantes até 1900, quando o setor secundário passa por um forte crescimento. Além disso, os portos cumpriam um importante papel de articulação do movimento operário internacional. O setor da construção civil também apresenta importância para a expansão da infraestrutura e por sua característica para a organização do movimento dos trabalhadores da categoria. Os empregadores, em sua maioria, pequenos empreiteiros, que recebiam ao final do cumprimento dos contratos, trabalhando com prazos definidos e tendo que arcar com os investimentos dispensados, poderiam perder os contratos ou falir caso ocorressem atrasos, o que ampliava o poder de barganha dos trabalhadores. Estes por sua vez, possuindo qualificação eram difíceis de serem substituídos, o que assegurava certa estabilidade, contribuindo para sua atividade organizativa (MARAM, 1979, p. 51-52).

Uma importante cidade no estado de São Paulo, tanto do ponto de vista das atividades econômicas desempenhadas, quanto pela luta e organização de sua classe trabalhadora é a cidade de Santos. Um dos principais meios de escoamento da produção da economia

agroexportadora, a cidade apresentava especificidades que levaram o sindicalismo e o movimento operário a lograr êxito e manter continuidade nas atividades reivindicativas com organização e combatividade. Sem grandes fábricas, as principais atividades desenvolvidas na cidade estavam ligadas ao porto, transportes e construção. Além disso, certa homogeneidade na classe trabalhadora decorrente dos postos de trabalho disponíveis, majoritariamente ocupada por homens adultos, e a baixa incidência de conflitos étnicos contribuiu para a coesão da classe e enraizamento de perspectivas combativas (MARAM, 1979, p. 129-130).

As cidades que se tornariam os principais centros industriais do país apresentavam um grau de urbanização pequeno antes das primeiras fábricas surgirem. Historicamente, as cidades antecederam as indústrias, porém, no caso brasileiro o capital financeiro já havia dominado a economia internacional e assumiu papel primordial nesse processo que observou uma inversão no Brasil, sendo que a industrialização não esperou a urbanização, mas constituíram-se enquanto processos concomitantes e desiguais no país. No caso de São Paulo, a concentração de capitais decorrente da produção cafeeira influenciou o início da expansão da cidade. Ao final do século XIX, cinco bancos nacionais e duas sucursais de bancos ingleses estavam instalados em naquele estado, somente um deles fora da capital. No mesmo período, verificou-se um aumento significativo da influência do capital industrial na morfologia da cidade.

No último quartel do século XIX, a população da cidade de São Paulo cresceu de forma acelerada: 23.243 habitantes em 1872; 44.030 em 1886; 64.934 em 1890; 192.409 em 1893. Nota-se que o crescimento no período de apenas 7 anos (1886-93) foi superior a 300%, ligado certamente ao impulso vertiginoso da imigração europeia, à abolição da escravatura e ao desenvolvimento das forças produtivas a partir da proclamação da República. Entre as melhorias urbanas já existentes em 1890, devem-se lembrar: iluminação pública a gás em substituição aos antigos lampiões de querosene (1872); instalação de serviço municipal de águas e esgotos (Cia Cantareira, 1877), nova e ampla penitenciária (1877); novo matadouro e novo mercado central (1887-1890), ampliação dos serviços da Santa Casa de Misericórdia e criação do Asilo de Mendicidade (1885), serviço de bondes com tração animal (1872); primeiros sistemas de loteamento, arruamento e construções (código de 1886), sistema ferroviário (desde 1867); calçamento de paralelepípedo de granito (ligado à produção das primeiras pedreiras, 1873). (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 167)

É nesse contexto que a indústria passa a exercer maior influência na vida

urbana. A fragilidade da burguesia ligada a produção industrial criou certa situação de isolamento desse setor produtivo o que se refletiu no processo de urbanização, provocando um movimento em que pequenos núcleos urbanos isolados se formavam no entorno de fábricas, formando assim as cidades. Esse isolamento revelava a incapacidade da burguesia industrial articular-se com outras regiões, superar as fragmentações e controlar seus mercados nacionalmente. No plano ideológico, isso evidencia a forte presença e influência de ideias avessas ao trabalho manual, considerado degradante pelas classes dominantes brasileiras, que viam a massa de trabalhadores como agitadores e marginais perigosos. “A burguesia brasileira e seu Estado, que não eram lá muito dados a suposições arriscadas, fizeram da repressão e da exclusão institucional sistemáticas as bases de sua 'política social'” (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 193).

Um elemento que marcava a regularidade de uma tendência das concentrações de unidades produtivas em determinadas cidades eram os bairros operários, localizados nos arredores das fábricas assegurando concentração geográfica da força de trabalho e um baixo tempo de deslocamento até as unidades produtivas. Do ponto de vista geográfico, isso se expressava na disposição da classe trabalhadora nas cidades. Os bairros operários, geralmente situados no entorno de fábricas abrigavam o proletariado fabril. O surgimento desses bairros esteve ligado a concentração de indústrias que seguia as instalações das ferrovias da São Paulo Railway, Sorocabana e Central do Brasil, que seguiam o curso natural dos rios Tamandateí e Tietê (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 175-177, 195). Na cidade de São Paulo, dentre os inúmeros bairros operários, encontram-se os bairros do Brás, da Moóca e do Belenzinho, que durante a década de 1910, abrigariam as Escolas Modernas nº 1 e nº 2, e a Escola Nova.

Se por um lado, entre as classes oprimidas, havia uma heterogeneidade em sua composição, por outro, a relação entre classes dominantes e dominadas evidenciava-se a luta de classes como elemento central claramente demarcado. A clara divisão de classes presente nos bairros operários e burgueses conferia algumas peculiaridades a essa dinâmica social. A disposição dos bairros era estrategicamente ruim para as classes dominantes porque encontravam-se cercadas pelos bairros operários da parte baixa do contorno da colina. A segregação social contribuía ainda para que os trabalhadores tivessem maior controle de seu espaço, desenvolvendo laços de solidariedade de classe. “Com efeito, havia uma possibilidade bem maior de controle – por parte do proletariado – do espaço urbano central, área que

concentrava o comércio, as finanças, a administração pública e o aparelho policial-militar”. Essa posição estrategicamente vantajosa mostrou seu potencial durante a greve geral de 1917 quando a cidade foi paralisada e tomada pelos trabalhadores (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 195.)

Os bairros operários ofereciam inúmeras outras vantagens como a possibilidade de articulação para a defesa de táticas de ação direta como greves, por exemplo, garantidas por meio de piquetes nas fábricas. Com bairros próximos às fábricas, era fácil chegar antes da chefia e impedir que a greve fosse furada. Além disso, os bairros operários também possuíam a capacidade de servir de esconderijo contra as perseguições políticas sofridas pelos operários.<sup>5</sup> Havia entretanto, toda sorte de habitações, e bairros destinados as diferentes camadas das classes oprimidas. Os mocambos e favelas encontravam nos cortiços de São Paulo correspondentes análogas como precárias habitações destinadas às classes populares, especialmente as camadas mais marginalizadas dos trabalhadores, com uma identidade e dinâmica interna próprias. Nesse sentido, podemos afirmar que a escolha de bairros operários como Brás, Moóca e Belenzinho para a instalação das Escolas Modernas não era mera coincidência.

Em Santos, o principal componente no processo de urbanização da cidade foi a instalação da Companhia das Docas de Santos ao final do século XIX, cujos efeitos alteraram de forma decisiva a fisionomia da cidade litorânea:

A companhia principiou por construir mais um cais de 4.726 metros de comprimento, por meio de um aterro ao longo do canal, com o que os vapores passaram a atracar diretamente na muralha do cais. Vinte grandes armazéns foram construídos, na mesma época, ligados a várias linhas férreas. Com isso, o número de vapores entrados triplicou entre 1889 e 1910, diminuindo o número de embarcações a vela. [...] Como o carregamento do café continuava sendo feito nas costas dos estivadores (formando-se longas filas de trabalhadores, com uma e até duas sacas de 60kg, entre os armazéns

---

5 Havia a época a ideia difundida de que a casa da família Soares- família de Primitivo Raimundo Soares (também conhecido pelo pseudônimo de Florentino de Carvalho), Angelina Soares, e outras e outros militantes reconhecidos do movimento operário, diretamente envolvidos nas Escolas Modernas – era ponto seguro para militantes perseguidos pela polícia. Prática que trouxeram de Santos para a casa da família no Brás. Esse é um exemplo interessante para ilustrar a solidariedade de classe entre trabalhadoras e trabalhadores da época e sua vinculação com a questão geográfica e dimensão da importância dos bairros operários. “A casa da família Soares tomou-se, desta forma, ponto de encontro de libertários onde ensaiava-se teatro, dava-se aulas de sociologia, de anarquismo, funcionando também como escola para crianças além de ter sido um abrigo seguro para companheiros fugidos das perseguições policiais. Rodrigues registra ter sido a residência dos Soares, em Santos, São Paulo. ou no Rio de Janeiro, uma forte célula libertária, a maior família tornada anarquista. Dona Paula Soares, sua madrastra, era bastante hospitaleira com anarquistas fugitivos, desempregados e companheiros sem moradias.” NASCIMENTO, Rogério. *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.p. 24

e os portões dos navios, [...] a concentração proletária em Santos era enorme. (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 188)

Mesmo com o surto industrial, Fausto (1976, p. 21-22) conclui que a base agrária exportadora sempre prevaleceu em questão representatividade na estrutura econômica brasileira, bem como a concentração da força de trabalho no setor. A dispersão dos imigrantes pelas fazendas, o forte assédio e o grau de isolamento desses locais de trabalho sob um controle quase que absoluto dos proprietários de terras dificultaram a existência e consolidação de movimentos significativos. Embora a estrutura agrária fosse predominante, foi no setor industrial e de serviços que os conflitos sociais encontraram campo mais fértil para se desenvolver e ceder lugar a propaganda das ideologias revolucionárias. Este foi um dos limites das possibilidades transformadoras dos movimentos sociais do período, uma vez que sua capacidade de influência se restringia a classe trabalhadora das cidades, reduzindo as condições de influenciar de maneira decisiva a luta classes pela pouca eficácia em atingir a fonte primordial de poder das classes dominantes: a propriedade da terra.

### **1.3. A Relação Capital-trabalho e a Classe Trabalhadora**

Antes de discutir as características do proletariado em São Paulo, nas duas primeiras décadas do século XX, é importante definir de maneira rigorosa o conceito de classe trabalhadora com o qual trabalhamos. Com isso, buscamos um ferramental analítico capaz de explicar a dinâmica das classes sociais observadas no contexto histórico abordado. As reflexões acerca do conceito de classe trabalhadora arroladas pelo historiador Marcel Van Der Linden<sup>6</sup> contribuem para a formação do quadro teórico de referência que buscaremos estabelecer nessa seção. Estabelecendo diálogo crítico com as proposições clássicas, o historiador partirá da compreensão de que o modo de produção capitalista se fundamenta na mercantilização da força de trabalho, dos meios de produção, das matérias-primas e do produto do trabalho. Entretanto, rejeita a ideia de que somente o trabalho “livre” assalariado é mercantilizado, o que implicaria a caracterização exclusiva deste segmento como classe

---

6 Os elementos conceituais apresentados nos próximos parágrafos estão fundamentados em: VAN DER LINDEN, Marcel. Globalizando a Historiografia das Classes Trabalhadoras e dos Movimentos Operários: Alguns pensamentos Preliminares. *Trajetos*. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. I, nº 2, 2002; \_\_\_\_\_. História do Trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009; \_\_\_\_\_. *Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

trabalhadora. Um dos motivos que pode ter mantido essa vinculação como um axioma evidente é a coerência de tal afirmação com a formação e desenvolvimento do capitalismo em determinados países do Atlântico Norte.

A questão central colocada pelo historiador se funda na cisão entre o *possuidor* e o *portador* da força de trabalho e a mercantilização dessa força de trabalho por uma via autônoma (relações de meação ou parceria, trabalho assalariado subcontratado) ou por uma via heterônoma (trabalho assalariado executado por escravos, trabalho escravo, trabalho assalariado infantil) No primeiro caso o portador da força de trabalho é também o seu possuidor, ao passo que na segunda o portador não é possuidor de sua força de trabalho. Com isso, o historiador defende que a relação na qual o trabalhador assalariado livre que vende apenas a sua força de trabalho é uma das formas de mercantilização da força de trabalho, mas não a única.

As caracterizações da sociedade de classes dividida entre capitalistas e proprietários de terras e uma classe subalterna composta por: assalariados livres (que possuem somente sua força de trabalho e a vendem); pequena burguesia (pequenos produtores e distribuidores de bens que agregam um pequeno número de trabalhadores); trabalhadores autônomos (que possuem sua força de trabalho e seus meios de produção (capitalista de si mesmo, seus meios de produção podem passar-se por capital, emprega a si mesmo como assalariado); escravos (que não possuem sua força de trabalho, nem suas ferramentas e são vendidos); e o lumpemproletariado (totalmente excluído do mercado de trabalho, tratado como resíduo social). Dessa caracterização extrai-se as seguintes tendências: a escravidão como anomalia do sistema burguês, possível em alguns locais pelo fato de não existir em outros; trabalhadores autônomos como embriões dos assalariados; tendência à proletarização da pequena burguesia; lumpemproletariado como classe perigosa, composta por vagabundos, criminosos e prostitutas.

Van Der Linden (2013, p. 36-39) questiona as premissas implícitas no modelo descrito acima, que, em linhas gerais são resumidas a cinco itens desdobrados a partir do ciclo força de trabalho → dinheiro → bens de consumo → força de trabalho. A primeira das premissas questionadas é a abstração contida na consideração de que o consumo dos bens comprados com o salário não envolva trabalho, o que é falso. Desconsiderando-se a compra e o preparo desses bens de consumo, um trabalho de subsistência e de cooperação (com ênfase aos apontamentos do movimento feminista ao papel da mulher na reprodução do capital).

A segunda questão apontada diz respeito a sugestão oferecida pelo diagrama de que a relação entre trabalhador e empregador é limitada a troca de dinheiro por força de trabalho, desconsiderando inúmeras formas de controle e mercantilização da força de trabalho e controle sobre o trabalhador por parte do patrão, por meio do oferecimento de alojamentos, obrigando os empregados a comprar bens vendidos pela empresa, ou mesmo ser uma relação entre membros de uma mesma família ou de uma mesma comunidade religiosa. O terceiro ponto em discussão é a premissa de que o trabalhador possui apenas uma única relação de trabalho, um único empregador num determinado momento. O que pode ser verdadeiro para artesãos e trabalhadores qualificados não é a realidade de parte significativa da população trabalhadora que vive de salários tanto no passado como nos dias atuais.

O quarto ponto apresentado salienta o enfoque dado pelo diagrama a relação de um único empregado e seu empregador. Desconsidera, assim, a existência de uma relação de trabalho na qual o trabalhador é contratado como parte de um grupo, frequentemente mediado por um subempreiteiro que reúne os trabalhadores em determinada localidade e os encaminha para determinado trabalho em outro lugar. Por fim, o ciclo do diagrama se quebra se os trabalhadores deixam de vender sua força de trabalho e param de trabalhar. Isso sugere que as greves são a única forma de ação coletiva possível e que são restritas ao segmento dos trabalhadores assalariados “livres”. No entanto, as ações de protesto, as táticas de luta e as pressões exercidas se sobrepõem dentro do conjunto da classe trabalhadora. “No passado, todos os tipos de trabalhadores subalternos faziam greve. (...) Inversamente, trabalhadores assalariados livres já usaram métodos de ação normalmente associados a outros grupos de trabalhadores subalternos como linchamentos, motins, incêndios criminosos, uso de bombas” (VAN DER LINDEN, 2010, p. 36-39).

É com esse balanço crítico do conceito de classe trabalhadora, que se propõem a seguinte conceituação:

A análise, até este ponto, indica que, na sociedade capitalista, as fronteiras entre trabalhadores assalariados “livres” e outros tipos de trabalhadores subalternos são, na verdade, vagas e finamente graduadas. Em primeiro lugar, existem amplas e complexas “áreas cinzentas”, repletas de graus intermediários entre trabalhadores assalariados “livres”, escravos, trabalhadores autônomos e lumpemproletários. Em segundo lugar, a quase totalidade dos trabalhadores subalternos pertence a famílias que praticam diversos modos de trabalho. Em terceiro lugar, os trabalhadores subalternos, *individualmente*, também podem acumular diferentes formas de trabalho tanto sincrônica, quanto diacronicamente. E, por fim, a distinção entre os

diferentes tipos de trabalhadores subalternos não é nítida.

Se pensamos com cuidado, encontramos implicações de longo alcance. Na realidade, existe na sociedade capitalista uma grande classe de pessoas cuja força de trabalho é mercantilizada de muitas formas *diferentes*. É por essa razão que me referi a essa classe como um todo como *trabalhadores subalternos*. Eles formam um grupo variado, que inclui escravos, meeiros, pequenos artesãos e assalariados. É a dinâmica histórica dessa “multidão” que, a meu ver, os historiadores do trabalho deveriam tentar entender.

Mas nesse caso, surge a questão de o que todos esses diferentes trabalhadores tem *em comum*. Qual seria a linha divisória, o *fundamentum divisionis* entre eles e a outra parte da sociedade, que detém mais poder? (VAN DER LINDEN, 2013, p. 40-41)

O que há de comum entre os distintos segmentos da classe trabalhadora é a mercantilização coagida de sua força de trabalho. Considerando esses elementos temos a seguinte definição do conceito de classe trabalhadora, cujos componentes são chamados de trabalhadores subalternos:

*Todo portador ou portadora de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida (ou alugada) a outra pessoa em condições de compulsão econômica ou não econômica, pertence à classe dos trabalhadores subalternos, independentemente de o portador ou portadora da força de trabalho vender ou alugar ele mesmo sua força de trabalho, e independentemente de o portador ou portadora possuir meios de produção.* (VAN DER LINDEN, 2013, p. 41, grifos do autor)

O quadro conceitual estabelecido contribui para o ordenamento das observações realizadas por pesquisadores da história do trabalho no Brasil e para a elaboração de hipóteses acerca dos movimentos da classe trabalhadora, como veremos. Hardman e Leonardi (1985, p. 109) sustentam que a formação do proletariado no Brasil não ocorreu em decorrência ou concomitantemente ao surgimento das fábricas, tal qual ocorrera na Europa. Entretanto, se considerarmos que:

Para Thompson, a lógica do capital, (mesmo entendido como relação social) não pode explicar o processo histórico real. Isso não significa, de maneira alguma, que para ele o processo histórico não tenha uma lógica. Muito pelo contrário, ele entende justamente que somente a lógica do processo pode explicar o desenvolvimento do capitalismo, o movimento do capital, a relação capitalista de produção, ou, no caso em pauta, especificamente, a constituição da grande indústria moderna e do proletariado.

A inversão da explicação pode ser sutil, mas me parece realmente radical. Segundo ela, não seria a industrialização que se teria imposto a capitalistas e trabalhadores, com a força de uma lei que regeria suas relações: a busca da

mais-valia relativa, como lei da acumulação do capital. Ao contrário, a industrialização seria o resultado de um processo histórico, único, pouco importando o fato de que, depois por sua importância e características, ele se tornaria um modelo universal. Para Thompson, a grande indústria moderna é um resultado (histórico) da luta de classes.

[...] Para Thompson, o autorreconhecimento dos trabalhadores como classe – que conduz a formação das organizações operárias e ao estabelecimento, por meio da luta de classes, de novas relações entre capitalistas e operários – encontra-se na base da grande indústria moderna. Assim, ao mesmo tempo em que submete a relação social ao processo histórico, ele apresenta a formação da classe operária como condição e não simplesmente resultado da industrialização. (SILVA, 2001, p. 63-64)

Ao sustentar que a formação da classe operária inglesa não era decorrente do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim de um processo dinâmico em que exerciam influência importante o encadeamento de fatores sociais, políticos e econômicos desde os cercamentos até a consolidação do sistema fabril e do capitalismo na Inglaterra, essa abordagem constata que a luta de classes é que assume papel central no processo. O desenvolvimento das forças produtivas também possui seu quinhão na formação da classe operária, mas também é determinada pela relação de classes que se consolidava. Importa reter do que Hardman e Leonardi (1985, p. 109) buscam salientar é que em um país marcado pela herança escravista e por uma abolição tardia, conviviam no espaço da fábrica tanto trabalhadores “livres” quanto escravos. Este fator, segundo os autores, dificultou ou atrasou a formação da classe trabalhadora enquanto classe.

Havia grande diversidade de combinações entre trabalho escravo e trabalho “livre” utilizadas nas fábricas brasileiras. “Escravos de ganho”, pagando parte de seus ganhos ao seu dono. Escravos “da nação” e das municipalidades, que tinham seus serviços regulamentados pelo governo. Após a abolição surgiria ainda a categoria “africanos livres”, sequestrados pelo Estado, forçados a trabalhar a terceiros sob o pretexto de produzir recursos para sua repatriação. Todas essas modalidades de trabalho eram aplicadas junto ou paralelamente ao trabalho “livre” assalariado. “Não houve evolução linear entre essas formas de trabalho, mas sim ruptura em 1888, após mais de 300 anos de exploração do trabalho escravo em nosso país” (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 109).

As primeiras categorias proletárias no Brasil eram formadas de ferroviários, operários da construção civil, estivadores, portuários, têxteis e gráficos, entre outras. A divisão de importância e volume de capital empregado entre setores da produção industrial possuía a seguinte configuração em 1889: têxtil (60%), alimentos (15%), produtos químicos e análogos

(10%), madeiras, vestuário e metalurgia somavam respectivamente 4%, 3,5% e 3%. Do ponto de vista da expressividade numérica da classe operária no período, constata-se sua dimensão deveras reduzida. Em 1889, o setor representava 0,4% da população de “cidadãos livres”, percentual que aumentaria para 1% até 1920. Embora, entre 1889 e 1920 tenha sido observado um crescimento relativo de mais de 100% (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 111).

Esta classe se encontrava apartada de praticamente qualquer direito político e social nas instituições sociedade capitalista republicana. Composta por analfabetos, estrangeiros, mulheres e crianças não havia liberdade sindical, o direito de livre associação não estava garantido, por mais que o Estado republicano tivesse que aceitar a presença dos sindicatos, mesmo sem reconhecê-los legalmente. Nesse sentido, a prática antecedeu a norma e foi a luta operária que assegurou o mínimo de direito de associação e melhorias pontuais nas condições de vida na primeira República. A luta concreta garantiu que a repressão do Estado contra os sindicatos e jornais operários se concentrasse nos períodos de ascenso do movimento. Entretanto a perseguição contra lideranças reconhecidas era constante, lançando mão de métodos como prisões, processos forjados e deportações (tanto para colônias penais, para os nacionais, como para fora do país, para estrangeiros, ou para trabalhos degradantes englobando ambos).

A vida operária era um misto de superexploração na fábrica, repressão policial nos momentos decisivos e controle social e ideológico nas ruas e na cidade. O proletariado era concebido pelas classes dominantes e pelo Estado como pura força de trabalho. A exploração econômica e a opressão política de classe atingiam não só os proletários – produtores diretos de mais valia – mas, de modo mais amplo, o conjunto das massas pobres do campo e das cidades brasileiras. Colonos, parceiros, camponeses, minifundiários, posseiros e tribos indígenas, constituíam uma ampla massa de despojados nas zonas rurais vítimas diretas da exploração latifundiária e expansão do capitalismo no campo. E, nas cidades, operários imigrantes, desempregados, ex-camponeses, artesãos, doentes, andarilhos, prostitutas, setores pauperizados da baixa classe média etc., formavam um grande exército de “deserdados da fortuna” que chegava a constituir cerca de 70% da população urbana. Esse conjunto heterogêneo das massas populares citadinas, característico de sociedades pré-industriais, como a Europa no período de transição para o capitalismo fabril, [...] estando na raiz de várias revoltas e insurreições de massa. (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 192)

No que diz respeito ao proletariado fabril, essa fragmentação que se verificava no

conjunto das classes dominadas brasileiras e certa indiferenciação entre elas era minorada por conta da concentração urbana desses operários nas cidades no entorno das fábricas, além das condições de pobreza urbana delineavam os traços da classe operária e de sua força social. A consolidação da República era expressão da consolidação do “Estado capitalista plenamente constituído”, alterando as relações trabalho predominantes, abolindo a escravidão, porém conservando fatores essenciais de dominação e exploração relacionadas a subordinação do trabalho ao capital, ao latifúndio como tipo modelo de propriedade da terra, e a exclusão sistemática da classe trabalhadora de qualquer possibilidade de organização e representação política. Mesmo nesse contexto o proletariado industrial fazia sentir sua presença enquanto força de trabalho ou enquanto força social e política por meio do movimento operário, que apresentava uma relevância maior do que as pobres forças produtivas poderiam levar a crer. Numericamente, ao longo dos anos - e considerados os grandes centros industriais como o Rio de Janeiro – o proletariado industrial tornou-se parte significativa da população. Em 1906, no Rio de Janeiro contavam-se 118.770 operários em um universo de 811.443 habitantes, ou seja, 15% da população (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 192-193).

Em São Paulo, a composição do proletariado está vinculada a forma com que a transição da força de trabalho escravizada para a força de trabalho “livre” foi executada. A incorporação de grandes massas de imigrantes e a baixa circulação de trabalhadores recém libertos da escravidão do campo para a cidade, observando-se um retorno destes trabalhadores a região nordeste, de onde vieram por conta dos deslocamentos forçados pelo tráfico interno. Esse deslocamento se justifica pela alta presença de imigrantes externos e seu preenchimento das melhores vagas ocupacionais. Observando a inserção dos trabalhadores até então submetidos a escravidão na composição da força de trabalho, percebe-se esse grupo assumiu de maneira geral postos de trabalho ligados ao setor terciário de mínima produtividade, o setor degradado de serviços, confinado a essas atividades sem possibilidade de incorporação no processo produtivo (FAUSTO, 1976, p. 23-27).

O trabalho feminino tinha um papel importante na época, como visto de forma breve anteriormente, pois era tratado sob a chave de leitura patriarcal da inferioridade da mulher, servindo como fundamento ao rebaixamento geral dos salários por meio da incorporação das trabalhadoras ao exército industrial de reserva. Por outro lado, a presença de imigrantes no conjunto da classe operária era incontestavelmente preponderante, sobretudo na região centro-

sul do país.<sup>7</sup> Apesar das dificuldades organizativas provocadas por essa característica de heterogeneidade nacional do movimento operário – problemas linguísticos para a propaganda operária, medo do desemprego etc – essa tendência não impossibilitou a solidariedade e o internacionalismo em momentos de ascenso do movimento operário.

No que diz respeito as condições de trabalho, podemos citar uma série de abusos contra os trabalhadores e trabalhadoras. Longas jornadas de trabalho eram constantes, mesmo com fortes lutas e reivindicações, e mesmo conquistas parciais por parte dos trabalhadores. Em 1907 ocorrera uma greve pela jornada de trabalho de 8 horas. As maiores jornadas de trabalho foram observadas na indústria têxtil, um dos setores com as piores condições de trabalho, jornadas de trabalho de 15 horas desvalorização do salário médio, fundamentado no argumento sexista do emprego da força de trabalho feminino e infantil, etc. Por outro lado, também se aumentava a produtividade, por meio da aceleração do ritmo do maquinário ou por

coação extraeconômica e violenta (castigos corporais, ameaças, dispensas do emprego, multas, rígida disciplina do trabalho, etc.). Neste aspecto, no Brasil, a autocracia do capital e do sistema de máquinas ganhava contornos extremamente primitivos e bárbaros, próprios de uma burguesia como a nossa, filha legítima do agrarismo escravagista, súdita menor da expansão imperialista dos monopólios.

Na grande indústria têxtil, violências sexuais contra as meninas e mulheres por parte de mestres e contramestres eram denunciadas rotineiramente na imprensa operária. As prepotências e agressões físicas dos chefes e mestres contra menores eram a norma também no caso da indústria de vidros, de pequeno e médio porte. (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 180)

As poucas disposições legais acerca das condições de trabalho do proletariado e a inobservância delas, tomando como exemplo as leis sanitárias – nunca implementadas nas indústrias – e as leis relativas ao trabalho infantil – também sumariamente ignoradas. A previdência social era algo inimaginável, aposentadoria, férias, pensão, descanso semanal remunerado, indenização por doenças e/ou acidentes de trabalho, fazendo com que o alto grau de exploração provocasse um alto índice de acidentes de trabalho, mutilações, contaminações, etc. O caráter nascente da indústria provocava grandes oscilações no emprego da força de trabalho que ora aumentava, ora diminuía, com proporcional redução salarial e aumento do desemprego. Essa instabilidade era constante e a rotatividade de trabalhadores e baixa sensível nos salários aumentava o lucro dos capitalistas.

---

7 Este é um importante aspecto para a reflexão que desenvolveremos na seção sobre imigração e trabalho na Primeira República e das narrativas que tenderam a apagar a presença dos nacionais pobres nesse contexto histórico.

Diante dessa condição de pauperismo e carestia generalizada, produzia-se um conjunto de despossuídos e desocupados, condenados a vagar pelas ruas, onde se via toda sorte de grupos sociais, antigos artesãos, prostitutas, ambulantes, músicos, mendigos. A história desses sujeitos, segundo Hardman e Leonardi (1985, p. 202) permaneceu nas sombras da História. Nesse sentido, a ampliação do quadro de referência da conformação da classe trabalhadora na Primeira República é uma possibilidade de desenvolvimento explorada por nova abordagens, que buscam identificar a presença dos nacionais na constituição do trabalho e da sociedade paulistana no período. Essa abordagem identifica tal problema historiográfico, questionando argumentos presentes na narrativa da história oficial que legitimam e justificam a exclusão social de determinados setores da classe trabalhadora.<sup>8</sup>

#### **1.4. Imigração, Trabalho e Mobilidade**

Quando discutimos a composição da força de trabalho assalariado “livre” em São Paulo, é necessário ter em mente a política racialmente orientada pelo Estado e burguesia para a ocupação dos postos de trabalho. A imigração subsidiada de imigrantes europeus é patrocinada pela burguesia cafeeira com a colaboração governamental, na implementação de uma agenda que tinha como objetivo o branqueamento de uma sociedade marcada por séculos de escravidão.<sup>9</sup> E o rearranjo imposto ao mundo do trabalho trazia as marcas dessa herança. O trabalho nas lavouras de café foi sendo substituído pela força de trabalho europeia, posteriormente os postos de trabalho na indústria foram preenchidos também por imigrantes europeus.

Nesse sentido, a opção pela força de trabalho estrangeira não pode ser explicada por diferenças culturais inatas ou pela qualificação técnica dos estrangeiros em relação aos nacionais, pois, no geral, possuíam características comuns. “Ambos haviam migrado de zonas rurais para as cidades, lá chegando com um baixo nível de qualificação para o trabalho urbano. Os imigrantes italianos, portugueses e espanhóis também eram considerados ignorantes, fatalísticos e retrógrados pelas elites de seus países” (MARAM, 1979, p. 14). Destacava-se, no entanto uma perspectiva fortemente racial, que considerava os trabalhadores brasileiros de ascendência negra como racial e culturalmente inferiores aos europeus.

---

8 Cf. SANTOS, Carlos José Ferreira. *Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e pobreza 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998.

9 Cf. SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 93, p. 175-203, 1995.

Essa configuração é particularmente válida para a região centro-sul do país, onde há farta documentação que atesta a presença estrangeira e a maioria deste grupo nos postos de trabalho relacionados a indústria. No caso do estado de São Paulo em 1895, os estrangeiros já representavam mais de 50% do total da população do estado, isso antes mesmo do ápice do fluxo migratório entre as décadas de 1910 e 1920 (SANTOS, 1998, p. 35; SINGER, 1987, p. 121). Em sua maioria italianos, portugueses e espanhóis na capital paulista, em outras cidades a configuração poderia assumir características próprias. Em Santos, a maioria da população também era estrangeira, mas predominavam espanhóis e portugueses. Segundo o senso municipal da cidade de Santos de 1913, os estrangeiros representavam 45% da população total. Na cidade o índice chegava a 54% da população masculina. Tendo em vista que a esmagadora maioria das ocupações portuárias e comerciais eram desempenhadas por homens, Maram (1978, p. 17) afirma que a maioria da força de trabalho era imigrante. O senso de 1920 apresenta dados semelhantes: 35,6% de população estrangeira, sendo que da população total 68% dos estrangeiros pertenciam ao grupo etário de 15 a 49 anos contra 48% de brasileiros.

No que diz respeito a indústria esses dados chamam ainda mais atenção. A identificação do imigrante europeu com um arauto da modernidade orientou a opinião pública e os projetos das autoridades e das classes dominantes brasileiras no estado e na cidade de São Paulo. Além disso, os estrangeiros que compunham as classes dominantes preferiam empregar trabalhadores de sua própria nacionalidade. Tais condições geraram um quadro altamente contrastante de marginalidade no que diz respeito aos “nacionais pobres”. Na indústria têxtil no ano de 1911 a presença estrangeira representava 73,49% dos trabalhadores desse setor produtivo na capital paulista, contra 18,06% de nacionais e 8,45% de nacionalidade ignorada (SANTOS, 1998, p. 49.). Em 1912, na cidade de Santos, segundo informações de um viajante reproduzidas no periódico *A Tribuna de Santos*, a maioria dos trabalhadores contratados pela Companhia das Docas de Santos era estrangeira. Esta empresa era a maior contratante da cidade e era responsável pela movimentação e armazenamento da carga, além da manutenção do porto (MARAM, 1979, p. 17).

O fato da presença de estrangeiros constituir um quadro predominante na composição do trabalho assalariado “livre” e possivelmente do movimento operário em São Paulo, não deve turvar as lentes do pesquisador a presença de nacionais, dentro e fora das fileiras do movimento operário. Dessa maneira, buscamos evitar dois equívocos historiográficos: o primeiro consiste em corroborar com uma perspectiva que tendeu a apagar a presença dos

nacionais pobres da formação brasileira durante a Primeira República: “os chamados negros, índios, mestiços, pretos, pardos, caboclos, caipiras, mulatos, nativos, brasileiros, os da terra.” (SANTOS, 1998, p. 15). E o segundo, mais recente, que coloca essa parcela da população brasileira completamente alijada dos movimentos populares da classe trabalhadora, do sindicalismo e das ideologias como o anarquismo.<sup>10</sup> Tendo isso em vista, é possível compreender a crítica ao mito historiográfico das ideologias revolucionárias como “plantas exóticas” no contexto brasileiro, formulada por Fausto (1976, p. 237). Dessa maneira, é preciso dissociar a análise teórica da narrativa utilizada pelo Estado e pela imprensa burguesa do período para legitimar a repressão policial e a ação criminosa de setores da sociedade civil contra trabalhadores e suas entidades, considerando as ideologias que questionavam a exploração capitalista como incompatíveis com a índole pacífica do trabalhador brasileiro.

A abordagem de Santos (1998) é significativa no sentido de chamar a atenção para a presença de nacionais pobres no mundo do trabalho e sua sistemática exclusão dos documentos e da historiografia oficial. Por meio de um método investigativo que confronta os documentos oficiais por meio de uma iconografia da vida pública, em especial relacionada ao trabalho na cidade de São Paulo, o autor aponta para o papel do racismo estrutural na consolidação da indústria na Primeira República. Rejeitando o mito historiográfico da qualificação dos imigrantes europeus, busca-se analisar a composição social da força de trabalho, em relação aos postos de trabalho ocupados por imigrantes e nacionais pobres. Isso não significa negar a predominância da força de trabalho estrangeira no setor industrial. Porém, evidencia a opção racialmente orientada pela teoria do branqueamento para a composição da força de trabalho “livre” assalariada.

Parte significativa da bibliografia considera que a pungente presença estrangeira foi fundamental para a propagação de ideologias contestatórias, em um contexto onde a classe predominou sobre o fator nacionalidade. Entretanto, a sensibilidade do trabalhador imigrante às ideologias revolucionárias deve ser relativizada, pelo menos no tocante ao período

---

10 Sobre exemplos da presença de nacionais no movimento operário e partidários da ideologia anarquista: Cf. SILVA, Adhemar Lourenço. *Escravidão, liberdade e cor nas sociedades de socorros mútuos* (Rio Grande do Sul, 1856-1914). In: *Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”*. 2. s/d. Disponível em: < <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos2/adhemarsilvaCompleto.pdf> > Acesso em: 27 abr 2017; RAMOS, Renato; SAMIS, Alexandre. *Domingos Passos: O “Bakunin Brasileiro”*. Faísca: 2009. Disponível em: < <https://we.riseup.net/assets/160404/domingos%20passos%2C%20o%20bakunin%20brasileiro.pdf> > Acesso em: 27 abr 2017; SAMIS, Alexandre. *Sindicalismo e Anarquismo no Brasil (1903-1934)*. 2013. Disponível em: < <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2013/01/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil.pdf> >

compreendido entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do seguinte. O envolvimento de trabalhadores estrangeiros com movimentos reivindicativos, atividade sindical e eventualmente com ideologias revolucionárias era muito circunscrito a uma pequena parcela de trabalhadores. A maior parte deles buscava manter distância segura das atividades políticas, pois viam sua permanência no país como transitória, uma estada restrita ao tempo necessário para arrecadar recursos financeiros para retornar ao seu país natal em uma posição social mais elevada. Por conta disso, não se interessavam muito pela questão social do Brasil, muitas vezes estando mais a par da situação de seus países de origem que do Brasil (MARAM, 1979, p. 33.). Dessa maneira, se adequavam a imagem criada pelas classes dominantes, do imigrante como sujeito trabalhador e esforçado, implicitamente, dócil e obediente.

Essa condição contrastava com a perspectiva dos trabalhadores nacionais. Os recém libertos da condição imposta pela escravidão, viam nesse movimento a libertação dos trabalhos forçados e sabiam que devido ao racismo existente mesmo suas economias e operosidade não seriam capazes de oferecer-lhes oportunidades. Para o estrangeiro o próprio meio parecia estimulá-los, recebidos como gente de confiança e dedicada a um projeto de crescimento pessoal. O trabalhador brasileiro estava condicionado ao fracasso, pelo menos do ponto de vista da sistemática exclusão que encontrava no mercado de trabalho (MARAM, 1979, p.15).

Conflitos étnicos entre estrangeiros e nacionais, ou entre nacionalidades estrangeiras ocorriam de forma pontual e por vezes foram habilmente manejadas pelo patronato e pelo Estado para a desarticulação do movimento operário, mobilizando nacionais ou setores de estrangeiros para furar greves, atravancar a organização sindical, e, posteriormente, criar uma posição pública favorável a repressão contra os estrangeiros indesejáveis. Em 1908, a eleição da direção da Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café no Rio de Janeiro acabou em tragédia após uma direção composta por estrangeiros ser eleita em um sindicato composto por maioria de trabalhadores nacionais. O Estado rapidamente instrumentalizou os conflitos imputando aos estrangeiros a responsabilidade pelo confronto que culminou na morte de um operário do sindicato (MARAM, 1979, p. 31). Conflitos como esse se concentraram no Rio de Janeiro por conta da composição heterogênea da classe trabalhadora. O mesmo não se observou na cidade de São Paulo, com um grupo de trabalhadores mais homogêneos, com representação majoritária de italianos (FAUSTO, 1976,

p. 25-26).

Havia ainda as disputas entre estrangeiros de diferentes nacionalidades, às quais Maram (1978, p. 31-32) chama especial atenção para as rivalidades entre italianos e portugueses, que há época representavam 2/3 dos imigrantes no Brasil. Criou-se um imaginário entre os operários proveniente da exploração das condições e oportunidades ocupacionais variáveis de acordo com a região que se analisa que os trabalhadores portugueses constituíam uma força de trabalho dócil, devido a prática de furar greves em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde a imigração portuguesa foi tardia e tinha dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Essa imagem é posta em cheque quando consideramos que a cidade de Santos era composta majoritariamente por imigrantes portugueses e espanhóis nas docas e na construção civil e a cidade foi expressão de luta e organização operária com continuidade e combatividade ao longo dos anos, característica que inspirou seu apelido: a Barcelona brasileira.

Outro fator relevante no contexto das duas primeiras décadas do século XX é complementar ao vultoso movimento migratório da Europa à América. A mobilidade dos sujeitos, imigrantes ou não, na própria região do continente, compreendendo Brasil, Argentina e Uruguai. A incorporação da classe trabalhadora a sociedade republicana permanecia marginal e incipiente, fator que contribuía para a grande instabilidade ocupacional e vulnerabilidade à repressão legal e extra legal. Aliada a outras motivações vinculadas a organização e propaganda do movimento operário, construção de congressos, campanhas de solidariedade e arrecadação de fundos, criava-se um quadro de alta mobilidade dos sujeitos sociais tanto no Brasil quanto em países como Argentina e Uruguai. Petersen (1995) chama atenção para essa possibilidade oferecendo reflexões que articulam um enfoque voltado a história do movimento operário com olhar regionalmente orientado, em uma proposta que objetiva romper com generalizações a partir de modelos que dizem respeito ao eixo Rio-São Paulo, mas que está atenta aos limites formais que representavam as fronteiras diante da mobilidade de trabalhadores e militantes no contexto da Primeira República. Sua ideia de produção de estudos regionais articulados, evidenciando “processos mais globais” não apela a uma homogeneização por meio da criação de uma identidade unitária, mas busca “descobrir vínculos múltiplos e perdidos que podem enriquecer o perfil de atores e processos sociais já tão descaracterizados na memória historiográfica”. Abordagem bastante adequada a discussão acerca do conceito e da incidência histórica do finalismo em São Paulo e no Brasil nas

primeiras décadas do século XX que buscamos desenvolver neste texto. Nesse quesito, consideramos pertinente o objetivo da autora e suas orientações no sentido de construir uma “perspectiva [que] enriqueceria substancialmente a compreensão de alguns processos ou circunstâncias, iluminando de modo distinto o que foi produzido e talvez contribuindo de alguma forma para entender as complicadas relações do particular com o geral, do regional com o nacional” (PETERSEN, 1995, p. 134) e ousamos dizer do regional com o transnacional, como o estudo acerca do finalismo no Brasil parece exigir.

A imigração da Europa à América, de fato, cumpriu um papel importantíssimo na formação da classe trabalhadora e na luta de classes no Brasil, como já está constatado por farta bibliografia. Porém, o fluxo migratório entre países do cone sul também contribuiu para o fortalecimento da classe trabalhadora em cada um desses países. É importante que se atente ao aspecto transnacional de determinados fenômenos relacionados a classe trabalhadora e seus movimentos de resistência. Observando o fluxo migratório e a circulação de ideias nos países da bacia do Rio da Prata, e a extensão dessa rede de circulação ao Brasil, mesmo supondo que o papel de nosso país nessas relações fosse mais modesto, por uma série de fatores, pode-se notar que a presença de nossos vizinho platinos é bastante tangível<sup>11</sup> Por circunstância do escopo da pesquisa, prestamos atenção a aproximação da *Federación Obrera Argentina* e da *Federación Obrera Regional Argentina* ao nascente movimento operário brasileiro nos congressos operários, a manifesta solidariedade dos trabalhadores de ambos os países em momentos de mobilização, a circulação de periódicos e as diversas tentativas de realização de um congresso continental entre o final do decênio de 1900 e o início de 1910. As tentativas de estreitar laços entre trabalhadores e seus movimentos nos países do cone sul estimularam o fortalecimento da classe e a experiência concreta com contextos táticos de luta semelhantes. Também forneceram redes de solidariedade contra a repressão que recaía sobre os militantes operários nesses países, estimulando a circulação desses sujeitos seja por conta de motivações organizativas, seja por conta de fugas ou deportações diante da ação persecutória do capital e do Estado.

A emigração de certos quadros dirigentes teve um papel qualitativo não desprezível na aglutinação dos primeiros núcleos organizados de militantes

---

11 Cf. RUGAI, Ricardo. *Um Partido Anarquista: uma história da FAU*. São Paulo: Ascaso, 2012; SANTOS, Kauan dos. *Paz Entre Nós Guerra aos Senhores: o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas Guerra Sociale e A Plebe na segunda década do século XX em São Paulo*. 178 f. Dissertação (Mestrado em História). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – UNIFESP, São Paulo: 2016.

na América Latina. A própria mobilidade geográfica incessante, devido aos refluxos e repressões, possibilitava contatos e troca de experiências entre militantes de vários países latino americanos. Na leitura da imprensa operária do período, salta aos olhos o papel desempenhado pelos jornais, através da intensa circulação e troca regular de periódicos, correspondência internacional, bibliotecas e notícias bibliográficas, traduções de obras, além das viagens constantes das lideranças compostas pelos eternos “*senza patria*”. Por exemplo, no jornal *O Amigo do Povo* (1902-1904, São Paulo), entre a correspondência e periódicos recebidos irregularmente pelos seus redatores, vindos do exterior destacavam-se notas referentes ao movimento operário latino americano (especialmente Argentina, seguida de Uruguai, Chile e notas esparsas de outros países). De Buenos Aires, escrevia para este jornal, algumas vezes, como correspondente, o anarquista italiano C. Marchetti: a violenta repressão aos operários portenhos, no Primeiro de Maio de 1904, por exemplo, é narrada com detalhes. Para essa mesma época, o historiador Boris Fausto levantou a existência de contatos diretos entre militantes portuários argentinos e brasileiros. (HARDMAN; LEONARDI, 1985, p. 235)

O ascenso da organização e das lutas operárias nos primeiros anos do século XX, marca um divisor de águas na narrativa do imigrante europeu como fator de progresso na sociedade brasileira. A aprovação da lei Adolfo Gordo em 1907 descortina a até então latente, figura do imigrante agitador, indesejável, considerado risco à ordem pública. As greves de 1912, em São Paulo e Santos, retomam a identificação do inimigo público, porém, um novo elemento é incorporado a narrativa das classes dominantes construída pela imprensa, a circulação compulsória entre países da América do Sul por conta das deportações são apontadas como a causa da desordem pública, conforme podemos observar no editorial do *Jornal do Comércio*, em que os articulistas sustentam que “a greve era injustificada, [e] havia sido fomentada por anarquistas deportados da Argentina” (MARAM, 1979, p. 131). A narrativa dos “anarquistas deportados da Argentina” que fomentavam os movimentos reivindicativos seria retomada em 1917 pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública, Eloy Chaves que tentava fragmentar e enfraquecer o movimento que se alastrava pelo país e tinha São Paulo como foco (MARAM, 1979, p. 134).

Nesse contexto, podemos constatar uma modulação na visão construída em torno do trabalhador estrangeiro. Se durante as últimas décadas do século XIX e primeiros anos do século XX o trabalhador europeu era identificado pela imprensa e por documentos oficiais como mais capaz de atender as demandas produtivas das classes dominantes, acentuando uma imagem depreciativa em relação aos trabalhadores nacionais e seus modos de vida, em meados da década de 1900, o trabalhador estrangeiro é incluído no imaginário propagado na

opinião pública e nas práticas repressivas do Estado e do capital contra o trabalho organizado (SANTOS, 1998, p. 43-46).

Nos anos 1970 e 1980, produziu-se um conjunto de estudos que corrigiram certos mitos historiográficos que envolviam a industrialização, a imigração, a composição da força de trabalho “livre” assalariado e a formação do proletariado no Brasil. O pioneirismo desses estudos permitiu que uma série de problemas produzidos e reproduzidos pela história oficial fossem aclarados e postos em perspectiva. Dentre eles, podemos citar o mito da qualificação dos trabalhadores estrangeiros, escolhidos para compor os postos de trabalho “livre” no campo e na cidade, parte de um discurso racialmente orientado das classes dominantes, que evidenciou-se falso diante do fato da imensa maioria de trabalhadores estrangeiros possuírem origens camponesas na Europa.

Rompia-se com uma visão linear, não conflituosa da substituição da força de trabalho escravizada pela força de trabalho “livre”, aprofundando a perspectiva da relação antagônica de classes sociais, e as contradições internas dentro de cada uma dessas partes. Um setor industrial ligado a burguesia agrária cafeeira em constante conflito com interesses de classes dominantes tradicionalmente ligadas a terra, grandes latifundiários da economia agroexportadora. Conflitos que eram minorados pela subserviência ao capital financeiro internacional e a unidade forçada de setores do capital contra o trabalho organizado. As bases agrárias mantinham contraditória influência com a industrialização, limitada pela posição ocupada pelo país na economia internacional e os setores econômicos com maior representatividade política e poder sobre a estrutura política do Estado.

Dentro da classe trabalhadora coexistiam distintos grupos submetidos a diversas modalidades de mercantilização da força de trabalho. Predominando a economia agroexportadora e uma ampla variedade de relações de trabalho, não necessariamente orientada pela completa separação entre força de trabalho, meios de produção e detentores destes. Havia, entretanto, grande dificuldade de propagandear as ideologias revolucionárias no campo, por conta das dimensões das propriedades e do poder quase ilimitado dos proprietários sobre os locais de trabalho. Nas cidades, formadas como resultado do processo de industrialização, também se observava uma complexa gama de relações de trabalho, o proletariado industrial representava uma parcela bastante reduzida da classe trabalhadora. Ainda assim, produziu-se nesse setor um potencial de mobilização e organização bastante propício a divulgação e enraizamento de ideologias revolucionárias. Nesse campo, outro mito

historiográfico oriundo dos discursos das classes dominantes e impregnado na história oficial passou por exame e foi questionado. Trata-se da incompatibilidade dessas ideologias com a índole passiva do trabalhador brasileiro, o que levou a criação de uma imagem destas ideologias como “plantas exóticas” a realidade nacional. Mesmo sendo expressão majoritária no setor econômico em que as ideologias revolucionárias se enraizaram com maior vigor, os estrangeiros não eram exclusividade nas suas fileiras, além de terem trazido pouca experiência de seus países de origem, em sua maioria, travando contato com essas ideologias quando já estavam radicados no Brasil.

O anarquismo surge como primeira ideologia revolucionária a orientar militantes e grupos atuando no seio da classe trabalhadora no final do século XIX, início do século XX. O socialismo brasileiro apresentava um tom bastante moderado e reformista, pouco adequado e bastante distante da profunda exploração e das condições degradantes de vida e de trabalho as quais estava submetida a classe trabalhadora do período. Se por um lado, a historiografia que questionou alguns mitos da história oficial produziu elementos bastante importantes para a reflexão nesse campo de estudos, por outro, trouxe uma série de novas contradições, especialmente no que diz respeito ao significado e expressão de determinadas ideologias revolucionárias, especialmente o anarquismo. Mesmo com um quadro de elementos materiais que influenciaram a formação da classe trabalhadora e o proletariado industrial em específico e as possibilidades de influência do movimento operário sobre a dinâmica da luta de classes brasileira, produziu-se uma leitura que credita os limites e dificuldade enfrentados pela classe trabalhadora e seus movimentos a uma insuficiência ideológica do anarquismo, explicada com os mais diversos argumentos, desde uma suposta vinculação originária com a pequena burguesia até a identificação do anarquismo com um tipo hierarquicamente inferior no campo do socialismo, orientado pela dicotomia socialismo utópico-socialismo científico.

O texto de Hardman e Leonardi (1982) apresentam uma análise bastante acurada e um balanço historiográfico muito útil a pesquisa do período, porém, pecam na leitura política de outras correntes não marxistas. Se, por um lado, a perspectiva metodológica aponta para um olhar menos ortodoxo, do ponto de vista político observa-se que o texto está fortemente impregnado por leituras ortodoxas. Afirmam que os limites internos do anarquismo atrasaram ou foram insuficientes para a formação da classe operária “para si”. Tal processo só seria consolidado por meio da transformação da classe em partido e da tomada do Estado. Nesse sentido, identificamos essa problemática e propomos outra forma de debater os problemas e

insuficiências dessa corrente do movimento operário.

Dessa primeira ponderação, podem-se desdobrar inúmeras críticas. A primeira, metodológica, uma vez que a concepção thompsoniana de *formação* da classe operária pode não ter dissolvido completamente, mas colocou em sério questionamento a noção do partido de vanguarda e a centralidade da constituição de tal organismo para a formação da classe operária. Desde um ponto de vista metodológico, há um problema em atribuir a ausência da criação - ou de correntes ideológicas em condições de defender a criação - de um partido operário para a disputa do aparelho burguês como impeditivo para o desenvolvimento da classe operária “para si”, tendo em vista seu tamanho reduzido, a predominância sufocante e esmagadora de uma economia agroexportadora que somente durante curtos períodos abriu caminho para um desenvolvimento industrial e de uma política questionadora frente a lógica de subordinação ao imperialismo que permitisse a ampliação de conquistas mais vigorosas e permanentes no plano democrático por parte do movimento operário e das ideologias que nele se inseriam. Por outro lado, a necessidade de organização foi uma constante dentro de determinados setores anarquistas desde os primeiros anos do século XX, orientando sua atuação dentro do movimento operário, como veremos no capítulo seguinte.

Para Maram (1979, p. 73-78), o anarquismo é um tipo de socialismo que identifica na propriedade privada e no controle do Estado sobre a organização social os principais problemas a serem superados em um processo revolucionário. Entretanto, considera que suas origens ideológicas estão vinculadas a ideias atávicas, reativas a industrialização, idealizando um retorno a uma sociedade agrária. O anarcossindicalismo seria, de acordo com essa visão, uma adaptação moderna do anarquismo. Implicitamente, está presente a noção que considera o anarquismo como hierarquicamente inferior, deduzida a partir da ideia de um socialismo utópico oposta a um socialismo científico.

Fausto (1976, p. 63) apresenta uma definição na qual o anarquismo seria um sistema de pensamento social, voltado a abolição do Estado, demandando a supressão do capitalismo, em prol da cooperação consentida entre indivíduos livres na nova sociedade, alcançada pela ação direta nas esferas econômica e ideológica, prescindindo a ação política.<sup>12</sup> Essa suposta recusa da política é apontada como debilitante e causa das respostas inadequadas do

---

12 Essa definição é fundamentada na seguinte obra: WOODCOCK, George. História das Ideias e Movimento Anarquistas. 2 vols. Porto Alegre: LP&M, 2002. Para uma crítica detalhada acerca da definição apresentada pelo autor e das definições apresentadas anteriormente: Cf. CORRÊA, Felipe. Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica. 275 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2012.

anarquismo aos problemas colocados pelo capitalismo. Implicitamente, podemos notar uma noção de política como sinônimo de política parlamentar<sup>13</sup> que redundava em uma incompreensão e exclusão de um princípio basilar do anarquismo: o federalismo. Fausto (1976, p. 76) constata que a delegação de poder era condenada pelos anarquistas em todos os níveis da organização sindical, o que é absolutamente errado. Segundo essa leitura, o individualismo e o espontaneísmo seriam mais relevantes do que o federalismo para a prática política anarquista, o que historicamente não se sustenta.

O que estava em jogo para os anarquistas não era ocupar cargos representativos nas direções dos sindicatos, e sim influenciar o seu funcionamento com objetivo de estimular uma cultura autogestionária e uma prática federalista. Nesse sentido, mais do que ocupar uma estrutura que poderia ou não cumprir o seu papel de organização e mobilização, importava mais que as regras do jogo garantissem a maior participação política dos trabalhadores. Essa cultura autogestionária de engajamento, fortemente impregnada pelo princípio da ação direta, se relacionava com o papel das escolas como parte de um amplo espectro de atividades e espaços formativos impulsionados pelos anarquistas para oxigenar os sindicatos e estimular a participação dos filiados.

Pinheiro (1985), em outra direção, critica as leituras que sustentam a inadequação do anarquismo ao movimento operário brasileiro desde uma perspectiva que abrange a crítica à tese das classes dominantes da “planta exótica”, segundo os termos de Bóris Fausto, estendendo-se à crítica de setores da historiografia alinhadas a setores do marxismo que apontam a insuficiência do anarquismo em elevar a classe trabalhadora à condição de classe-para-si. Nesse sentido, aponta a necessidade de descartar leituras que sugerem o que o movimento operário deveria ser e não foi, mas sim observar de forma comparativa a incidência das concepções anarquistas de atuação sindical em outros países, em especial os latino-americanos, situando o caso brasileiro não como exceção, mas como um caso específico em um conjunto amplo de casos na América Latina, onde as concepções anarquistas de sindicalismo exerceram vital importância na formação do movimento operário. Essa leitura, mesmo que seja menos problemática, apresenta limites por conta da confusão conceitual no campo do sindicalismo. Assim como as leituras anteriores, considera indistintamente o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo como sinônimos de anarquistas no sindicato, misturando as referências de cada um dos tipos de ação sindical

---

13 Sobre a problemática dessa leitura e a política praticada pelos anarquistas: Cf. BERTHIER, René. Poder, Classe Operária e “Ditadura do Proletariado”. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2010.

defendida pelo anarquismo ao longo da história.

Mesmo com os inúmeros aportes relevantes, apontados por esse autores, acerca do desenvolvimento histórico da classe trabalhadora, do proletariado e da luta de classes no Brasil, observa-se um conjunto de formulações que reproduzem problemas metodológicos, e argumentos política e ideologicamente orientados no sentido de depreciar o anarquismo. Tendo isso em vista, buscaremos explorar as contribuições presentes nessa historiografia clássica, confrontando, entretanto, esses problemas e limites na abordagem relativa ao anarquismo e ao sindicalismo de intenção revolucionária.

## Capítulo 2

### **Movimento Operário, Anarquismo e Sindicalismo de Intenção Revolucionária**

Nesse capítulo discutiremos as estratégias do sindicalismo de intenção revolucionária, sua definição conceitual, incidência nas entidades e nos Congressos Operários, bem como os debates públicos protagonizados por militantes do movimento operário nas duas primeiras décadas do século XX. Após o breve balanço da bibliografia adotada no primeiro capítulo, discutiremos os problemas decorrentes da conceituação utilizada acerca da ação e concepção anarquista de atuação nos sindicatos. Veremos como uma definição mais rigorosa possibilita olhar para informações ignoradas por parte substancial da bibliografia especializada e construir uma narrativa mais adequada à atuação dos anarquistas nos sindicatos no Brasil. Apesar do que sugere a bibliografia consagrada sobre o tema, veremos que o finalismo anarquista foi um fenômeno de incidência bastante específica no movimento operário brasileiro no período estudado. Por meio da trajetória de Florentino de Carvalho, podemos apreender que trata-se de um fenômeno transnacional, que conta com influência importante da *Federación Obrera Regional Argentina*. A atuação deste militante e seus posicionamentos sobre o tema da estratégia sindical nos jornais operários e anarquistas permitem formular um quadro deste debate e constatar o envolvimento do grupo de militantes engajado na coordenação das Escolas Modernas da cidade de São Paulo, levantando evidências acerca da importância do debate sindical na atuação anarquista no campo da educação.

#### **2.1. Luta de Classes e Movimento Operário em São Paulo**

As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo surgimento de movimentos reivindicativos e o avanço da estruturação do movimento operário. O sindicalismo como forma de organização e luta dos trabalhadores encontrou dificuldades para enraizar suas ideias entre os trabalhadores no Brasil, seja por conta da falta de contato com o sindicalismo por parte dos imigrantes, seja por conta da recentíssima abolição da escravatura (MARAM, 1979, p. 127-129). O crescimento na capacidade de sindicalização que se observou ao longo dos anos estaria vinculado a capacidade dos sindicatos de conquistar melhorias pontuais aos trabalhadores da categoria. Dessa maneira, é possível notar que os períodos de relativa prosperidade econômica estão ligados a momentos de ascenso

organizativo do movimento operário, embora se reconheça a influência de outros fatores (FAUSTO 1976, p. 133-135).

Tal situação se faz presente no ascenso econômico identificado a partir de 1905 até 1913, com o investimento público em infra-estrutura contribuindo para a industrialização. No mesmo período, se observam ascensos na mobilização operária, descontinuados por meio da repressão estatal e da debilidade organizativa do movimento, mas ainda assim a crise econômica de 1908 que reduziu o volume das transações comerciais influiu de forma significativa para o refluxo no período. Entre 1911 e 1913 um surto de crescimento econômico abriu nova vaga para a mobilização reivindicativa. No entanto, esta correlação tem limites explicativos que não podem ser separados de outros elementos que determinaram materialmente os ascensos do movimento, tais como a consolidação de São Paulo como polo urbano-industrial, a chegada de quadros anarquistas e socialistas e uma certa homogeneização no proletariado. Dessa maneira, rejeita-se uma visão unicamente reativa do movimento operário as condições degradantes de existência, orientadas por um “espontaneísmo” canhestro, ainda que se evidenciem dificuldades organizativas no movimento operário (FAUSTO 1976, p. 122, 134-135).

De maneira esquemática, pode-se observar no movimento operário, um período de ascenso entre 1905 e 1908, seguido por um período de refluxo de 1909 a 1912, seguido de uma breve retomada de atividades, rapidamente frustrada em 1913. Na primeira fase o êxito organizativo é notável, é nesse período que é fundada a Federação Operária de São Paulo, realiza-se o 1º Congresso Operário que culmina na fundação da Confederação Operária Brasileira e ocorrem inúmeras greves em São Paulo, Santos e no Rio de Janeiro (FAUSTO 1976, p. 133). Em 1904, a FOA (*Federación Obrera Argentina*) envia delegados ao Rio de Janeiro por ocasião da criação da Federação das Classes Operárias. A entidade supria a necessidade organizativa constada após a primeira greve geral do Rio de Janeiro, que contava, além dos sapateiros, com trabalhadores da indústria têxtil, pintores, gráficos, chapeleiros, estivadores e outros. A polícia reprimiu fortemente a greve, aproveitando-se da desorganização do movimento. O contato entre brasileiros e argentinos tinha o objetivo de estabelecer acordos de cooperação entre os trabalhadores de ambos os países e estimular a organização do movimento (MARAM, 1979, p. 128). Em 1906, ocorre o já mencionado 1º Congresso Operário e a fundação da COB (Confederação Operária Brasileira), que discutiremos mais detidamente a frente. No ano seguinte ocorrem greves importantes pela

jornada de trabalho de 8 horas em São Paulo e Santos.

Entre 1908 e 1912, o movimento operário entra em descenso, com redução drástica de mobilizações e esfacelamento de algumas organizações sindicais. A repressão e deportações utilizadas contra o movimento operário por conta dos movimentos reivindicativos de 1907 influenciaram negativamente a organização dos trabalhadores. Somente a cidade de Santos conseguiu manter certo grau de organização e permanecer com suas entidades em funcionamento. Na contramão do refluxo, em setembro de 1908, os trabalhadores das Docas de Santos entravam em greve pela jornada de trabalho de 8 horas. A greve foi fortemente reprimida por contingentes de tropas do exército deslocados através dos trens vindos da capital, o emprego de um grande número de fura-greves e de mais tropas militares trazidas por três navios da marinha. A pressão aumentava por conta dos carregamentos de café recém colhidos estocados no porto o que serviu como barganha para forçar a negociação, promovida pela Associação Comercial entre a direção da companhia e setores moderados dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a pressão sobre o governo federal para a resolução da situação provocou um crescente clima de conflito que culminou no ataque da polícia contra os grevistas. A greve perdia força, mas ainda assim conseguiu o compromisso do Secretário dos Transportes que o governo se responsabilizaria pelo aumento salarial (MARAM, 1979, p. 129-130).

A expansão econômica observada no período que vai de 1910 até 1913, veio seguida por um aumento nos preços e uma forte pressão inflacionária, comprimindo o salário real dos trabalhadores e gerando imensas dificuldades de acesso aos gêneros alimentícios, de vestuário, pagamento de aluguéis etc. Nesse sentido, a carestia de vida se tornou um problema central para a classes trabalhadora no início da década de 1910, figurando como eixo orientador das reivindicações por aumento salarial, redução do preço dos aluguéis e mudanças no sistema produtivo com a redução da jornada e a abolição do trabalho por peça. Essas são as pautas da greve iniciada em 1912, em São Paulo, com cerca de 9.000 trabalhadores se concentrando nos ramos têxtil e sapateiro contra o agravamento das condições de existência em um período de expansão econômica. Nesse período, o avanço organizativo foi menor, mesmo com a ocorrência do 2º Congresso Operário em 1913 e duas grandes greves em São Paulo e em Santos, em 1912, ano em que seria fundada a Escola Moderna nº 1 (FAUSTO, 1976, p. 133, 150-151). Em São Paulo, as greves reivindicando reposição salarial fracassaram, entretanto, em Santos, estivadores, cocheiros, pintores pressionaram seus patrões conseguindo

algumas concessões. Trabalhadores das Docas de Santos, também aderiram ao movimento, reivindicando o aumento salarial prometido pelos patrões por ocasião da greve de 1908, que se tornara letra morta. O tratamento do poder público frente as reivindicações foi a habitual, repressão violenta e convocação massiva de fura-greves (MARAM, 1979, p. 131).

Após o breve período de expansão econômica, em meados de 1913, a economia volta a passar por uma crise acentuada na balança de pagamentos com a queda na exportação, situação agravada pela guerra mundial. O fluxo de capital estrangeiro na economia brasileira fica paralisado ao passo que o Estado é pressionado a remeter grandes volumes de libras esterlinas relativas a dívida pública. Internamente isso significou a paralisação das obras e investimentos públicos, o crescimento do desemprego, a redução dos salários e perda de conquistas anteriormente alcançadas. O movimento operário entra em descenso com pouquíssimas greves ocorrendo no período, bem como uma redução significativa na quantidade de filiados nas organizações operárias:

De acordo com os dados da Federação Operária do Rio de Janeiro, a COB tinha em 1912 57.400 membros no estado de São Paulo (*22.500 somente em Santos*), 15.000 no Rio Grande do Sul e 5.000 no Rio de Janeiro. No ano seguinte, a Federação Operária Local de Santos (sic) afirmava ter de 8.000 a 10.000 membros, dos quais 400 estavam pagando as contribuições e a Federação Operária de São Paulo desaparecera. (FAUSTO, 1976, p. 158)

As condições de vida da classe trabalhadora se depreciaram rapidamente com a redução dramática do poder de compra reflexo de uma alta vertiginosa de preços decorrente da pressão inflacionária, com crescimento da exportação de produtos primários e dificuldades de importação de gêneros complementares. Ao contrário do que supôs parte da bibliografia, o fortalecimento da industrialização não se fundamentou na redução da concorrência internacional por meio da destruição da indústria dos países beligerantes e do aumento do consumo interno de produtos produzidos no Brasil em detrimento de produtos exportados. A aceleração da indústria no período só foi conquistada com base na superexploração, no aumento da jornada de trabalho, na redução dos salários e a utilização da maquinaria ociosa importada antes da guerra (PINHEIRO, 1985, p. 159-160).

A redução dos salários reais e a depreciação das condições de trabalho entre 1917 e 1921 parece ser um consenso na bibliografia. As emissões inflacionárias destinadas a suprir as dívidas do Estado e sustentar a taxa de lucro da burguesia cafeeira ao lado do aumento das exportações de gêneros alimentícios a partir de 1915, cada vez mais aumentaram os preços

internos, degradando as condições de vida dos trabalhadores. Nesse sentido, a correlação entre prosperidade econômica e mobilização popular deve ser analisada por meio da consideração do debate do papel que a Primeira Guerra cumpriu para a industrialização brasileira. Warren Dean, questionou a ideia de que o conflito tenha incentivado a substituição de importações de maneira decisiva a ponto de provocar um surto de industrialização. Criticando os índices da produção industrial, chama atenção para a situação econômica internacional e as restrições impostas as importações de bens de capital e bens de consumo. Fausto (1976, p. 166-169) pondera, no entanto, com base nas abordagens de Albert Fishlow e Wilson Cano que a crítica de Dean pode ter excedido as suas proporções. Para refutar a tese de Dean, Wilson Cano destaca a ampliação do emprego no principal setor industrial brasileiro no período, o setor têxtil. A diminuição da entrada de imigrantes em um momento com maior absorção da força de trabalho na indústria têxtil e no setor agrícola podem ter contribuído para uma alteração na oferta de força de trabalho, provocando a redução salarial, o que motivou as mobilizações do período. Mesmo com as fortes mobilizações contra a carestia de vida e por melhores condições de trabalho e salário com conquistas localizadas, no conto geral, ao final dos anos de guerra, as condições materiais da classe trabalhadora encontravam-se muito deterioradas, embora houvesse algum avanço na industrialização. Ainda assim, a mobilização é retomada em um momento crítico que perpassava a possibilidade de envolvimento do Brasil na guerra, próximo ao final do conflito.

A situação política do movimento operário se altera diante de tal conjuntura, com o ascenso de 1917 que deflagra a greve geral em São Paulo, abrindo um novo ciclo de manifestações e greves, o avanço da sindicalização, ampliação da envergadura da imprensa operária e uma perspectiva mais esperançosa de que a transformação revolucionária era possível. A Federação Operária de São Paulo é reativada pelo Comitê de Defesa Proletária, organizador da greve geral e havia intenções de reorganizar a Confederação Operária Brasileira. A entrada no Brasil na guerra é instrumentalizada como arma contra o ascenso operário na forma de um nacionalismo de exaltação patriótica desviando o foco do conflito de classes. De forma complementar, a repressão contra setores específicos, em especial anarquistas foram amplamente mobilizados e ganharam maior força com o estado de sítio decretado em novembro. A composição étnica da classe no estado de São Paulo contribuiu para minimizar os efeitos da exaltação patriótica e a forte repressão contra a greve geral de 1917 tornaram o caráter de luta de classes do período mais evidente (FAUSTO, 1976, p. 158-

161; MARAM, 1979, p. 131).

A depreciação das condições de vida e de trabalho, com alta instabilidade, salários baixos e a crise de preços dos alimentos contribuíram para alimentar a revolta popular, revitalizando o trabalho de propaganda e organização, principalmente empenhada por anarquistas, no enraizamento da ação direta e do federalismo como formas de luta e organização popular. Em maio de 1917, inicia-se um processo de conscientização em torno da tática da greve geral como ferramenta mais efetiva ao movimento, extrapolando corporativismo e pautas pontuais como reajuste salarial. Nas conferências e na imprensa anarquista, ficava evidente que a conjuntura demandava a forja de uma consciência que ainda não existia, mas só poderia emergir por meio da luta dos trabalhadores. A carestia de vida e a incerteza quanto a entrada do Brasil na guerra eram importantes fatores considerados, antevendo um recrudescimento repressivo contra as reivindicações populares.

A constituição do Comitê de Defesa Proletária foi o passo seguinte para alcançar o objetivo de efetivar a greve geral. Uma instância organizativa federalista, congregando trabalhadores representando distintos setores em greve responsável por fazer o movimento se propagar e conquistar a adesão das categorias, chegando a 54 fábricas e 20.000 operários em greve, em 11 de julho. A reação do governo foi mobilizar a polícia para impedir manifestações, a aproximação de grevistas às fábricas em uma escalada repressiva que aumentou a tensão nas ruas. Os conflitos entre manifestantes e a polícia culminaram no assassinato de José Martinez, de 21 anos em 9 de julho, provocando uma reação popular massiva, reunindo cerca de 10 mil pessoas no cortejo fúnebre (LOPREATO, 1996, p. 28-36).

Eloy Chaves, o Secretário de Segurança Pública tentou uma via conciliatória solicitando que os patrões atendessem as demandas, mas os patrões e o governo só estavam dispostos a ceder aumento salarial e readmissão de trabalhadores demitidos por motivos de greve, afirmando que o restante das reivindicações estava fora da competência de suas instâncias. Entretanto, a pauta dos trabalhadores em greve era muito mais abrangente, reivindicava no plano das condições de trabalho a abolição do trabalho infantil, do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos, aumento e pontualidade no pagamento dos salários, garantia de trabalho permanente e jornada de trabalho de 8 horas. No que diz respeito as condições de vida, pautas elencadas para conseguir a adesão e apoio popular de setores não necessariamente vinculados ao trabalho assalariado, estavam as pautas de redução dos aluguéis e dos gêneros de primeira necessidade, medidas para evitar adulteração de alimentos

entre outras. A pauta de reivindicações formalizada pelo Comitê de Defesa Proletária no dia 11 de julho veio a público no dia seguinte e a cidade parou:

No dia 12 de julho de 1917, padeiros, leiteiros e trabalhadores da Companhia de Gás e da Light aderiram ao movimento grevista. A cidade amanheceu sem pão, sem leite, sem gás, sem luz e sem transporte. A atividade industrial foi paralisada, O comércio fechou as portas. Teatros, cinemas e casas de diversão adiaram as programações. O tráfego de bondes foi interrompido. Nenhum tilbury circulou. Os paulistanos jamais tinham presenciado um movimento de tal envergadura. Uma convulsão social sem precedentes se inscrevia na história do Brasil. (LOPREATO, 1996, p. 38)

A expansão da indústria após o final da guerra e uma mudança na perspectiva dos trabalhadores imigrantes também contribuíram para a criação de novas possibilidades ao movimento operário. Após a frustração do sonho de enriquecer e retornar a Europa os trabalhadores passaram a aceitar o Brasil como sua terra e a encarar os problemas tais como a inflação, a carestia, os altos preços de aluguéis, os baixos salários, a instabilidade no trabalho com outra atitude, estimulando a participação nas atividades dos sindicatos, tomando partido nas greves e fortalecendo as organizações operárias (MARAM, 1979, p. 57).

A maior homogeneidade étnica e a baixa influência do nacionalismo nos meios operários em São Paulo possibilitaram uma maior combatividade em 1917 e um processo repressivo mais violento e eficiente, por meio da perseguição contra estrangeiros. Isso se traduziu em um forte refluxo no estado de São Paulo em 1918 (ainda que os dados oficiais sejam questionáveis por conta da censura) e uma recuperação mais rápida no Rio de Janeiro, que apresenta uma retomada das mobilizações com greves na Cantareira e do setor têxtil, complementadas pela insurreição anarquista. Em 1919, São Paulo reassume o centro das mobilizações, em uma agudização da conjuntura com o fim da guerra e a expansão dos setores anticapitalistas na Europa (MARAM, 1979, p. 57). Na cidade de São Paulo, uma greve de 20.000 trabalhadores foi coordenada pelo Conselho Geral dos Operários, rapidamente dissolvido pela repressão policial, invasões e prisões. Nessa onda repressiva, as Escolas Modernas foram fechadas pela Instrução Pública, após o acidente com explosivos em uma casa no Brás que vitimou José Alves, diretor da Escola Moderna de São Caetano. Em Santos, no mês de maio, a greve dos trabalhadores das Docas e do transporte público despertaram a fúria policial, que perseguiu e espancou uma multidão no Mercado Municipal, inclusive um comerciante e um administrador assistente do mercado. A Câmara Municipal pediu a punição

aos envolvidos e o chefe de polícia saiu em defesa do delegado local e do comandante do batalhão. A greve conquistou aumento salarial para trabalhadores nos veículos coletivos, jornada de trabalho de 8 horas para trabalhadores das Docas e para a maioria dos operários fabris de São Paulo ( MARAM, 1979, p. 141). A partir de 1920, o momento de inflexão do descenso se estabelece a partir da derrota de duas greves simultâneas de têxteis em São Paulo e de ferroviários no Rio de Janeiro, as mobilizações diminuem drasticamente e as organizações operárias perdem força (FAUSTO, 1976, p. 161).

## **2.2. Repressão aos Inimigos da Ordem**

A nova sociedade que se erigia sob a égide da República estava longe de realizar os preceitos enunciados pelas revoluções burguesas tradicionais. Não só os direitos políticos não faziam parte daquela realidade, como até mesmo os mais básicos direitos civis eram vedados a parte significativa da classe trabalhadora. Arthur Bernardes sintetizou a disposição do Estado brasileiro com relação a questão social no país ao afirmar, em 1910, ser esta um caso de polícia. E assim o foi, independentemente da nacionalidade dos trabalhadores, vistos como perigosos inimigos da ordem, tornaram-se vítimas de ferramentas repressivas das mais diversas: trabalhos forçados, prisões, colônias penais, deportações, atentados à liberdade de imprensa e associação, etc. A imigração foi considerada a via de reconstituição do Brasil, a redenção para um país amplamente povoado por milhares de pessoas escravizadas durante anos, recentemente libertas, mas consideradas inaptas à nova dinâmica social e produtiva que a República representava. Por meio do branqueamento e de um modelo de sociedade fundamentado na idealização de uma suposta superioridade europeia, a imigração foi, em um primeiro momento, apresentada como o futuro e o progresso da nação, até se tornar um problema social. Alinhando-se com a tendência mundial de identificar nos imigrantes a parcela indesejável da humanidade, iniciou-se um processo de criar mecanismos legais para que o Estado pudesse se livrar deste grupo social.

Entre 1881 e 1915, 31 milhões de pessoas se deslocaram da Europa à América. Desse total, 22 milhões se dirigiram aos EUA, 4,2 milhões à Argentina e 2,9 milhões ao Brasil, foram os três países que mais receberam imigrantes no período (GERALDO, 2012, p. 1). No Brasil, havia uma narrativa das classes dominantes entre a última década do século XX e os primeiros anos da década de 1910 produziu-se uma rejeição aos nacionais pobres, relacionada

ao seu modo de viver, que alimentava um imaginário invertido da situação social deste grupo, onde as condições precárias de saúde e higiene, com ênfase no consumo excessivo de álcool, e na decorrente tendência a “vagabundagem, desordem, vadiagem, gatunagem [...]” era a causa da exclusão deste grupo social, do modelo de sociedade paulista em construção (SANTOS, 1998, p. 43-47).

O ciclo de exclusão se completava com medidas repressivas que não se restringiam a prisões constantes respaldadas pelo imaginário apresentado. Relatos de deportações para regiões distantes no Brasil tinham como alvo não somente estrangeiros, mas nacionais pobres que se enquadrassem nos grupos sociais marginalizados. Em 1913, o jornal anarquista *Germinal* denunciava a deportação de 200 a 400 homens e mulheres à cidade de Itapura, à época, no estado do Mato Grosso, hoje município de São Paulo. A única população estabelecida na região circundava a estação ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sem infraestrutura e repleta de doenças como maleita e tifo que vitimaram colonos, indígenas e os operários forçados a trabalhar nessa localidade. A maioria dos deportados eram inaptos para o trabalho, classificados pelo então prefeito de Bauru - última estação situada em um centro de vida civil – como velhos e alcoólatras. Sem dinheiro, roupas ou comida em um lugar inabitado, os deportados estavam condenados a morte por febre, bériberi ou por consequência das inúmeras privações e forçados a trabalhar na expansão da linha férrea. Alguns conseguiram retornar a Bauru com passagem concedida pela Noroeste, empresa responsável pela linha. Outros percorreram o trajeto a pé, pedindo esmolas no caminho (CARVALHO, *GERMINAL*, 24/05/1913, p. 1). Nos anos 1920, a colônia penal de Clevelândia, situada no extremo norte do país, na fronteira com a Guiana Francesa, foi inaugurada para abrigar os perigosos revolucionários que não poderiam ser deportados. Foram “oficialmente” degredados para a colônia cerca de 1200 prisioneiros de distintos grupos sociais, como soldados insurgidos, trabalhadores, sindicalistas, anarquistas, ladrões, loucos e vadios, de acordo com a nomenclatura adotada pelas listas. Mais da metade não sobreviveu as inúmeras intempéries no trajeto até a colônia e às condições de existência do local sujeitos a inúmeras doenças tropicais. Para os que retornaram, os efeitos psicológicos das degradantes condições notavam-se de forma evidente nos corpos.<sup>14</sup>

Durante os primeiros anos da década de 1900 um ascenso de mobilizações operárias e a aparição de iniciativas organizativas no campo sindical ofereceram o incentivo necessário

---

14 Cf. SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: Anarquismo, Sindicalismo e Repressão Política no Brasil*. São Paulo: Ed. Imaginário; Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

para que a pressão do capital sobre o Estado a fim de assegurar a repressão sobre o movimento e o controle sobre a força de trabalho tomasse corpo em medidas contundentes. O elemento estrangeiro torna-se o principal alvo das políticas repressivas, sendo identificado como agitador e portador de doutrinas políticas revolucionárias incompatíveis com a suposta passividade nacional. A campanha repressiva surtia efeito e ganhava a opinião pública do trabalhador brasileiro, até então relegado ao segundo plano, agora exaltado e elogiado pelo patriotismo e eficácia no trabalho, diferente dos estrangeiros articulistas de tramas e conspirações revolucionárias. No movimento operário, o nacionalismo explorado pelas classes dominantes se concretizava na omissão da adesão de trabalhadores nacionais as lutas e as entidades sindicais combativas, minando a força social e a capacidade do sindicalismo tornar-se expressão relevante na sociedade (MARAM, 1979, p. 64-67). Nesse cenário, inflamado pelos nacionalismos insuflados pelo conflito mundial, é que a Instrução Pública do Estado de São Paulo, arbitrariamente fechou as Escolas Modernas nº 1 e nº2, associando-as a um acidente que vitimou quatro militantes anarquistas, dentre eles o diretor da Escola Moderna de São Caetano. Antes disso, ainda em 1917, a Escola Nova da Mooca era fechada e seu diretor Florentino de Carvalho preso e deportado, em função da onda repressiva a grande greve geral daquele ano.

A acusação de conspiração estrangeira se espalhava na imprensa, criminalizando a mobilização operária de caráter combativo e de enfrentamento com o patronato e com o Estado, identificando o novo inimigo da ordem pública:

Para o *Correio da Manhã*, eram elementos agitadores que, “abusando da boa fé do nosso proletariado e da ignorância da maioria dos trabalhadores, têm espalhado doutrinas e teorias cuja falsidade não pode, infelizmente, ser imediatamente compreendida por nossas classes trabalhadoras”. *O Paiz*, comentando sobre a greve geral de 1917 em São Paulo, afirmou que o trabalhador brasileiro, “disciplinado e de boa índole, está sendo minado pela ação deletéria de alguns estrangeiros que desejam forçosamente promover aqui as mesmas questões sociais agora em foco nas nações Europeias, embora essas questões sejam positivamente impróprias (...). Dizia o *Jornal do Comércio*: as greves são causadas por anarquistas estrangeiros e intelectuais brasileiros imbuídos de ideias de sociedades estrangeiras que tentam fazer com que o trabalhador brasileiro “repita coisas que, se não são muito sensíveis na Europa, são inteiramente impróprias no Brasil (...)”. (MARAM, 1979, p. 62)

A argumentação dos anarquistas passava desde a exaltação da presença de trabalhadores nacionais nas fileiras operárias, passando pela consideração de estrangeiros a

muito residentes no país como brasileiros, chegando a defesa de que os indesejáveis não eram os trabalhadores do campo e da cidade, e sim os capitalistas estrangeiros que exploravam os trabalhadores nacionais e estrangeiros. Dessa maneira, buscavam evidenciar e fazer predominar o caráter de classe e combater o chauvinismo divisionista das classes dominantes operados pelo Estado, pelas forças policiais e pela imprensa liberal.

Raros foram os casos em que manifestações de trabalhadores não tiveram intervenção policial. As manifestações, inclusive as pacíficas, eram dissolvidas sem maiores argumentos e com uma violência tão desproporcional que escandalizava até mesmo os periódicos burgueses. As greves eram violentamente reprimidas e a perniciosa relação entre capital e Estado chegava ao ponto de envolver o fornecimento de tropas federais para assumir os postos de trabalho dos grevistas. Prisões em massa, depredações, saques e destruição de sedes de entidades e jornais operários também compunham o expediente repressivo. A ampla oferta de força de trabalho facilitava as demissões de lideranças grevistas e em casos extremos possibilitava a substituição de todo o conjunto de trabalhadores de uma unidade produtiva. Tornou-se comum a elaboração de listas negras com os nomes de trabalhadores do movimento operário, o que causava grandes dificuldades de recolocação no mercado de trabalho para os trabalhadores demitidos, especialmente nos ramos em que as associações patronais eram mais eficientes (MARAM, 1979, p. 34-38).

As deportações de militantes operários foi uma das ferramentas mais eficazes na desarticulação do movimento, especialmente no caso brasileiro que apresenta a particularidade de ser composto majoritariamente por estrangeiros. Mesmo com a superioridade em termos absolutos da quantidade de imigrantes que se dirigiram aos EUA e a Argentina, o estado de São Paulo apresentava números elevadíssimos de imigrantes, em termos relativos, em comparação com a população total. No início do século XX, os imigrantes representavam pouco mais de 50% da população da cidade, e cerca de 40% da população do estado (SANTOS, 1998, p. 34-35). Os primeiros mecanismos repressivos contra imigrantes, como o decreto 1641, de 7 de janeiro de 1907, o decreto 4269, de janeiro de 1921, e ainda a Reforma Constitucional de 1926 aumentaram a vulnerabilidade dos trabalhadores estrangeiros no Brasil (GERALDO, 2012, p. 3-5).

Até 1907, as deportações ocorriam sob orientação de decretos especiais ou poderes concedidos ao governo pelo Código Penal de 1890. Um projeto de lei que tratasse especificamente do tema foi elaborado e começou a tramitar em 1902, mas foi barrado no

Congresso no ano seguinte. No contexto do ascenso da mobilização operária nos anos seguintes, o projeto foi retomado e aprovado, tornando-se lei em 1907. Normatizando a expulsão de estrangeiros que perturbassem a ordem pública, o projeto excluía, ao menos no plano formal, os estrangeiros residentes no país por um período igual ou maior que dois anos, bem como esposas de brasileiros e viúvas com filhos brasileiros. Exceção que a bancada paulista no Congresso esforçou-se arduamente para remover da lei, alcançando êxito em 1912, em novo contexto de mobilização operária. Em 1913, as emendas que revogavam todas as exceções foram promulgadas. Objeções às emendas surgiram, porém foram tímidas e manejadas pela aliança Estado-capital de acordo com as pressões políticas e sociais do momento. O Supremo Tribunal Federal objetou que as emendas atentavam contra os direitos constitucionais assegurados aos imigrantes pelo Artigo 72 da Constituição Federal. Com o declínio da organização operária em 1914, o STF declarou a lei inconstitucional. Porém, no contexto repressivo pós greve geral de 1917, convenientemente se omitiu diante das expulsões arbitrárias e ilegais ocorridas (GERALDO, 2012, p. 3-5.) O caso de Everardo Dias, militante residente no Brasil desde criança, é citado por Maram (1978, p. 42) como exemplo, porém o caso de Florentino de Carvalho também é análogo e esclarecedor. Residindo no Brasil desde 1889, foi deportado em 1917, assim como o fora anos antes na Argentina, para onde havia fugido para escapar da perseguição e ameaça de deportação que sofria no Brasil.

Nas primeiras décadas do século XX (pela própria configuração da classe trabalhadora e da concorrência no mercado de trabalho), a maioria dos militantes operários eram residentes no país a um longo período de tempo, o que politicamente, orientava a argumentação do movimento operário, insistindo que se tratassem esses trabalhadores como brasileiros. Juridicamente, o artigo 72 da Constituição Federal de 1891, respaldava o argumento, pois assegurava à brasileiros e estrangeiros a inviolabilidade dos direitos à liberdade e à segurança individual, bem como à propriedade, excluindo a pena de galés e de banimento judicial (GERALDO, 2012 p. 5).

As deportações eram preferidas pelas classes dominantes brasileiras porque se fundamentavam em julgamentos arbitrários, sem a necessidade de apresentação de provas, bastando o depoimento ou relatórios policiais, prescindindo de averiguações detalhadas. Mesmo a nacionalidade precisa dos acusados era de interesse apenas relativo. Manuel Campos, anarquista espanhol foi deportado em 1913 como português, e novamente em 1920 como espanhol (MARAM, 1979, p. 39-40). Em suma, tratava-se de um engodo, processos

abertamente persecutórios contra aqueles que se punham contra as temeridades da exploração sem limites do capital sobre os trabalhadores, respaldados por frágeis aspectos de processos jurídicos. Em outras palavras, tratava-se do Estado em defesa do capital e da docilização da força de trabalho.

Estudos recentes mostram que a imigração em massa da Europa à América estimulou a criação de políticas repressivas direcionadas a imigrantes semelhantes nos países com alto índice de entrada de estrangeiros. Essas políticas surgiram nos EUA e inspiraram medidas jurídicas que fundamentaram a expulsão de imigrantes que “ameaçassem a ordem pública” nos demais países.<sup>15</sup> Nesse sentido, as políticas adotadas por EUA e Argentina serviram à argumentação dos autores das leis de expulsão brasileiras, fundamentada nos precedentes abertos por esses países.

Quando as primeiras leis republicanas de expulsão foram elaboradas no Brasil como forma de combate ao movimento operário, elas enfrentaram uma grande polêmica em função da sua inconstitucionalidade. Para combater o direito constitucional dos estrangeiros com base no tempo de residência, o autor da lei, Adolpho Gordo, citou exemplos de vários países durante o discurso que realizou no Congresso em 1912. Entre os exemplos, o deputado citou a lei de 20 de fevereiro de 1907 nos Estados Unidos (que incluía a expulsão de anarquistas) e, mais detidamente, a chamada “Ley de Residencia” argentina, de 1902. (GERALDO, 2012, p. 9)

Assim como no Brasil, a presença de imigrantes, especialmente espanhóis e italianos, foi bastante significativa nas lutas sociais argentinas no início do século XX. A organização operária começava a ganhar forma com a criação da FOA (*Federación Obrera Argentina*) e inúmeros processos de luta passaram a mobilizar distintos setores da classe trabalhadora entre 1900 e 1902. No final de 1902, a onda repressiva contra a federação e a mobilização grevista de portuários e de outras categorias por melhores salários, condições de trabalho e reconhecimento das organizações operárias, ataçaram a sanha repressiva do governo pressionado pelo patronato levando a uma crescente repressão e a radicalização da luta dos trabalhadores que deflagraram uma greve geral em 22 de novembro. Diante do contexto de ascenso da mobilização operária, o governo argentino aprova uma lei inconstitucional, baseada em legislação semelhante adotada nos EUA, na França e na Itália (GERALDO, 2012, p. 1-2).

---

15 Cf. KRAUT, Julia Rose. *Global Anti-Anarchism: The Origins of ideological Deportation and the Suppression of Expression*. Indiana Journal of Global Legal Studies: Vol. 19: Iss. 1, Article 7, 2012.

A lei 4144 regulamentava a expulsão de estrangeiros acusados de oferecer risco a ordem e a segurança pública, concedendo a prerrogativa ao Poder Executivo, de expulsar do país, “qualquer estrangeiro condenado ou acusado por tribunais estrangeiros por crimes de direito comum e por ameaça da segurança nacional ou distúrbio da ordem pública” (GERALDO, 2012, p. 2-3). O projeto havia sido proposto na Câmara em 1899, mas foi no contexto de ascenso do movimento que foi sancionado, no mesmo dia da deflagração da greve geral, 22 de novembro de 1902. Estima-se que 500 indivíduos foram deportados imediatamente após a aprovação da lei, o que provocou uma greve em resposta, organizada pela FOA.

Em junho de 1910, nova legislação repressiva era aprovada para proibir o ingresso de anarquistas e penas de prisão a indivíduos relacionados a esta ideologia. Além disso, a *Ley de Defensa Social* “ampliava ainda o 'universo de delitos anarquistas proibindo publicações, reuniões, assembleias e o uso de símbolos e bandeiras. A medida determinava punições que deveriam ser aplicadas em casos de acusação de fabricação e explosão de bombas como, por exemplo, a pena de morte” (GERALDO, 2012, p. 3).

Os dados relativos as deportações no Brasil e na Argentina são pouco precisos. Ainda assim, em termos absolutos, os números apontam que a Argentina expulsou mais imigrantes que o Brasil. Ao passo que com a aprovação da primeira lei de expulsão na Argentina cerca de 500 indivíduos foram deportados no mesmo ano, no Brasil, após a aprovação de legislação análoga em 1907, 130 indivíduos foram deportados e as estatísticas apontam que 243 estrangeiros foram expulsos entre 1907 e 1912. Estes dados são questionáveis, pois muitas deportações ilegais ocorreram no período (GERALDO, 2012, p. 6).

Em termos absolutos, o número de estrangeiros expulsos parece desprezível, uma ínfima parcela diante dos milhões que entraram no Brasil no período. No entanto, as deportações tinham como objeto grupos específicos, quadros organizativos de destaque, quando muito, operários envolvidos em manifestações radicalizadas. Porém seu impacto se estendia para o conjunto dos trabalhadores estrangeiros, criando um imaginário repressivo que buscava disciplinar o conjunto da classe trabalhadora, especialmente sua parcela estrangeira. O objetivo de controlar a força de trabalho, seu potencial organizacional e reivindicativo estava em consonância com a imigração subsidiada pela burguesia cafeeira. O trabalhador estrangeiro se tornava um problema na medida em que se reconhecia e organizava enquanto classe e tomava posição no conflito capital-trabalho. Portanto, as deportações tinham como

função forjar a disciplina e subserviência do trabalhador, conter a rebeldia contra a exploração por meio da punição exemplar. Como aponta Everardo Dias, com a Lei Adolfo Gordo: “O fazendeiro ameaçava o colono. O industrial ameaçava o operário. Ou se submetiam a qualquer iniquidade, a aceitar condições vexatórias e prejudiciais, ou eram denunciados como elementos perigosos à tranquilidade pública” (MARAM, 1979, p. 44-45).

### **2.3. Anarquismo e Sindicalismo de Intenção Revolucionária: definindo conceitos**

Para discutir a atuação anarquista nos sindicatos na Primeira República é necessário estabelecer conceitos claros e bem delimitados que permitam analisar a terminologia adotada na bibliografia que trata do tema e as concepções defendidas pelas entidades sindicais e pelos militantes do período. Para tanto utilizamos o arcabouço conceitual oferecido por pesquisadores que buscaram criar ferramentas que atendessem a essa demanda teórica das pesquisas no campo do anarquismo e do conjunto de fenômenos relacionados a ele. Com essas ferramentas conceituais será possível encontrar elementos históricos ignorados, relegados, e só retomados recentemente através dessas pesquisas.

A partir de extensa pesquisa com recorte histórico definido, considerando o surgimento do anarquismo em meados do século XIX, e escopo geográfico ampliado, tratando da incidência do anarquismo em todos os continentes, produziu-se<sup>16</sup> um campo teórico que apresenta uma definição de anarquismo enquanto uma ideologia, uma doutrina política composta por princípios e valores que se materializam em um programa determinado e estratégias e táticas correspondentes, que constrói uma leitura da realidade com base em uma perspectiva teórica e racional da realidade. Com essa definição foi possível observar as ocorrências históricas a partir de um quadro conceitual mais rigoroso e adequado para identificar continuidades, dirimir confusões criadas por abordagens equivocadas e conformar uma leitura do anarquismo como um fenômeno global.

Duas grandes correntes são identificadas dentro da ampla tradição anarquista, com base em critérios que abarcam a posição de militantes, teóricos e organizações acerca da necessidade da organização, a importância das reformas e conquistas pontuais e a utilização da violência. São características genéricas utilizadas para identificar as ações e concepções

---

16 Algumas obras que sistematizam essa abordagem: Michael Schmidt e Lucien van der Walt, *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*, Oakland: Ak Press, 2009; CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica*, 2012, 275 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012.

anarquistas ao longo da história, embora haja especificidades que devem ser consideradas em estudos de casos específicos. O anarquismo insurrecionalista se caracteriza pela posição contrária a organização, admitindo apenas a articulação de grupos temporários em torno de determinadas ações específicas. Vê as reformas como nocivas à causa revolucionária, pois criam uma condição de melhorias artificiais, cumprindo papel de desmobilizar a luta revolucionária. Quanto a violência, defende que esta pode ser utilizada como disparadores de grandes movimentos de massa, mesmo que a princípio estejam vinculadas a ação de grupos isolados. O anarquismo de massas, caracteriza-se pela defesa da organização em todos os níveis, com diferentes leituras sobre como ela deve se dar.<sup>17</sup> A favor de reformas pontuais, defende que, se conquistadas por meio da ação direta, poderiam cumprir papel pedagógico na luta revolucionária. A violência deveria estar subordinada aos movimentos de massa, e não descoladas dele.

No Brasil, essa relação apresenta particularidades que permitem distinguir dois grupos distintos: organizacionistas e antiorganizacionistas. O insurrecionalismo foi um fenômeno concentrado na Europa, com influência residual no Brasil e com características específicas na Argentina e no Uruguai. O setor antiorganizacionista atuou em diversas atividades desde a publicação de periódicos como o *La Battaglia* sistematizando ideias do grupo *La Propaganda*, mas a principal atuação deste setor era o campo da educação. Recusando organizações mais perenes divergiam do setor organizacionista que defendia a atuação nos sindicatos como melhor forma de realizar a propaganda anarquista. Os organizacionistas eram majoritários, embora parte da bibliografia consagrada credite um poder de influência excessivo aos antiorganizacionistas. Possivelmente por conta da natureza das divergências

---

17 Diferentes concepções foram defendidas ao longo da história da ampla tradição anarquista. O dualismo organizacional defendia a complementaridade de um nível político-partidário, com unidade ideológica, teórica, estratégica e tática, e um nível de massas que abrangesse o conjunto da classe trabalhadora e setores oprimidos unidos por sua condição de explorados e dominados no sistema capitalista. São exemplos dessa concepção a Aliança da Democracia Socialista e o grupos de militantes ucranianos exilados na França, editores da revista *Dielo Trouda*, autores da Plataforma da União Geral dos Anarquistas. Outros grupos defenderam um dualismo no qual a organização dos anarquistas possuía estrutura flexível, sem unidade de qualquer tipo, atuando naquilo que cada indivíduo ou grupo tivesse interesse em contribuir. Exemplo desta concepção está contido nos manifestos homônimos “A Síntese”, um escrito por Sebastián Faure, outro escrito por Volin. Defendendo a organização dos trabalhadores em sindicatos, surgiram diferentes concepções sobre o papel dos anarquistas nessas entidades: atuar somente nos sindicatos, sem organização específica; conferir um programa anarquista ao sindicato, entre outras (CORRÊA, 2012, p. 182-185). Para mais informações Cf. DIELO TROUDA. *A Plataforma Organizacional*. São Paulo: Faísca, 2017; In: FERREIRA, Andrei Cordeiro.; TONIATTI, Tadeu Bernardes. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Alternativa, 2014. FAURE, Sebastien. *A Síntese Anarquista*. In: Anarkismo.net, 2009. < <http://www.anarkismo.net/article/12392> >; VOLIN. *A Síntese Anarquista*. In: Anarkismo.net, 2011. < <http://www.anarkismo.net/article/20027> >

essa distinção tenha sido turvada de algumas análises, uma vez que ambos defendiam a necessidade da propaganda anarquista e a importância da educação, discordando no tocante a melhor maneira e os melhores meios para tal, para os organizacionistas o sindicato era o melhor meio, ao passo que para os antiorganizacionistas não. Entretanto, dentro dos anarquistas partidários da organização havia concepções distintas de como esta deveria se estruturar.

Dentro deste grupo, havia posições como as de Neno Vasco – anarquista português radicado no Brasil, fiel à linha malatestiana - que defendia que o sindicato não deveria filiar-se a qualquer tendência político-ideológica, e que os anarquistas deveriam constituir organizações específicas para atuar no movimento sindical. Havia posições que defendiam a neutralidade sindical, mas não enxergavam a necessidade de organizações específicas anarquistas, defendendo que o sindicato era estrutura organizativa suficiente para a transformação social. Ainda havia posições que sustentavam a necessidade de estabelecer objetivos claramente anarquistas para as organizações sindicais. Em síntese, tratavam-se de posições relativas às estratégias do sindicalismo revolucionário, nos dois primeiros casos, e do anarcossindicalismo, no último caso. Nesse sentido, pode-se concluir que os anarquistas organizacionistas estiveram diretamente ligados à estratégia do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil na virada do século XIX para o XX. (OLIVEIRA, 2015, p. 68-69)

Com base em abordagens recentes trataremos do conceito de *sindicalismo de intenção revolucionária*. Ao longo da história da ampla tradição anarquista o sindicalismo de intenção revolucionária representou um conjunto de estratégias de atuação nos movimentos de massas, especialmente nos sindicatos, associações e sociedades operárias. Esse conceito abarca diferentes orientações de um sindicalismo pautado na ação direta das massas, com uma finalidade de transformação da sociedade, superação do capitalismo e da propriedade privada e o estabelecimento de uma sociedade sem classes, fundamentada no trabalho como eixo central da organização social. Diferentes contextos históricos e geográficos apresentaram concepções mais ou menos diferentes entre si, mas que guardavam os elementos acima mencionados como identidade comum.

Duas concepções que se situam no campo do sindicalismo de intenção revolucionária que tiveram incidência na América Latina no período pesquisado são: o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo. Há uma vasta bibliografia que trata ambos como sinônimo de anarquistas no sindicato. Há outra parcela mais modesta que diferencia e isola quase absolutamente anarquismo, anarcossindicalismo e sindicalismo revolucionário. E há

outra abordagem, que nos parece mais adequada, que trata anarcossindicalismo e sindicalismo revolucionário como duas expressões específicas do sindicalismo de intenção revolucionária, estratégias utilizadas pelos anarquistas para atuar no movimento de massas.<sup>18</sup>

Dentro desta perspectiva, o sindicalismo revolucionário se constitui historicamente como uma concepção de sindicalismo fundamentada nos princípios de ação direta e solidariedade de classe, utilizando táticas de boicote, sabotagem, a greve geral e greves parciais, entre outras como orientação fundamental da organização sindical. Os sindicatos se colocavam em confronto direto com as classes dominantes, organizando os trabalhadores em torno de demandas econômicas e materiais. Um elemento muito importante para o sindicalismo revolucionário é a desvinculação programática do sindicato a objetivos finalistas de tipo ideológico/doutrinário. Muitas vezes chamada de “neutralidade sindical” essa recusa a aderir a programas de determinada ideologia tinha como preocupação a amplitude máxima do sindicato e sua capacidade de organização dos trabalhadores da categoria a qual estava relacionada. Mesmo sem a vinculação ao anarquismo expressamente presente no sindicalismo revolucionário pode-se considerar este como uma estratégia para o movimento de massas majoritariamente impulsionada por anarquistas, desde a concepção organizativa de Bakunin na AIT, passando por inúmeros outros exemplos ao longo da história:

Sindicalismo revolucionário [...] é um termo mais reservado para a variante sindicalista que, por diversas razões, não se vincula explicitamente à tradição anarquista, e não percebia, ignorava, minimizava sua descendência anarquista. É típico das correntes sindicalistas revolucionárias negarem seu alinhamento a quaisquer filosofias ou agrupamentos políticos específicos – reivindicarem-se ‘apolíticas’, apesar da política radical que reúnem. A CGT

---

18 No primeiro tipo de abordagem mencionado podemos citar: FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e Conflito social: 1890- 1920. São Paulo: Difel, 1976; HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Editora, 1982; MARAM, Sheldon Leslie. Anarquismo, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890- 1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Proletariado Industrial na Primeira República. In FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 2, 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985. No segundo tipo de abordagem: TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2004. No terceiro tipo de abordagem, além das obras já citadas nessa seção: CASTRO, Rogério de. *Nem Prêmio, Nem Castigo: educação, anarquismo e sindicalismo em São Paulo (1909-1919)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017; CORRÊA, Felipe. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*. 2010, Anarkismo.net. Disponível em: < [http://www.anarkismo.net/article/16164?print\\_page=true](http://www.anarkismo.net/article/16164?print_page=true) >. Acessado em 12 fev. 2015; RUGAI, Ricardo. *Um Partido Anarquista: uma história da FAU*, Ascaso, São Paulo: 2012; SAMIS, Alexandre. *Sindicalismo e Anarquismo no Brasil (1903-1934)*. 2013a. Disponível em: <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2013/01/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil.pdf>, Acesso em: 07 fev. 2015. Acesso em: 10 jan. 2015; SANTOS, Kauan dos. *Paz Entre Nós Guerra aos Senhores: o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas Guerra Sociale e A Plebe na segunda década do século XX em São Paulo*. 178 f. Dissertação (Mestrado em História). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – UNIFESP, São Paulo: 2016.

francesa depois de 1895 é um clássico exemplo de um sindicato revolucionário que minimizou suas ligações com o anarquismo. (VAN DER WALT; SCHMIDT, 2009, p. 142)

Na mesma direção Corrêa (2010) aponta a devida aproximação entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo:

Como tentamos demonstrar, o sindicalismo que sustentava a neutralidade, a independência e a autonomia dos sindicatos, ou seja, sua não vinculação a qualquer corrente política e ideológica constitui o sindicalismo revolucionário. O sindicalismo revolucionário nunca se colocou, explícita e conscientemente, em vínculo com o anarquismo. E isso não invalida a afirmação que fizemos anteriormente: o sindicalismo revolucionário é, para nós, uma estratégia do anarquismo – um vetor social –, que foi impulsionada determinantemente pelos anarquistas, ainda que tenha tomado corpo em todo um contingente popular amplo de anarquistas e não-anarquistas, corpo esse que constituiu sua verdadeira base, e faz com que não seja possível atribuir completamente o fenômeno do sindicalismo revolucionário aos anarquistas. (CORRÊA, 2010, p. 25)

O finalismo (anarcossindicalismo), no entanto, apresenta como característica a adesão programática dos sindicatos ao anarquismo, normalmente essa adesão fica claramente evidenciada em seus documentos de princípios, adotando o Comunismo Anarquista como objetivo finalista do sindicato. Embora os princípios de ação direta e solidariedade de classes, bem como as táticas de luta presentes no sindicalismo revolucionário lhe sejam comuns, as experiências anarcossindicalistas marcam posição firmemente na adesão programática ao anarquismo. Se tomarmos os apontamentos dos pesquisadores anteriormente mencionados, podemos observar que:

Anarcossindicalismo é um termo mais reservado ao tipo revolucionário de sindicalismo que é aberta e conscientemente anarquista em suas origens, orientações e objetivos. O exemplo clássico seria a CNT espanhola, que possui suas raízes na seção espanhola anarquista da Primeira Internacional [a FRE] e nas ideias de Bakunin. (VAN DER WALT; SCHMIDT, 2009, p. 142)

Novamente complementando essa leitura, podemos citar outro trecho de Corrêa:

O que diferencia esse sindicalismo revolucionário do anarcossindicalismo é que o primeiro nunca se vinculou explícita e conscientemente ao anarquismo, diferentemente do segundo. Considerando essa diferença, os dois maiores exemplos de anarcossindicalismo na história teriam ocorrido na

Rugai (2012, p. 56), entretanto, faz uma importante advertência que deve ser levada em consideração. O conteúdo do conceito anarcossindicalismo já estava em pleno funcionamento antes mesmo que fosse assim designado. O termo passa a ser utilizado e difundido a partir de 1919, quando a CNT espanhola abandona a neutralidade sindical e o sindicalismo revolucionário e passa a adotar objetivos finalistas declaradamente anarquistas. Porém, a *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA) já tinha o Comunismo Anárquico como objetivo finalista da associação desde 1905. Portanto, há certo anacronismo em se falar em anarcossindicalismo antes de 1919. Na mesma direção, Colombo (2013, p. 91-92) aponta que “a orientação ideológica definida pelo V Congresso, recomendando a propaganda e a esclarecimento mais amplo possível do comunismo anárquico, foi conhecida como “finalismo forista”. Tal resolução se constituiu como uma “firme declaração anarquista no seio da organização operária, muito antes do desenvolvimento do anarcossindicalismo”. Dessa maneira, quando nos referirmos ao finalismo estaremos nos referindo ao mesmo conteúdo e prática política que o conceito de anarcossindicalismo expressa.

Estas definições são importantes para que possamos perceber a complexidade dos debates estratégicos no movimento operário no decênio de 1910, quando as disputas entre concepções de sindicalismo entre anarquistas ganharam maior projeção no Brasil, em comparação com a década anterior. Mais do que isso, a investigação dessas disputas nos oferecem elementos que, esperamos, demonstrem ao leitor o caráter transnacional da intensificação de posições finalistas na América Latina, com especial atenção ao cone sul em que a influência da FORA parece cumprir papel de polo irradiador do finalismo. A seguir apresentaremos um breve histórico da FORA (*Federación Obrera Regional Argentina*) e sua relação com a criação e fortalecimento de escolas libertárias que contribuirá para a posterior abordagem do sindicalismo de intenção revolucionária e das Escolas Modernas em São Paulo.

Por fim, cumpre destacar algumas questões relativas a alguns cânones do sindicalismo revolucionário construídos a partir de parte de uma historiografia desta vertente estratégica do movimento operário. Ao discutir a origem, incidência histórica e os elementos fundantes do sindicalismo de intenção revolucionária fatalmente encontraremos questões chave, sobretudo quando dialogamos com perspectiva teórica que busca estabelecer os nexos que conectam o anarquismo a essa vertente estratégica. Schmidt e Van der Walt (2009, p. 149, tradução

nossa<sup>19)</sup> apontam como dois problemas fundamentais nesse campo de discussão os argumentos que identificam uma oposição entre anarquismo e sindicalismo e o argumento que identifica as raízes do sindicalismo fora do anarquismo, mais especificamente atribuindo-as à uma espécie de síntese entre o marxismo clássico e o movimento intelectual identificado como a “Revolta contra a Razão”. Esse debate é estabelecido a partir de uma interpretação que se tornou hegemônica dentro de determinada concepção teórica que identificou em Sorel e seus seguidores, como Antonio Labriola, a matriz de origem do sindicalismo revolucionário. Os sul-africanos, autores de *Black Flame*, identificam a origem dessa interpretação com base nos aportes de Louis Levine, que identifica no livro *Socialismo e o Movimento Social*<sup>20</sup> de Werner Sombart a primeira manifestação sistematizada desta leitura. Depois disso, a interpretação seguiu seu caminho por diversas obras teóricas, inclusive em abordagens de autores simpáticos ao anarquismo.

Nesse sentido, mesmo com ideias pouco consistentes ao longo dos anos, Sorel se inseria naquele contexto de fins do século XIX e início do século XX como “um representante de um estado de espírito particular dentro dos intelectuais radicais ocidentais, [...] um estado de espírito que tem sido chamado de “Revolta contra a Razão”. É dentro dessa circunstância que a ênfase conferida por Sorel ao “sentimento sobre a reflexão, na ação sobre a teoria, na vontade sobre a razão, na juventude sobre a civilização” deve ser compreendida como reflexo de sua oposição “ao racionalismo e a democracia parlamentar e de sua crença no poder regenerativo do mito e da violência revolucionário”. E foi essa inclinação que despertou seu interesse pela CGT francesa e sua plataforma sindicalista, partindo da premissa teórica que a burguesia não seria capaz de realizar a tarefa de fazer avançar a base industrial para uma futura sociedade socialista. Sorel “acreditava que a greve geral dos sindicalistas era um mito heroico (se irracional) que poderia galvanizar a classe trabalhadora para uma ação violenta e com isso regenerar a Europa” (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p. 150)

Dentro desse quadro, uma perspectiva crítica a abordagem que se tornou hegemônica, pode ser encontrada nos pesquisadores sul-africanos. Sua argumentação aponta a incipiente relação orgânica de Sorel com o sindicalismo no período, sobretudo em relação à CGT.

19 Todas as referências relativas a esta obra são de tradução nossa.

20 Sombart discorre sobre a origem marxiana do sindicalismo e os aspectos de crítica a civilização e ao progresso dessa vertente estratégica cuja origem é identificada na França do final do século XIX no quinto capítulo da primeira parte deste livro, onde busca identificar o significado, a origem e a influência do sindicalismo revolucionário dentro da tradição socialista. Cf. SOMBART, Werner. *Socialism and the Social Movement*. London/New York: 1909. Disponível em <<https://ia902609.us.archive.org/29/items/socialismsocialm00sombuoft/socialismsocialm00sombuoft.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2018.

Segundo eles, Sorel tendia a imputar suas próprias convicções (oposição ao racionalismo, uma hostilidade à democracia, e a crença no poder do mito e da violência) ao movimento do qual era apenas comentador. Sorel e seu grupo de intelectuais não desenvolveram as ideias fundamentais do sindicalismo, ou foram porta-vozes da CGT, foram intelectuais que interagiram com um movimento real, composto por militantes e ideias que frequentemente se chocavam com aquelas expressas por Sorel e seu círculo. Nesse sentido, a própria influência de Sorel no sindicalismo em nível internacional é questionável fora de um âmbito restrito a discussão teórica. Sua identificação como cânone do sindicalismo parece bastante inverossímil, uma vez que seu interesse pelo sindicalismo se inicia quase dez anos depois do início da ascensão do sindicalismo francês. A principal biografia de Sorel em língua inglesa<sup>21</sup> considera mínimo seu envolvimento com a CGT e sustenta a posição que a “descrição da doutrina sindical de Sorel não era original, suas reflexões acerca do sindicalismo eram “respostas” a um movimento existente, sua influência era “irrisória””, além disso, “sua contribuição ao sindicalismo está circunscrita ao período compreendido entre 1905 e 1909, período em que se deslocou para a extrema direita”. Ainda no que diz respeito a relação com a CGT e a orientação teórica do sindicalismo francês, os sulafricanos sustentam, com base nos aportes biográficos de Sorel, que “é impossível mostrar uma conexão direta entre os militantes do movimento operário francês e os filósofos da Revolta contra a Razão”. Reforçam ainda que “Sorel não tinha contato com o movimento operário”, nunca colocou os pés nos escritórios da CGT, não “desempenhava papel algum, além da relação com alguns contatos”, e tinha “diferenças fundamentais” com os membros da CGT” (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p. 150-151). Não se trata de desqualificar as reflexões de Sorel para a consolidação do sindicalismo revolucionário, mas sim, de relativizar sua influência nos meios operários, abrindo espaço, dessa maneira, para perceber as contribuições de outros militantes e intelectuais que contribuíram para o desenvolvimento desta estratégia.

Além disso, a abordagem que atribui ao sindicalismo francês do final do século XIX o status de marco inicial do sindicalismo revolucionário é equivocada. Schmidt e Van der Walt sustentam que a origem do sindicalismo pode ser identificada na prática da AIT por meio da concepção defendida por Bakunin e pelos aliancistas<sup>22</sup>, seguida por algumas experiências de

21 Schmidt e Van der Walt apresentam as seguintes referências para conferência e aprofundamento acerca dos aportes apresentados: JENNINGS, J. R. *George Sorel: the character and development of his thought*. Basingstoke, UK: Macmillan, 1985. LEVINE, L. *Syndicalism in France*. 2nd ed. New York: Columbia University Press, 1914. RIDLEY, F. F. *Revolutionary Syndicalism in France: The Direct Action of Its Time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

22 Cf. LEVAL, Gaston. *Bakunin, Fundador do Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo: Imaginário/Faísca,

organização sindical na Europa, na América Latina e na América do Norte. A FORE (*Federación Obrera Regional Española*) fundada como uma seção da AIT, representando em 1872 cerca de 20.000 trabalhadores espanhóis, 236 federações locais e algo em torno de 600 seções sindicais. No ano seguinte a FORE alcançaria 60.000 membros. Mais tarde, retomando a experiência dos anos 1870, articula-se a FTRE (*Federación de Trabajadores Regional de España*), fundada em 1881, afirmando contar no ano seguinte a sua fundação com 70.000 membros. O documento produzido e publicado pela FTRE em 1891, “Pacto de União e Solidariedade” pode ser co-relacionado com o posterior surgimento da CNT (*Confederación Nacional del Trabajo*) no século XX (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p. 155).

Nos EUA, durante a década de 1880, uma rede anarquista de proporções consideráveis se formou, bem como uma abordagem sindicalista no movimento operário relacionada com sua prática política. Em Pittsburgh, em 1883, os anarquistas defenderam uma orientação sindicalista para a sua atuação no IWPA (*International Working's People Association*) e publicaram o jornal anarquista *Alarm*. Mas o caso mais emblemático é o transcorrido em Chicago. Também por meio do IWPA, os anarquistas fortaleceram a articulação e as reivindicações do movimento operário pela pauta histórica da jornada de 8 horas, envolvendo-se diretamente no incidente de Haymarket. Desde o 1º de maio, data estipulada pelos trabalhadores como dia de luta pela jornada de trabalho de 8 horas, a polícia agia sistematicamente reprimindo todos os encontros públicos realizados, inclusive provocando vítimas fatais, até que no dia 4 de maio de 1886 quando novamente o expediente repressivo avançaria brutalmente contra a multidão de trabalhadoras e trabalhadores, mulheres e crianças, uma bomba caseira atravessou o caminho dos algozes fardados, vitimando seis oficiais e desencadeando um massacre perpetrado pela polícia contra o povo trabalhador concentrado nas ruas de Chicago que vitimou pelo menos quatro civis. Oito militantes do IWPA foram presos e responsabilizados pelo episódio (Albert Parsons, Louis Lingg, Adolph Fischer, George Engel, August Spies, Michael Schwab, Samuel Fielden e Oscar Neebe), sendo que cinco deles foram condenados a morte em 1887. Impulsionando o modelo de sindicalismo do IWPA como herança cuja influência seria central para a posterior formação do IWW (*Industrial Workers of the World*) e deixando o legado do 1º de maio como dia internacional de luta dos trabalhadores, os anarquistas cumpriram importante papel na

---

2007. NASCIMENTO, Selmo. *Greves e Lutas Insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário*. 334f. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2017.

construção do sindicalismo revolucionário (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p. 156).

Tendo esses eventos arrolado todas estas experiências de organização e luta da classe trabalhadora em meados da segunda metade do século XIX, os sul-africanos afirmam:

Em suma, o sindicalismo de intenção revolucionária precedeu a CGT francesa em cerca de duas décadas e estava intrinsecamente ligada ao movimento anarquista desde o início. A concepção de sindicalismo revolucionário não foi inventada na França nos anos 1890 e depois exportada para outros lugares; em vez disso, o que ocorreu na França nos anos 1890 foi uma *retomada* da tradição de massas do anarquismo, um retorno às concepções de Bakunin, não sua supressão por outra corrente. As próprias concepções da CGT francesa devem ser situadas dentro da ampla tradição anarquista e sua história, bem como a entrada de anarquistas nos sindicatos franceses deve ser vista como consequência de um debate estratégico *interno* da ampla tradição anarquista. A conquista da CGT desempenhou um papel decisivo no declínio do insurrecionalismo anarquista, mas esse papel foi ilustrativo e de inspiração, mais do que de inovação. A questão é, havia, de fato, uma nascente onda organizativa sindicalista nos anos 1870 e 1880, que precedeu a mais conhecida onda iniciada nos anos 1890. (VAN DER WALT; SCHMIDT, Op. Cit., p. 158)

Uma das principais referências no campo do finalismo, mais tarde chamado de anarcossindicalismo, foi a FORA. É através dela e por meio de contatos orgânicos com militantes como Florentino de Carvalho, que circularam entre Brasil e Argentina, que as ideias finalistas chegaram ao Brasil. Mas a relação entre as associações operárias destes países, como vimos anteriormente, transcorria por diversas formas. O debate estratégico que culminou na declaração finalista da FORA, em 1905, só seria pautado no Brasil na década seguinte. Para compreender melhor esse processo, faremos uma retomada do desenvolvimento histórico das associações operárias argentinas e sua relação com a educação libertária, visto que Florentino de Carvalho foi um dos mais destacados militantes que ocupavam a posição de educador nas Escolas Modernas de São Paulo.

#### **2.4. A FORA e a Educação Libertária<sup>23</sup>**

Em maio de 1901 reuniu-se um congresso operário que teve como resolução a criação

---

23 Parte do conteúdo desta seção foi apresentada no I Congresso de Pesquisadorxs Sobre Anarquismo e consta como parte do artigo completo nos anais do referido evento. OLIVEIRA, Ivan Thomaz Leite de. Sindicalismo revolucionário, anarcossindicalismo e suas implicações nas escolas modernas paulistas (1912-1919). In: CONGRESO DE INVESTIGADORXS SOBRE ANARQUISMO, 1., 2016, Buenos Aires. *Actas...*. Buenos Aires: Cedinci, 2016. p. 569 - 590. Disponível em: < <http://congresoanarquismo.cedinci.org/wp-content/uploads/2017/04/Actas-Final.pdf> >

da FOA (*Federación Obrera Argentina*) como iniciativa de anarquistas e socialistas a fim de organizar a luta do proletariado. Desde seu surgimento, a FOA promoveu a criação de escolas livres, a luta pela redução da jornada de trabalho e contra a carestia de vida, bem como a equiparação salarial entre homens e mulheres. Seu órgão de imprensa era o *La Organización Obrera*. As divergências estratégicas entre socialistas e anarquistas rapidamente se tornaram irreconciliáveis e já em 1902 se constata um “racha” na associação, com a saída dos socialistas que fundam sua própria central sindical, a UGT (*Unión General del Trabajadores*). Por sua vez, em seu IV congresso, a FOA passa a se chamar FORA (*Federación Obrera Regional Argentina*). Para Rugai (2012, p. 52), com a criação da UGT, o Partido Socialista inaugura uma tradição de “rachas” que será um dos motivos para a ideologização e partidarização das organizações sindicais, dificultando a unidade da classe trabalhadora argentina.

No ano seguinte, em 1905, a FORA estabeleceu como seu objetivo finalista o Comunismo Anárquico. Transcrevemos a resolução do congresso abaixo:

El Quinto Congreso de la FORA, consecuente con los principios filosóficos que han dado razón a las organizaciones de las federaciones obreras, declara: Que aprueba e recomienda a todos sus adherentes la propaganda e ilustración más amplia en el sentido de inculcar a los obreros los principios económico-filosóficos del COMUNISMO ANARQUICO. Esta educación, impidiendo que se detengan en la conquista de transitórias mejoras materiales, les llevará a su completa emancipación y por conciguiente a la evolución social que se persigue. (RAMA; CAPPELLETTI, 1990, p. 153)

Desde o início do século XX, instalou-se um forte quadro de mobilização entre os trabalhadores organizados inicialmente na FOA e mais tarde na FORA, com uma resposta repressiva muito intensa, como já discutido anteriormente. O estado de sítio foi acionado diversas vezes, conflitos entre trabalhadores grevistas e a polícia provocaram a morte de dezenas de trabalhadores e uma série de atentados contra autoridades policiais e membros das classes dominantes foram realizados. Em 1902 é promulgada uma das mais contundentes expressões da repressão instituída no funcionamento do Estado argentino: a Lei de Residencia, que perdurou até a metade do século. Por instância do VI congresso da FORA realizado em Rosário contavam-se 105 sociedades de resistência em todo o país e 34.000 aderentes. Nesse contexto, vale destacar o apoio e acompanhamento da FOA às experiências educativas. Em seu primeiro congresso destacam a necessidade da implementação destas

escolas com aporte econômico da federação. No segundo congresso, ocasião em que ocorre o “racha” dos socialistas, sustentam que era indispensável para os sucessores da federação a criação de uma grande instituição de ensino. A recomendação foi transmitida para a FORA, que em seu quinto congresso recomenda as associações de resistência que reservem parte de seus fundos para o financiamento de escolas livres, bibliotecas e outras iniciativas e que a FORA apoie todas as iniciativas com o objetivo de constituí-las, por meio de suas seções locais. Por ocasião de seu VI congresso a FORA cria o Conselho de Educação e Instrução, responsável por “organizar escuelas diurnas y nocturnas, construir bibliotecas y demás cosas necesarias para elevar intelectualmente a la clase proletaria, dándole una educación integral y la lengua internacional esperanto” (ACRI; CÁCEREZ, 2011, p.134). Outras escolas, ateneus e bibliotecas foram criadas em Santa Fe, Bahia Blanca, La Plata, Buenos Aires e outras cidades. Entre 1904 e 1905, foram criadas Escolas Modernas em Buenos Aires e Rosário.

Após renunciar ao cargo de diretor na Escola Laica de Lanuz, Julio R. Barcos<sup>24</sup> assume a direção da Escola Moderna de Buenos Aires. Fundada em 1907, contava com um grande número de associações sindicais como carpinteiros, pintores, mecânicos e outros na *Comisión Administrativa de la Escuela Moderna*. Inicialmente ofereceu cursos noturnos conhecidos como *Escuelas Integrales Nocturnas*. Por conta de dificuldades financeiras só inaugurou cursos diurnos em 1908. Para assegurar os recursos para seu funcionamento, a Escola Moderna de Buenos Aires realizou uma série de eventos e conferências nos centros de estudos sociais. Como forma de propaganda, publicava seu boletim mensal entre 1907 e 1908.

No 1º de maio de 1909 anarquistas e socialistas convocaram duas manifestações, no entanto, somente àquela convocada pelos primeiros foi violentamente reprimida. O chefe de polícia Ramon L. Falcón ordenou uma forte investida contra 30.000 pessoas, deixando dezenas de mortos e feridos. A FORA convocou uma greve geral, apoiada pela UGT que durou uma semana e foi respondida com ainda mais repressão, prisões de oradores, perseguições à militantes e um policiamento ostensivo nas ruas. Após a semana de confronto aberto entre proletariado e as forças repressivas do Estado, que ficou conhecida como *La Semana Roja*, o governo finalmente cedeu uma série de reivindicações dos trabalhadores. No entanto, a manutenção do chefe de polícia no cargo provocou descontentamento popular.

---

24 Militante anarquista e professor, na primeira década do século XX, Julio Barcos havia tomado partido de campanhas e da implementação de Escolas Modernas em diversas localidades na Argentina. Espaços libertários para a realização de uma organização escolar contrária àquela proposta mantida pelo Estado. Entretanto, na década de 1910 passa a atuar dentro do sistema público de ensino, destacando-se na criação do sindicato dos professores.

Diante dessa situação, um anarquista russo Simon Radowitzky, realizou uma ação de vingança contra Ramon Falcon, assassinando-o. Radowitzky foi preso e enviado a Ushuaia, uma colônia penal fora do continente conhecida como “cemitério de homens vivos” (ACRI; CÁCEREZ, 2011, p. 126).

Os próximos três anos foram marcados pela clandestinidade do movimento libertário no país, mais 2.000 militantes deportados e outros tantos presos, mal se publicava o *La Protesta*.<sup>25</sup> Até que entre 1913 e 1914 inicia-se um processo de reorganização dos sindicatos e retomada de publicações libertárias. Ao mesmo tempo, em 1915, produziu-se outro racha no movimento que já expressava uma cisão anteriormente verificada no movimento quando já em 1909 se constata a presença da *Confederación Obrera Regional Argentina* (CORA) partidária do sindicalismo revolucionário.

Em um artigo publicado em *A Voz do Trabalhador*, José Borobio, delegado da FORA no Brasil, ao despedir-se dos companheiros com quem conviveu por cerca de dois anos em terras brasileiras, apresenta relatos dos últimos acontecimentos do movimento operário argentino. Afirma que após o V Congresso da FORA em 1905, dissidências foram criadas no seio desta associação devido a sua declaração “finalista”, culminando na criação da CORA (*Confederación Obrera Regional Argentina*). Em 1914, com base no Pacto de Solidariedade da FORA de 1904, a CORA delibera pelo reingresso na FORA, suas resoluções apontam os seguintes encaminhamentos:

1º Conforme critério predominante de adesão em massa à Federalción Obrera Regional Argentina, de acordo com o Pacto de Solidariedade desta instituição sancionado no congresso de 1904 – Pacto este que marca a marcha d proletariado sul-americano e que, o Segundo Congresso Operário Brasileiro aprovou em uma de suas sessões – *mantendo como princípio da ação no seio da FORA a mais ampla autonomia da organização diante dos partidos políticos e seitas, pelo que exclui toda declaração ulterior e de uma natureza extra sindical.*

2º Ao coincidir esta resolução com os acordos do último congresso da FORA, celebrado a 25 de abril de 1910, que convidava as organizações a se lhe aderirem de acordo com as declarações do Pacto de Solidariedade de 1904; e conforme a um acordo do mesmo se designem três membros para se integrem ao Conselho Federal em nome das organizações confederadas e autônomas.

3º Induzir o conselho federal, que, dentro da brevidade possível, convoque

---

25 Em 1897, setores organizacionistas do anarquismo argentino editavam o jornal *La Protesta Humana*, que ao final de 1903 passa a se chamar apenas *La Protesta*. Este periódico foi editado durante muitos anos, alcançando momentos com tiragens expressivas, publicação de suplementos e jornais complementares nos contraturnos da publicação do *La Protesta*. Cf. ACRI, Martin.; CÁCEREZ, María. *La educación libertaria en la Argentina y em México (1861-1945)*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2011, p. 118-122.

um congresso geral dos sindicatos do país, com o objeto de que, com o robustecimento da organização, surgida desta concentração se empenhe um ativo e intenso labor. (BOROBIO, *A VOZ DO TRABALHADOR*, 01/02/1914)

Esse processo de fusão dos sindicatos autônomos da CORA junto a FORA, segundo Acri e Cáceres (2011), pode ser considerada uma das raízes do “racha” que se daria no ano seguinte, durante o IX Congresso da FORA, momento em que as posições divergentes chegaram ao limite e, com a queda da resolução finalista, os partidários desta estratégia abandonaram a entidade criando outra de mesmo nome. Dessa maneira,

(...) passaram a coexistir duas “FORA”. A ala dos chamados “sindicalistas puros” composta também por anarquistas, conseguiu maioria e anulou o item ideológico vigente desde o V congresso através da seguinte resolução: “a FORA não se pronuncia oficialmente partidária, nem aconselha a adoção de sistemas filosóficos, nem ideologias determinadas”. A outra ala, agora minoria, saiu da federação, mas não abriu mão da sigla e seguiu se autodeterminando FORA. A partir de então coexistiram na Argentina duas federações de mesmo nome: “FORA do 5o” e a “FORA do 9o congresso”, predominado temporariamente a linha sindicalista revolucionária. (RUGAI, 2012. p. 68)

No campo da educação, na década de 1910, foram criadas as revistas *Francisco Ferrer* (1911) e *La Escuela Popular* (1912), consideradas os principais órgãos de difusão do ensino racionalista na Argentina, sendo os veículos de propaganda da *Liga de Educación Racionalista*. Mais do que um espaço de propaganda e debate de ideias, as publicações tinham como objetivo fomentar a criação de escolas e sociedades de extensão cultural, organizar conferências científicas e dar suporte para todas as atividades nesse âmbito. As dificuldades financeiras, políticas e de comprometimento e envolvimento que marcaram as iniciativas frustradas de criar escolas racionalistas na década precedente e a repressão do Estado a essas iniciativas fizeram com que os militantes envolvidos com esse projeto se tornassem mais críticos e rigorosos com os critérios para abertura de novas escolas. É possível que essa seja uma das razões pelas quais parte do movimento sindical olhava com receio o emprego de força militante na criação de escolas, ponderando que o melhor uso desses esforços seria o próprio movimento sindical. Alguns autores apontam que em diversos momentos tanto os sindicatos como a FORA V de forma conjunta não forneceram o apoio necessário para a consolidação das escolas (ACRI; CÁCEREZ, 2011, p. 148-152).

Durante o ano de 1913 foi realizada uma campanha financeira para o Comitê Pró-

Escola Moderna, a fim de assegurar a reabertura das escolas fechadas no período de clandestinidade do movimento operário e da ação libertária. Alguns nomes responsáveis pela divulgação do ensino racionalista eram Renato Ghia, Carlos Vergara e Julio Barcos. Um grande número de Escolas Modernas foi criado nesse período, com participação direta dos sindicatos operários, mesmo com uma duração reduzida, as iniciativas empreendidas em diferentes cidades demonstram a importância conferida pelo movimento operário à criação de espaços formativos voltados para a classe trabalhadora. Dentre as escolas criadas podemos citar a *Escuela Racionalista N°1 de Rosario*, fundada entre 1913 e 1915 permanecendo ativa até 1920, com sede na Federação Operária Local, oferecendo cursos noturnos de leitura, escrita e gramática; a *Escuela Moderna de Punta Alta*, criada em 1917 existiu até 1919, com o apoio dos trabalhadores do porto, ferroviários e do *Centro Social Amantes de la Educación Popular de Bahía Blanca*; a *Escuela Moderna de La Plata*, criada em 1914 existindo até 1916 resistindo a dificuldades econômicas e ideológicas; a *Escuela Moderna de Almagro*, fundada no final de 1915 existindo durante alguns anos, mesmo sem apoio suficiente das associações que integravam a FORA V (ACRI; CÁCEREZ, 2011, p. 176-179).

Uma interessante particularidade do caso argentino, em comparação com o brasileiro, é que a *Liga de Educação Racionalista* saudou a iniciativa de organização sindical dos professores e a atuação dentro do sistema público de ensino. Diferentemente do que ocorreu no Brasil, o raio de ação da Liga se ampliou, buscando influenciar e contribuir para a organização no campo sindical desses professores. Na visão de Julio Barcos se fazia necessário uma completa transformação do sistema educacional, análise que se pautava na constatação primeira da incapacidade completa do Estado gerir a educação, função eminentemente social, a ser exercida pelo povo, por meio de suas formas de organização, em especial a organização sindical. Defendia a incorporação da educação integral ao sistema público de ensino, a fim de atacar de forma direta a cisão entre trabalho manual e intelectual. Por ocasião da organização do V Congresso Pedagógico Nacional, realizado em San Juan em 1911, que contou com prévia articulação e ampla participação das sociedades de resistência de professores, Barcos salientava que a função das associações e daquela conferência era estreitar os laços de solidariedade entre a categoria docente, agrupar forças para reivindicar e assegurar as mudanças profundas que desejavam realizar no sistema de ensino e garantir condições econômicas, intelectuais e sociais dignas para a categoria (ACRI; CÁCEREZ, 2011, p. 185-186).

Por fim, para apresentar um último aspecto interessante acerca do anarquismo platense que nos faz tencionar os limites de nossas definições, cumpre destacar o surgimento de uma vertente que a princípio poderia ser identificada com o anarquismo insurrecionalista: os expropriadores. Rugai (2012) pontua que o anarquismo expropriador do Rio da Prata se pautava por um individualismo distinto daquele que era a marca do insurrecionalismo francês de Ravachol e Emile Henry. Na França, a ação dos anarquistas estava muito distante da classe trabalhadora, ao passo que na Argentina e no Uruguai a ação dos expropriadores não buscava a propaganda pelo fato. Na realidade, a ação dos expropriadores platenses nunca tinha por objetivo ganhos pessoais, a destruição pura e simples de monumentos e o assassinato de figuras ligadas as classes dominantes. Suas ações tinham como objetivo conseguir recursos para o financiamento de periódicos anarquistas, campanhas sindicais, suporte a família de militantes presos ou o resgate de presos políticos seja levantando fundos, seja realizando ações para tal. O seu individualismo consistia na ação de pequenos grupos, distintamente da ação de massas sindical. Por conta dos debates acerca das ações dos expropriadores, em uma reunião de delegados da FORA V, em 1922, decidiu-se pela expulsão da associação do setor vinculado ao *La Antorcha* e mais outros dois periódicos: *Pampa Livre* e *Idea*, negando a sua participação nas instâncias orgânicas da federação e atacando esse grupo material e moralmente, excluindo de cargos representativos os indivíduos identificados com a tendência expropriadora. Esta divisão do setor libertário possuía não tanto uma motivação ideológica, sendo este um campo onde as divergências eram mínimas, mas sim de ordem tática, estratégica e pessoais. Os expropriadores González Pacheco e Antillí, estavam fortemente envolvidos em enfrentamentos com Emilio Lopez Arango e Diego Abad de Santillan, identificados como a ala ortodoxa da FORA, que se organizava na FORA V. Os *antorchistas*, partidários da ação direta expropriadora, desqualificavam seus adversários como reformistas. As diferenças, difamações e desqualificações públicas alcançaram o lamentável ponto de tornarem-se perseguições e enfrentamentos físicos que provocaram confrontos, brigas, saques a sedes de periódicos rivais e eventualmente mortes de militantes por outros militantes (ACRI; CÁCEREZ, 2011, p. 225).

É interessante notar que havia uma complexa e intrincada relação dos setores anarquistas com a educação, que não permite que classifiquemos os setores expropriadores como contrários a ação educativa e os setores contrários a tática das expropriações como setores mais a fins da educação como ferramenta de mobilização do movimento operário.

Conforme podemos constatar no seguinte trecho:

En los dos congresos importantes de la FORA V, en 1923 y 1928, no se hizo alusión alguna a la educación u organización de escuelas libres, si bien, más allá de que la FORA haya promovido la educación en sus primeros tiempos, las propias organizaciones obreras habían impulsado, apoyado y creado escuelas, bibliotecas, ateneos, centros de estudios, etc. Creemos que el problema era bastante complejo. Existían serias denuncias del poco apoyo de los trabajadores para tales iniciativas. Aunque el sector antorchista, a través de su periódico, promovió en 1922 la constitución de Escuelas Racionalistas: “viendo el abandono que de la enseñanza tienen los sindicatos de la región Argentina, y afirmando que la acción más emancipadora de la clase proletaria es la Escuela Racionalista, proponemos que las FOL locales organicen escuelas paulatinamente y a la medida de sus fuerzas, contando de antemano con el más decidido apoyo de todos los sindicatos y de elementos competentes em la pedagogía para el buen éxito de la iniciativa”. (ÁCRI; CÁCEREZ, 2011, p. 228)

As práticas educativas continuaram a se desenvolver, mesmo a despeito das disputas e cisões dentro do movimento operário, mais especificamente nas fileiras anarquistas, que se transportaram para o campo da educação. Multiplicavam-se experiências por fora da esfera estatal, e uma nova frente de atuação foi aberta com a atuação de Júlio Barcos dentro do sistema de educação do Estado. Este militante, como já mencionado, teve importante papel na criação do sindicato dos professores. Defendia a independência ideológica nas tarefas pedagógicas tanto nas escolas libertárias quanto na escola estatal, o que provocou problemas com setores anarquistas, em especial aqueles ligados a ortodoxia forista.

## **2.5. Sindicalismo Revolucionário e Anarcossindicalismo em São Paulo**

No início deste capítulo apresentamos um panorama da correlação de forças do movimento operário na luta de classes durante as duas primeiras décadas do século XX em São Paulo, com especial atenção à capital e à cidade de Santos. Destacamos a relação entre organização e mobilização em um contexto onde se intercalavam situações de refluxo e repressão, com momentos de ascenso de luta e avanço organizativo. É em meio a esses avanços e retrocessos que emergem as iniciativas organizativas no campo do sindicalismo de resistência e no campo da educação formal que tomamos como objeto de análise. Apresentamos ainda a repressão como fator que estimulou a mobilidade compulsória de militantes como elemento complementar a ação de propaganda e enraizamento da organização

operária no período como fatores de propagação de concepções estratégicas que protagonizaram debates no seio do movimento operário no início da década de 1910. Anteriormente, buscamos, ainda, conceituar de maneira rigorosa tais concepções estratégicas no plano teórico, bem como identificar histórica e politicamente a sua origem e as possíveis conexões com o Brasil. Cumpre agora, destacar como diferentes posições dentro do campo do sindicalismo de intenção revolucionária impactaram entidades e militantes atuantes no movimento operário brasileiro.

Em 1905, contando com a articulação de cinco ligas operárias e o trabalho político de socialistas e anarquistas era fundada a Federação Operária de São Paulo (FOSP). No momento de sua fundação, a entidade contava com a adesão da União dos Chapeleiros, da Liga dos Trabalhadores em Madeira, da Liga dos Carpinteiros, da União Internacional dos Sapateiros e da União Operária, esta última reunindo diversos trabalhadores de categorias que não possuíam sindicatos próprios. “A sede estabeleceu-se no Largo do Paisandu, número 44 e Sorelli se tornou seu primeiro secretário” (TOLEDO, 2002, p. 289-290). O jornal da FOSP chamava-se *A Luta Proletária*, sendo publicado inicialmente em português e posteriormente em italiano, passando a chamar *La Lotta Proletaria*. No primeiro Congresso Estadual de São Paulo, realizado em 1906, aprovou-se os estatutos da entidade, porém não constava na ordem do dia qualquer discussão sobre finalismo.<sup>26</sup> Pela própria composição é possível afirmar que “desde sua fundação mostrava-se claramente adepta do sindicalismo revolucionário, em um claro confronto com a tendência reformista do socialismo e com os anarquistas contrários à organização sindical” (TOLEDO, 2002, p. 290).

A FOSP passou a atuar no sentido de fortalecer as organizações operárias existentes e estimular a consolidação de novos sindicatos, tais como de tipógrafos, litógrafos, impressores, chapeleiros, pedreiros, ferroviários e outros. Conseguindo adesões de novas entidades, buscou-se consolidar uma sede única para fortalecer a unidade e criar espaços de educação e sociabilidade entre trabalhadores. As atividades na sede da FOSP serviram para estimular a retomada de atividades de associações que se encontravam enfraquecidas ou haviam acabado, dentre elas, “a União Internacional dos Sapateiros, o Sindicato dos Trabalhadores em Mármore, o Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilhos e Mosaicos, o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos e o Sindicato das Costureiras”. Após a fundação da FOSP ainda surgiram como fruto do seu trabalho “o Sindicato dos Trabalhadores

---

26 Cf. Rodrigues, Edgar. Socialismo e Sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969, p. 173-180.

Metalúrgicos, o Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros, o Sindicato dos Trabalhadores em Veículos e a União Operária” (TOLEDO, 2002, p. 292).

A neutralidade sindical foi tema de discussão no Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo, em 1908, quando socialistas questionavam até que ponto a neutralidade sindical era respeitada. O socialista Sorelli e o anarquista Leuenroth, respondem a esse questionamento levantado por Mônaco, outro socialista, possivelmente de posição reformista.

Mônaco- Limita-se a citar frases de um manifesto publicado pela Federação há dois anos e meio. Diz que a Federação tem caráter anarquista, coisa esta que prejudica o movimento por ser contrária às ideias de uma parte de operários.

Sorelli — O Mônaco não deve-se limitar a fazer afirmações, mas deve trazer fatos. Convido o companheiro a citar um só caso em que a Federação tenha abandonado a sua neutralidade (...)

Edgard — Responde ao Mônaco: Os anarquistas foram até agora os mais ativos no movimento operário e é muito natural que eles procurem desenvolver ali a propaganda das suas convicções. Por que os críticos não fazem o mesmo não vêm ao movimento para também ter a facilidade de divulgar as suas publicações? (HALL; PINHEIRO, 1979, p. 83)

Os estatutos das ligas que compunham a FOSP também atestam o caráter sindicalista revolucionário da federação. É possível contatar essa orientação nos “Estatutos da Liga de Resistência dos Operários e Operárias das Fábricas de Tecidos de São Paulo”. Suas resoluções afirmam que: “Na Liga podem entrar todos os que trabalham nas ditas fábricas, tanto em tecelagem como em fiação, tinturaria, máquinas, etc, de qualquer idade, sem distinção de cor e nacionalidade”. Do ponto de vista dos objetivos finalistas, o documento defende que a “[...] Liga tem por fim fazer com que – mediante a união – os trabalhadores dos dois sexos tenham a necessária força para tratar com seus patrões, diminuir as horas de trabalho e aumentar progressivamente os salários” (TOLEDO, Op. Cit., p. 297).

O 1º Congresso Operário Brasileiro foi realizado na sede do Centro Galego, no Rio de Janeiro, em 1906, tendo como grande deliberação a criação da Confederação Operária Brasileira. O encaminhamento alinhado a estratégia do sindicalismo revolucionário derrotou a proposta dos socialistas que defendiam a criação de um partido operário a partir da base social mobilizada pelos sindicatos no congresso. Essa opção se faz presente no conjunto das resoluções aprovadas, a começar pelo estabelecimento da luta econômica como prioritária e o modelo organizativo da CGT francesa como orientação; pautando a ação direta em detrimento

de ações de beneficência, mutualismo ou cooperativismo (PINHEIRO, 1985, p. 153) e recomendando táticas de ação direta como meios essenciais para a conquista das pautas, dentre as quais se destaca greve parcial ou geral, boicote, a crítica ou as manifestações públicas. Marca posição antimilitarista, defende a jornada de trabalho de 8 horas, a responsabilização dos patrões por acidentes de trabalho, a observação rigorosa das datas de pagamentos, o combate ao alcoolismo e a necessidade de organização das mulheres trabalhadoras.

O processo de articulação deste congresso havia se iniciado em 1903, no ascenso operário com grandes greves no Rio de Janeiro e a criação da Federação das Associações de Classe. Por influência da FORA, a federação passa a chamar-se Federação Operária Regional Brasileira e fica responsável pela convocação do referido congresso. Contando com a participação de 43 delegados, representando 28 associações, os congressistas recomendaram uma orientação sindicalista revolucionária para a COB, sem pautar qualquer questão relativa ao finalismo, mas defendendo a neutralidade sindical, federalismo, descentralização, antimilitarismo, ação direta, greve geral, antinacionalismo, violência revolucionária etc. A autonomia e a combatividade eram acrescidas de uma preocupação com a formação e melhoria cultural e moral da classe trabalhadora. Dessa maneira, a presença e a influência vital de militantes anarquistas nesse congresso e na consolidação da COB não representaram a adesão desta entidade ao finalismo, pelo contrário, como podemos constatar na avaliação de Neno Vasco:

O Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. A Internacional, desfeita por causa das lutas de partido no seu seio, deve ser memorável lição para todos. Se o Congresso tivesse tomado caráter libertário, teria feito obra de partido, não de classe. O nosso fim não é constituir duplicatas dos nossos grupos políticos. Mas se o Congresso se não foi, a vitória do anarquismo, foi, porém, indiretamente útil à difusão das nossas ideias. (VASCO apud RODRIGUES, 1969, p. 131)

Outra peça chave para investigar os debates estratégicos no movimento operário no período é a Federação Operária Local de Santos (FOLS) em seu desenvolvimento. É possível encontrar um breve relato das origens da organização operária na cidade nas páginas da *Voz do Trabalhador*<sup>27</sup>, no contexto do 2º Congresso Operário, onde é apresentado um relatório assinado pelo secretário geral da FOLS, Agostinho Prado. Em 1904, os sindicatos de

---

27 Cf. PRADO, A. A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 01 abr. 1914.

pedreiros, carpinteiros e pintores fundaram a Sociedade Primeiro de Maio. Outras entidades operárias também se organizaram, mas optaram por criar outro organismo que as unificasse. Dessa maneira, ainda em 1904, surge a Internacional União dos Operários. O movimento operário se fortaleceu, em combatividade e em solidariedade. Por meio de processos de greve e mobilização a luta de classes tomava a cena em Santos. Entretanto, a Internacional e a Primeiro de Maio começaram a apresentar divergências que dificultaram a unidade. Esta última tentou por inúmeras vezes a fusão das associações, no entanto, a fusão só ocorreria depois de forte repressão à Internacional. Com a junção dessas associações a nova entidade passou a se chamar Centro União das Classes Primeiro de Maio. Com o desaparecimento - muito provavelmente ligado a repressão - do presidente da Internacional, o movimento operário perdeu força, a Primeiro de Maio desapareceu e criou-se a partir da Internacional a União dos Sindicatos. Em junho de 1907 uma forte greve, duramente reprimida, mas vitoriosa, lançou as bases para a fundação da Federação Operária Local de Santos.

A influência libertária se fazia sentir com intensidade em Santos desde 1907. A hegemonia desta tendência se consolidou em 1912, quando a Federação Operária Local de Santos tornou-se sede de diversos sindicatos capitaneados pela Construção Civil. Dentre os setores organizados na FOLS estavam os “trabalhadores da construção civil, alfaiates, canteiros, tecelões, metalúrgicos, cozinheiros, padeiros calceteiros, ferradores, foguistas, maquinistas, carroceiros, ensacadores e carregadores de café, estivadores e doqueiros” (SILVA, 2000, p. 246).

Entre 1910 e 1911 a entidade manteve uma escola e publicou o jornal *O Proletário*. Em 1912 publicou o jornal *A Revolta* que “por motivos econômicos de um lado e devido às perseguições policiais por outro, só [publicaram] cinco números” (PRADO, *A VOZ DO TRABALHADOR*, 01/04/1914). Em 1913 vem a público a atualização da declaração de princípios da FOLS. Nas páginas de *Germinal*, as novas resoluções discutidas recomendam o finalismo anarquista à todas as entidades que a compõem. O polêmico documento surgiu pouco tempo antes do 2º Congresso Operário Brasileiro. Na seção das finalidades da entidade encontra-se a seguinte resolução:

As aspirações da Federação Operária de Santos tem por fim a emancipação dos trabalhadores pela transformação econômica e social, unindo-se ao proletariado universal para tomar a posse da terra e dos instrumentos de trabalho, organizar livremente a produção e o consumo, inaugurando a sociedade dos produtores livres pela supressão de todos os tirânicos poderes

do Estado e da autoridade, e *instaurar a nova vida segundo os mais elevados e científicos princípios de economia e de sociologia, inspirados no Comunismo Anárquico*. (FEDERAÇÃO OPERÁRIA LOCAL DE SANTOS, *GERMINAL*, 22/06/1913, grifos nossos)

Encontramos aqui, as primeiras manifestações do finalismo anarquista nos sindicatos. Com a empolgação que a declaração da FOLS provocou, Primitivo Soares, assinando um artigo publicado no *Germinal*, supostamente escrevendo de Portugal, exalta a declaração finalista e aponta a intenção, aliás, posteriormente concretizada, de propor o mesmo ao 2º Congresso Operário Brasileiro. Afirma que o congresso definirá métodos e tendências mais efetivos para os operários e avança citando os ataques repressivos do Estado contra o movimento operário. Avalia que a propaganda anarquista, no contexto de reorganização operária observado no período foi mais eficaz em Santos, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, mas menciona entidades operárias simpáticas a ação revolucionária propagada pelos anarquistas nos estados do norte. A seguir argumenta que o 1º congresso definiu sua orientação de acordo com o grau de consciência, desenvolvimento intelectual e prático do movimento operário. Mas que o segundo congresso marcará uma evolução do sindicalismo. Argumenta que no Rio Grande do Sul já existem entidades operárias que defendem as ideias libertárias, a Federação Operária de Santos que se declara partidária do Comunismo Anarquista, e o órgão de propaganda da COB, o jornal *A Voz do Trabalhador* também se inclina a posições libertárias.

É interessante notar que o relatório da FOLS, redigido por Agostinho Prado, secretário geral da Federação, não menciona o finalismo apresentado na declaração de princípios da entidade, publicada meses antes e proposta pela delegação da FOLS no 2º Congresso Operário. O secretário afirma que a orientação da Federação é sindicalista com caráter revolucionário. Isso suscita um questionamento se o princípio não estava verdadeiramente enraizado, tendo efeito formal ou se foi uma opção tática da federação por não expor o princípio finalista em seu repasse.

O 2º Congresso Operário de 1913 ocorreu no Rio de Janeiro e contou com associações de Rio de Janeiro (Distrito Federal e Estado), São Paulo, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Amazonas e Alagoas. Tomaram parte do congresso 59 associações operárias, 4 jornais e um total de 177 delegados indicados, com uma média de participação indicada pelo relatório de cerca de 95.125 pessoas por dia de congresso. Reforça a posição contra a criação de um partido operário erigido das forças dos sindicatos. Defende a organização dos trabalhadores

rurais, a necessidade de empreender propaganda do sindicalismo e crítica o cooperativismo e alerta para a inserção do sindicalismo católico e conciliador. Dá ênfase a propaganda antimilitarista, contrária a guerra mundial em vias de deflagração, defendendo a greve geral revolucionária como arma contra a guerra. Além disso, discute a realização de um Congresso Operário Sul-Americano. (PINHEIRO, Op. Cit., p.154)

O debate do finalismo foi pautado pela FOLS e tomou espaço como primeiro tema da pauta. Nesse campo, há alguma polêmica na bibliografia. Parte dela sustenta que houve uma adesão formal ao finalismo que não se efetivou na prática, enquanto outra parte sustenta que as resoluções congressuais reforçaram a linha sindicalista revolucionária do 1º Congresso. Em nossa leitura, não há nenhuma evidência que ateste, por mais formal que seja a resolução, a aproximação da COB ao finalismo anarquista. Pelo contrário, através do balanço<sup>28</sup> realizado pela delegação da FOLS é possível constar que a moção que propunha o finalismo foi amplamente rejeitada, ainda que os delegados avaliem que o conteúdo das moções aprovadas tenha contemplado a orientação combativa e de ação direta defendida pela entidade.

No que diz respeito a votação, a delegação santista informa o número reduzidíssimo de delegados que foram favoráveis a proposta finalista no congresso. “Dos 112 delegados que se achavam presentes, somente 16 votaram pela declaração que aconselhava a propaganda do Anarquismo nas sociedades operárias” (CRISPIM; MUNHOZ, *A REVOLTA*, 14/11/1913). Argumentam que não tinham ilusões quanto as possibilidades de aprovação da moção, tendo em vista que a maioria das associações operárias tinham sido recentemente fundadas e a propaganda anarquista ainda estava em seu início no seu meio e dado o curto espaço de tempo para a preparação para os debates do congresso era de se esperar que as associações não seriam capazes de examinar o tema com o devido cuidado. Por outro lado, condena a parcela daqueles que conscientemente se colocaram contrários a moção.

O debate sobre este tema foi extremamente tenso. Como relatam os delegados santistas, estando em minoria, tinham enormes dificuldades de defender a sua posição sem a intervenção ruidosa da plenária, sendo que só conseguiram o direito a defender sua posição após diversas associações operárias de Santos ameaçarem abandonar o congresso. Entretanto, mesmo com a rejeição da moção proposta pela delegação santista, destacam a aprovação de outra moção igualmente importante que versava sobre a liberdade da propaganda no meio sindical, elaborada por José Borobio, sintetizada na seguinte redação: “Tendo em conta que

---

28 Cf. CRISPIM; MUNHOZ, *A REVOLTA*, 14/11/1913.

da discussão dentro da mais ampla liberdade surge, com mais facilidade, o critério lógico e exato, o Segundo Congresso Operário Brasileiro, aconselha os sindicatos a permitirem em seu seio uma ampla exposição e discussão de todas as ideias” (CRISPIM; MUNHOZ, *A REVOLTA*, 14/11/1913).

Os delegados da FOLS, João Crispim e Rafael Serrato Munhoz, criticam o pouco tempo para a difusão de pautas consideradas pela FOLS de grande importância. Referiam-se principalmente ao debate de revisão do princípio de neutralidade sindical adotada no primeiro congresso pela COB, isto é, uma orientação sindicalista revolucionária para a confederação. O tema foi sintetizado da seguinte maneira: “A sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar a sua neutralidade: Deverá exercer uma ação política?” (CRISPIM; MUNHOZ, *A REVOLTA*, 14/11/1913). Diante da apresentação do tema ao congresso, João Crispim se apresentou para a defesa da linha finalista “demonstrando com argumentos a necessidade de que a propaganda do Comunismo anarquista fosse realizada pelos sindicatos”. Nesse momento, alguns dos militantes presentes manifestaram-se contra a posição, dentre eles Edgar Leuenroth. A Federação Operária de Santos propõe a seguinte moção para ratificar o encaminhamento do 1º Congresso Operário.

Considerando que a política é a arte de governar os povos e que o governo é a antítese da liberdade econômica, social e intelectual dos trabalhadores, este Congresso aconselha a propaganda do Anarquismo nas sociedades operárias, como meio para alcançar a emancipação dos trabalhadores. - A delegação Operária de Santos. (CRISPIM; MUNHOZ, *A REVOLTA*, 14/11/1913)

A delegação santista afirma que os argumentos contrários que foram suscitados na plenária podem ser sistematizados em dois argumentos fundamentais. Uma delas que mencionava a resposta repressiva do Estado e do patronato frente a adesão dos sindicatos ao anarquismo e outra que fundamentava na fragmentação e possíveis divisões nas fileiras operárias afastando operários que não se identificam com o anarquismo em sindicatos que defendem programaticamente esta ideologia. O primeiro argumento é recusado expondo a repressão que se abate sobre o movimento operário sempre que este incomoda a estrutura de poder e os interesses do capitalismo. A segunda linha argumentativa é rebatida afirmando que é a má vontade que afasta militantes e que a adesão ao anarquismo só reforçaria a orientação dos sindicatos e aumentaria o número de sindicalizados resolutos na causa da transformação social. Citam como exemplo entidades sindicais que aderiram ao anarquismo na Argentina,

Uruguai e Espanha. Nesse mesmo sentido inclui a Federação Operária de Santos, que em 1913 havia divulgado uma declaração de princípios na qual adota como finalidade da federação o Comunismo Anárquico.

Os opositores, especialmente Leuenroth, argumentam com base em Malatesta - que apresenta o exemplo do sindicalismo italiano sequestrado pelos socialistas reformistas - e nas colocações críticas de Neno Vasco quanto a FORA e sua resolução de propagar como objetivo do sindicato o Comunismo Anarquista, como a reprodução do erro que causou o esfacelamento da AIT. Os delegados santistas apontam que aqueles que pensam como Leuenroth e Vasco “confundem o anarquismo com os partidos políticos, que tem um programa, ao qual devem sujeitar-se os seus componentes. Se assim fosse nós deixaríamos de ser anarquistas” (CRISPIM; MUNHOZ, *A REVOLTA*, 14/11/1913). Vasco e Leuenroth de fato eras partidários do dualismo organizacional, defendendo uma organização específica anarquista separada do nível de massas, o movimento sindical e popular, no entanto isso não está em contradição com os princípios ideológicos do anarquismo, muito pelo contrário, está em suas origens na AIT e em outras experiências posteriores.

A polêmica segue com a observação dos santistas de que a orientação do sindicato será anarquista caso os anarquistas a influenciem para tanto, ou será de qualquer outra tendência que o faça. Afirmam que se os sindicatos seguissem a orientação de Neno Vasco estariam plenamente de acordo com as aspirações burguesas, pois a neutralidade não incomoda os capitalistas ao silenciar as questões de maior importância para o proletariado. “A neutralidade é o consentimento, a aceitação. Ou se é político ou se é antipolítico. Os meios termos só servem para os mistificadores. Neno Vasco é coerente nesse ponto com suas ideias conservadoras” (CRISPIM; MUNHOZ, *A REVOLTA*, 14/11/1913). Acusam Vasco de defender nas páginas de *A Terra Livre*, jornal lisboeta, que a anarquia para ele significava um deleite estético e não uma forma de subverter a atual ordem das coisas por meio da força. E concluem a defesa da linha finalista da seguinte maneira:

Pelas suas assembleias, conferências, comícios, jornais, manifestos e bibliotecas, devem difundir a mãos cheias as verdades científicas, as novas e libertárias ideias, os princípios inofismáveis de regeneração social; devem enfim, levar a todos os lares proletários, a todos os cérebros, a todos os corações as inspirações e os sentimentos de justiça e dignidade, as libérrimas inovações científicas da Anarquia, para que os trabalhadores estejam intelectual e sentimentalmente libertados e preparados para organizar a nossa sociedade baseada nos princípios das harmonias e das perfeitibilidades (sic).

A emancipação integral dos trabalhadores só é possível pela Anarquia. E não nos satisfazem as definições ambíguas, como as de Igualdade, Liberdade e Fraternidade: nós fazemos questão de palavras, pois para alguma coisa os homens aprenderam a falar, a empregar os temos mais próprios, afim de exprimir o pensamento com mais clareza e precisão. [...] Só sentimo que não exista outra palavra, que, melhor do que Anarquia, defina a emancipação integral da humanidade. (CRISPIM; MUNHOZ, *A REVOLTA*, 14/11/1913)

Os acalorados debates no congresso foram seguidos por um período de refluxo no movimento operário, muito por conta da conjuntura internacional de guerra e da carestia de vida como fator interno. A repressão aos movimentos reivindicativos também teve seu quinhão na desarticulação da classe trabalhadora, com destaque para a reedição e recrudescimento da Lei Adolfo Gordo. Silva (2000, p. 247) salienta que no caso santista, não foi apenas a guerra e à repressão que dispersaram as organizações operárias, apontado as divergências e disputas internas como fator que contribuíram diretamente para a fragmentação do sindicalismo combativo. Para ele,

[...] o rápido declínio da FOLS e a diminuição do número de seus filiados em 1913 não deixaram de ser, em parte, o resultado de disputas ideológicas. Ainda segundo Cezar, a atividade de propaganda facciosa, “com uma finalidade política”, foi “fatal para a organização”, quando os estatutos de vários sindicatos filiados à FOLS – tal como a União dos Trabalhadores de Estiva, Carga e Descarga do Porto de Santos – definiam que deles podiam fazer parte “todos os indivíduos da classe, sem distinção de credos políticos e religiosos”. Portanto, a moção encaminhada ao 2º Congresso Operário, que defendia o exercício da propaganda anarquista nos sindicatos, levou influentes sindicalistas revolucionários a abandonarem a Federação. Por isso, sem dúvida, militantes como Cezar insistiram tanto na conjuntura do pós-guerra para que o movimento sindical não fosse o lugar apropriado para as divergências doutrinárias. Mas o que se verificou na conjuntura grevista de 1919 e 1920 foi justamente uma proliferação de discursos ideológicos e doutrinários na imprensa e no movimento sindical. (SANTOS, 2000, p. 256)

Cezar Antunha, em texto publicado em julho de 1919 fazendo referência à 1913, afirma que “um pequeno número de indivíduos, todos eles bastante animosos, faziam mão fechada em dar uma finalidade política às organizações. Tanto que mais tarde enxertaram nos estatutos da FOLS uma declaração de princípios em que se dizia ser o comunismo anarquista os fins da dita federação” (CEZAR apud SANTOS, 2000, p. 253). O mesmo grupo deve ter sido responsável pela moção apresentada ao 2º Congresso Operário que sugeria a adoção do

comunismo anárquico como objetivo finalista da COB.

A rearticulação do movimento operário a partir do intenso trabalho militante em torno da pauta da carestia de vida e da possibilidade de entrada do Brasil no conflito produziram uma conjuntura de acirramento da luta de classes em 1917. Quando a FOSP foi reativada naquele ano, a entidade retomou sua orientação sindicalista revolucionária, como podemos observar a partir de sua base de acordo, reaparecendo como saldo organizativo de uma greve organizada de baixo para cima, com ferramentas federalistas e uma estrutura nunca antes vista, resultado da articulação do Comitê de Defesa Proletária. Chamamos a atenção para os itens 2 e 3 da “Base de Acordo da Federação Operária de São Paulo”, publicados em 1917:

2 — A Federação Operária de São Paulo tendo por base a independência do associado no sindicato e a autonomia dentro em seu seio, assim como a sua na Confederação Operária Brasileira, servir-se-á unicamente, para o trabalho de propaganda e educação dos trabalhadores e sua luta contra o capitalismo, dos meios próprios de ação direta, tais como a greve parcial e geral, o boicote, a sabotagem, o labéu, a manifestação pública, etc, variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e de momento.

3 — A Federação Operária de São Paulo, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, não pertence a nenhuma doutrina estatal ou religião, não podendo tomar parte coletivamente em eleição, manifestações religiosas, nem podendo qualquer sócio servir-se dessa qualidade para se manifestar. (FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO PAULO, *A PLEBE*, 18/08/1917)

Um elemento interessante nesse processo é a modesta, mas ativa presença do dualismo organizacional, perspectiva defendida por anarquistas partidários do sindicalismo revolucionário como Edgar Leuenroth e Neno Vasco. Santos (2016) destaca o papel da Aliança Anarquista, organização que atuou no Comitê de Defesa Proletária. A mediação do periódico *A Plebe* e de Edgar Leuenroth foi vital para que a organização penetrasse os meios operários pelo Comitê de Defesa Proletária e nos comitês de bairro influenciando o processo, mais do que o próprio jornal, que constituía apenas um meio para aproximar a organização política anarquista do movimento operário de massas. A posição de Santos (2016, p. 28) aponta um importante saldo organizativo tanto na dissolução de setores *antiorganizacionistas* quanto no acúmulo político em torno de uma proposta organizativa possível e necessária à militância anarquista brasileira no contexto. Isso porque a Aliança Anarquista surge da convergência do setor que historicamente se vinculou ao campo organizacionista com um processo de mudança de posição de setores *antiorganizacionistas* do anarquismo brasileiro.

No que diz respeito ao debate do finalismo, em voga entre os anos de 1913 e 1914 os *antiorganizacionistas* se posicionaram da seguinte maneira:

a questão não é saber se o sindicalismo pode ou deve proclamar-se anarquista. [...] A verdadeira questão é saber se eles devem ou não, os anarquistas, castrar- se castrar para os belos olhos de sindicalismo. [...] ninguém nega a razão e a legitimidade da força do movimento operário. O que eu nego e que muitos dos nossos camaradas rejeitam, é que o anarquista deve calar a boca porque um próspero movimento, que não é o seu próprio, declara que se abstenha a priori de considerar a doutrina anarquista, no cumprimento das suas agitações. Eu acho isso: os anarquistas, onde quer que eles vão, devem fazer valer as suas opiniões, exercer a sua proclamação crítica como sua peça ideal, não importando se a palavra é perturbar-lhes o bom desempenho das greves de categoria [...] (DAMIANI apud SANTOS, 2016, p. 18).

O grupo *antiorganizacionista* passou a organizar debates acerca das implicações dos conflitos nacionais que antecederam a grande guerra e acerca da mesma, com o intuito de reforçar uma posição antimilitarista, contrária ao conflito. A reformulação do grupo ganhou corpo com a publicação do periódico *Guerra Sociale*. Essa publicação trouxe uma mudança de posição deste grupo, bem como de outros militantes como Florentino de Carvalho, partidário do finalismo anarquista nos sindicatos. Ambos os setores se aproximaram do dualismo organizacional na criação da Aliança Anarquista, processo iniciado no final de 1915.

Os anarquistas residentes de São Paulo e localidades dos Estados vizinhos, considerando o excepcional momento histórico causado pela conflagração Europeia, cujas consequências hão de provocar acontecimentos sociais de ordem econômica e política em todos os países, acontecimentos que devemos e queremos determinar num sentido libertário e revolucionário [...] [...] a união dos libertários em grupos ou centros de ação e propaganda, e a organização dessas entidades numa vasta federação, com o fim de estreitar relações e tornar possível a nossa ação simultânea, são bastante poderosos para despertar o interesse, provocar a adesão e a atividade de todos os que sintam realmente o ideal libertário e saibam agir de acordo com seus sentimentos e ideias (ALLIANÇA ANARQUISTA, *GUERRA SOCIALE*, 30/09/1915).

Dessa maneira, tanto *antiorganizacionistas* de outrora, quanto partidários do finalismo anarquista nos sindicatos se envolveram no projeto de consolidação de uma organização específica anarquista capaz de dar resposta a conjuntura vivida em meados da década de 1910. Essa posição aparentemente contraditória evidencia as grandes dificuldades enfrentadas pela

militância anarquista no período e, no caso de Florentino de Carvalho, poderia significar uma justificativa para a reaproximação das Escolas Modernas, após um breve distanciamento. Tratava-se de unificar sob a mesma organização, bandeira e princípios aqueles grupos identificados nacionalmente de forma dispersa.

A Aliança fomentará, por todos os meios ao seu alcance, a propaganda contra as causas fundamentais da conflagração atual e de todos os males sociais que tem como origem o Estado e a propriedade individual, de instituições particulares e públicas [...]  
A Aliança combaterá a propaganda eleitoral e qualquer partido político estatal, mesmo o que se propunha reformar e, por tanto, consolidar a atual organização política e econômica, ou qualquer outra que se assenta sobre as aberrações nacionalistas e patrióticas. [...] Com relação ao movimento de classe, a Aliança favorecerá o desenvolvimento das organizações econômicas de resistência dos operários das cidades e dos trabalhadores rurais ou colonos, provocando-as, mesmo, onde não existam, elaborando, para este fim um programa especial, subordinado, porém, a sua intervenção e ação à propaganda integral do anarquismo. (ALLIANÇA ANARQUISTA, GUERRA SOCIALE, 14/10/1916)

Santos (2016, p. 24-26), reconhece, entretanto, que a influência *antiorganizacionista*, que precedeu esta articulação, pode ter sido um dos importantes fatores que dificultou a consolidação da Aliança Anarquista enquanto organização específica capaz de coordenar a ação de massas da militância anarquista brasileira. Dessa forma, a Aliança cumpriu um papel menos contundente do que se propunha e necessitavam os anarquistas, restringindo sua ação à arrecadação de fundos e estímulo a criação de novos agrupamentos, sem a devida coordenação ideológica, estratégica e tática. Com medo de que uma articulação programática mais sólida pudesse soar autoritária, a Aliança Anarquista acabou por se consolidar com base em uma unidade bastante incipiente, se estruturando:

[...] em grupos autônomos, ligados por uma simples comissão de correspondência, com o fim essencial de anuar (sic) esforços para um trabalho extenso e prático de propaganda e de ação tendente à emancipação econômica, social e moral de cada indivíduo e da humanidade em geral. [...] Os grupos aderentes à Aliança gozarão da mais ampla autonomia, e, se houver uma caixa única, esta será exclusivamente para auxiliar os perseguidos por questões sociais. (ALLIANÇA ANARQUISTA, GUERRA SOCIALE, 30/09/1916)

Mesmo com um funcionamento que mais lembrava uma rede ou uma comissão a Aliança Anarquista consolidou sua atuação em dois níveis, um nível popular de massas por meio da atuação sindical com base no sindicalismo revolucionário e um nível político-partidário especificamente anarquista. Essa articulação alcançou adeptos e apoiadores no interior de São Paulo (Sorocaba, Bauru, Ribeirão Preto) e em outros estados, como nas cidades de Guaxupé e Poços de Caldas em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em Belém do Pará (IL BOLLETINO..., *GUERRA SOCIALE*, 18-30/11/1916).

Essa pluralidade também se fazia presente na cidade de Santos, onde os anarquistas partidários do finalismo no sindicato encontravam oposições que se tornaram mais patentes após o período de refluxo que se seguiu entre 1913 e 1917. Diferentemente dos sindicatos amarelos, que presavam pela disputa eleitoral em detrimento da luta reivindicativa, conformou-se um setor sindicalista revolucionário que passou a se manifestar.

[...] os sindicalistas revolucionários, nomeadamente os militantes “Iris” e “Cezar”, escreviam em 1919 sobre a necessidade de organização” como o “único meio eficaz pelo qual o operariado pode conseguir o seu “desideratum” uma sociedade “nova, livre e igualitária”. Se essa afirmação os aproximava dos objetivos de muitos que se auto proclamavam anarquistas, por outro lado eles defendiam que a luta deveria ser travada “sem dogmas. A única coisa que nos deve preocupar é que todos, tenham os princípios que tiverem, se unam no campo da luta econômica, onde não há divergências possíveis”<sup>29</sup>. (SILVA, 2000, p. 247)

Semelhante perspectiva se encontrava expressa nos textos públicos da Sociedade União de Artes e Ofícios entre os anos de 1919 e 1920. Retomando as orientações da Associação Internacional dos Trabalhadores, o sindicato considerava que “o sindicalismo tem por fim o melhoramento imediato das classes e a completa emancipação dos trabalhadores, por obras próprias e isento de política. Por conseguinte, não favorece nenhum partido político” (COMITÊ... apud SANTOS, 2000, p. 248).<sup>30</sup>

Na cidade de Santos, assim como na capital paulista, o sindicalismo revolucionário foi profundamente influenciado pela CGT francesa. Além da ação direta, a crítica a burocratização da estrutura sindical e a existência de funcionários pagos nos sindicatos estava presente nas posições de militantes como L. Telles e se consubstanciava no segundo artigo

---

29 Iris. “Necessidade de organização I e II” e “Considerações”. *Gazeta do Povo*, 9 e 24/04/1919; Cezar. “A questão operária” e algumas verdades oportunas”. *Gazeta do povo*, 16/04/1919 apud SANTOS, 2000, p. 247.

30 Comitê Central de Defesa de Greve. “Trabalhadores da Docas! (sic) Sempre Alerta”. *Gazeta do Povo*, 7 e 9/12/1920.

dos estatutos da União de Artes e Ofícios que dizia: “os diretores terão unicamente poderes administrativos, cabendo unicamente a assembleia deliberar, não podendo ninguém impor-se contra a sua soberania” (TELLES apud SANTOS, 2000, p. 248).<sup>31</sup>

O primeiro artigo do estatuto desta União, bastante semelhante ao da CGT francesa, reafirmava a posição da “neutralidade” sindical, tendo sido aprovado em assembleia a resolução que afirmava: “esta associação será um órgão aberto a todos os homens sem exclusão de ideias”<sup>32</sup> (UNIÃO...apud SANTOS, 2000, p.250). Tal qual a Carta de Amiens defendia que “os elementos que constituem a Confederação Geral do Trabalho deverão manter-se ao largo de todas as escolas políticas” (CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO, 1906), o estatuto da associação santista reafirmava sua orientação sindicalista revolucionária.

Em 1920 ocorria o 3º Congresso Operário, que, do ponto de vista dos princípios e orientações da COB, reafirmava a estratégia do sindicalismo revolucionário. A alteração na estrutura industrial brasileira no pós I Guerra Mundial levava a uma clara predileção pelo sindicatos de indústria no lugar dos sindicatos de comércio, como reflexo das alterações tecnológicas. A Greve Geral de 1917 também influenciou a revitalização da COB neste congresso. Nesse congresso, ocorre uma discussão acerca da adesão da COB à III Internacional, proposta pela Liga Operária da Construção Civil de São Paulo. Astrojildo Pereira e Edgar Leuenroth são os principais militantes que argumentaram contrários a proposta que acabou por não ser aprovada (MATEUS, 2013, p. 9-10). Em vez disso, o congresso enviou uma moção saudando as iniciativas comprometidas com a “liberdade e a igualdade dos trabalhadores de todo o mundo” (DULLES, 1977, p. 113).

Por esse breve levantamento das declarações de princípios e resoluções congressuais de São Paulo e Santos, bem como dos três primeiros congressos operários nacionais, fica patente a predominância do sindicalismo revolucionário no período e no estado de São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX. Mesmo com uma ativa ação anarquista, muitas vezes hegemônica em determinadas entidades, o finalismo anarquista só se observou na FOLS na década de 1910, sendo causa de divergências e polêmicas que reverberaram através de instâncias nacionais, mas não conseguiram convencer parte decisiva do movimento operário a ponto de pautar a orientação nacional do sindicalismo de resistência brasileiro do período.

---

31 Telles, L. “Carta a um operários II” e “A natureza não se fez aos saltos”. *Gazeta do Povo*, 12 e 17/06/1919.

32 União de Artes e Ofícios e Anexos. “Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de junho de 1919”. *Gazeta do Povo* 02/07/1919.

Entretanto, o debate e a incidência do fenômeno finalista não pode ser desprezada, uma vez que a FOLS representava no início da década de 1910 parte muito expressiva da base da COB, e a discussão foi motivo de fortes polêmicas no 2º Congresso Operário, rendendo ainda um debate na imprensa operária logo após o congresso. Essa discussão será apresentada a seguir.

## 2.6. O debate entre Neno Vasco e João Crispim

No contexto que antecedeu o 2º Congresso Operário Brasileiro, uma alteração na declaração de princípios da Federação Operária Local de Santos iniciou uma polêmica que envolveu as resoluções daquele congresso e um extenso debate no âmbito estratégico entre dois militantes partidários de distintas concepções. Neno Vasco e João Crispim<sup>33</sup> publicaram inúmeros artigos entre 1913 e 1914 tratando do tema do finalismo nos sindicatos e suas implicações políticas para as entidades operárias e para o anarquismo.

33 João Crispim é, possivelmente, um dos pseudônimos de Primitivo Raimundo Soares, também conhecido como Florentino de Carvalho. Nascimento (s/d, 2006) sustenta esta hipótese com base em análise comparativa da forma e do conteúdo dos textos de Primitivo Soares e João Crispim. Considera ainda a possibilidade do uso de um pseudônimo por mais de uma pessoa e destaca que Lima Barreto também utilizou o pseudônimo João Crispim. Entretanto os textos assinados por João Crispim na imprensa operária e anarquista dificilmente seriam de autoria de Lima Barreto, seja devido ao fato do célebre escritor estar radicado no Rio de Janeiro raramente deixando esta cidade, seja pelos elementos biográficos inconsistentes que podem ser encontrados nos escritos do Crispim de São Paulo, que destoam da trajetória do escritor carioca e pela própria prática política de João Crispim excursionando pelo estado de São Paulo realizando propaganda da COB e do jornal *A Rebelião*. Outro indício que fortalece a hipótese de Nascimento é o fato de Edgar Rodrigues, historiador e memorialista do anarquismo nunca ter apresentado João Crispim em suas compilações e coleta de depoimentos, considerando que João Crispim teve significativa participação no movimento operário é bastante possível que este seja o pseudônimo de um militante bastante engajado. Outro elemento não considerado por Nascimento, mas que fortalece sua hipótese, à qual nos fundamentamos, é a confirmação da participação de Primitivo Soares no 2º Congresso Operário Brasileiro, ocasião em que conheceu o anarquista português Pinto Quartim, autor do relato que corrobora a presença daquele militante no congresso que tinha João Crispim como delegado da FOLS. Thiago Lemos Silva, autor do prefácio ao livro *Anarquistas no Sindicato: um debate entre Neno Vasco e João Crispim* questiona a hipótese utilizando como argumento a presença da assinatura de Crispim no segundo congresso operário de 1913, bem como a incompatibilidade da caligrafia dos dois. Cumpre destacar que no referido ano Primitivo Soares assinava seus artigos na imprensa operária brasileira supostamente estando em Portugal, após ter sido preso e deportado, escapando do navio e retornando clandestinamente a militância operária. Pelo mesmo motivo, adotara em 1910 o pseudônimo de Florentino de Carvalho. Dessa forma, acreditamos que a hipótese de Nascimento tem altíssimo grau de confiabilidade, estando fartamente justificada e evidenciada em conteúdos materiais. Entretanto o questionamento apresentado por Thiago Lemos Silva nos parece frágil e pouco consistente. Por conta disso assumimos que João Crispim efetivamente era um pseudônimo de Primitivo Raimundo Soares. Cf. NASCIMENTO, Rogério. Apresentação. In: CARVALHO, Florentino de. *Anarquismo e Sindicalismo*. Mimeo, s/d. p. 16; NASCIMENTO, Rogério. *Indisciplina: experimentos libertários e emergências de saberes anarquistas no Brasil – São Paulo*; PUC/SP: Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Política, 2006, p. 136-138. SILVA, Thiago Lemos. As concepções anarquistas do sindicalismo em questão: acerca do debate entre Neno Vasco e João Crispim. In: VASCO, Neno; CRISPIM, João. *Os Anarquistas no Sindicato: um debate entre Neno Vasco e João Crispim*. Biblioteca Terra Livre; Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldeghe (Org). São Paulo: 2014, p. 27.

O cerne da argumentação estava na defesa da neutralidade sindical ou do estabelecimento de objetivos finalistas anarquistas aos sindicatos, tema que se relaciona diretamente com as prescrições para a ação dos anarquistas nos sindicatos. Ficam evidentes duas tradições diferentes, que partem de experiências históricas e práticas políticas específicas que começavam a se fortalecer e disputar entre si a orientação mais adequada a estratégia de massas do anarquismo. De um lado, Neno Vasco, fiel a linha de Malatesta e da CGT francesa, defendia a “neutralidade” sindical. De outro, João Crispim, alinhado a perspectiva da FORA, defendia a necessidade dos sindicatos explicitarem suas orientações ideológicas em seus estatutos.

Em 1º de setembro de 1913, Neno Vasco publica um primeiro artigo, discutindo a declaração de princípios da FOLS. Nessa edição de *A Voz do Trabalhador*, o anarquista português criticava a contradição expressa pela resolução, em sua avaliação, importada da Argentina, sendo apontada como causa de divisões internas no movimento operário daquele país. No artigo intitulado “O anarquismo no sindicato”, Neno Vasco afirma que, diante de tal resolução dois cenários seriam possíveis: “ou o sindicato é composto exclusivamente de anarquistas e só anarquistas admite; ou o sindicato agrupa profissionalmente os assalariados, sem distinção de finalidades políticas e sociais” (VASCO; CRISPIM, 2014, p.35).

No primeiro caso, argumenta que por serem os anarquistas uma minoria teria um poder bastante reduzido de influência no movimentos de massa. Ainda que fossem numerosos, sua associação seria um grupo de afinidades, fadada a fazer a sua propaganda “de fora” do povo. Salienta que o objetivo dos anarquistas é a auto emancipação do povo, por meio de suas próprias forças em um projeto de transformação social revolucionária. No segundo caso, defende que se a sindicalização ocorre por meio da categoria de trabalho, sem critério doutrinários, os estatutos que versam sobre a propagação do comunismo anárquico pelos sindicatos seriam uma “infantilidade, aliás perigosa, é um artifício autoritário de delegados e representantes, não a expressão exata duma convicção sincera e refletida dos sindicatos” (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 38).

Prossegue argumentando que tal entidade perderia o caráter essencial de agrupações anarquistas que é a adesão franca e consciente a um conjunto de ideias e afinidades políticas. Traz a tona as resoluções do 2º Congresso Operário, recomendando que a confederação se organize “essencialmente sobre o agrupamento dos trabalhadores para a luta de classe, no terreno econômico e social, independentemente dos partidos políticos”. Argumenta que a

FORA renova o erro dos setores autoritários na AIT. Dessa maneira defende que a função dos anarquistas no sindicato é promover a sua concepção de organização e formas de ação nos sindicatos, alargando os horizontes das reivindicações apontando para a revolução social, procurando que “anarquistas sejam, não os estatutos, mas os operários, se não nas ideias, ao menos nos atos” (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 39, 41)

Em 01 de fevereiro de 1914 vem a réplica de João Crispim, ao texto de Neno Vasco. O cerne de sua argumentação apresenta a lógica de sindicalização nas categorias, salientando que tanto a FORA quanto a FOLS se pautam pela organização de trabalhadores de acordo com as categorias laborais, porém, as atividades dessas entidades seguem a orientação que nela é predominante. Sustenta que existem associações que se pautam pela conquista de cargos parlamentares, outros pelo cooperativismo, outros pela conquista de melhoras econômicas por meio da ação direta e outros que reivindicam tais melhorias apontando “para a revolução social, destruindo o patronato, o Estado, juntamente com todas as outras instituições burguesas, para implantarem o comunismo anárquico [...]” (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 44).

Caracteriza como confusionistas as tendências que, na leitura do articulista, silenciam as discussões sobre os fins e as bases dos sindicatos em que atuam. Defende que o objetivo dos anarquistas nos sindicatos deve ser o avanço progressivo da defesa das reivindicações proletárias até a supressão de todos os elementos autoritários e a propaganda do comunismo anárquico por essas entidades.

Em outro artigo, também publicado em *A Voz do Trabalhador*, de 01 de março de 1914, João Crispim, segue defendendo sua posição no debate com Neno Vasco. Neste texto, movido pelo acirramento do debate apresenta críticas bastante ácidas e contundentes sobre o movimento operário brasileiro, criticando a neutralidade sindical, fazendo menção direta à CGT francesa e a influência negativa que exercia no operariado brasileiro com o princípio da neutralidade sindical. Defende que os anarquistas brasileiros não só se recusavam a fazer a propaganda anarquista nas entidades em que atuavam, como se opunham aqueles que se propunham a fazê-lo.

Argumenta que a neutralidade nas sociedades operárias é quase inexistente, e quando existe, é muito relativa. Destaca que novas associações, em que os trabalhadores se organizam pela primeira vez e carecem de conhecimentos e experiência política, tendem a ser conservadoras e frequentemente servem a reação, orientando-se por princípios patrióticos ou

religiosos. Por outro lado, as associações com maior acúmulo de debate as disputas em torno de sua orientação são mais acirradas e cada grupo trata de assegurar que sua tendência prevaleça:

Ninguém se contenta com a simples propaganda: os reacionários lutam por conservar na associação os antigos métodos e praxes, pretendendo que todos pensem e ajam como eles; os reformistas batalham contra os revolucionários e tratam de atrair todos às urnas, formando coro com seus caudilhos; os sindicalistas tratam unicamente da conquista de melhoras e combatem, como disse, os anarquistas para que a planta da anarquia não crie raízes nos sindicatos, e os anarquistas não podem deixar de lutar para que o movimento operário se inspire em suas ideias. (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 53)

Em suma, João Crispim defende que a neutralidade redundante no reformismo e recomenda que as tendências predominantes nos sindicatos se manifestem por meio das declarações de princípios das entidades. Aos anarquistas cabe influenciar os sindicatos para que sua ideologia predomine nas associações, “sem esperar que todos os seus componentes aplaudam ou conheçam profundamente a filosofia do anarquismo” (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 55).

No 1º de maio de 1914, era publicada a resposta de Neno Vasco. Neste artigo, o anarquista português se ocupou do tema do “automatismo sindical” concepção de alguns militantes que defendiam que o sindicato bastava a si mesmo e que aos anarquistas cabia apenas atuar nessa instância que estariam caminhando para a superação do capitalismo pela revolução social e a instauração da nova sociedade comunista anarquista. Nesse tema, posiciona-se junto a Malatesta que criticava tal posição, fiando-se na argumentação do anarquista italiano no debate do Congresso Anarquista de Amsterdã em que polemizou com Pierre Monatte quanto a este assunto (MALATESTA, 2008, p. 81-90).<sup>34</sup>

Neno Vasco afirma ser a favor da propaganda anarquista nos sindicatos, contanto que estes atuem como minorias ativas, enquanto os sindicatos devem manter-se abertos a qualquer indivíduo ou grupo antipatronal de trabalhadores. Salienta que sua crítica se dirige a declaração de princípios da FOLS aprovada em junho de 1913, em que defendia o comunismo anarquista e a defesa desta posição nas páginas de *Germinal* pelo próprio João Crispim. Argumenta que tal declaração imita os anarquistas argentinos e as resoluções da FORA, ressaltando que o finalismo da associação não expressa verdadeiramente a posição de seus associados e provocou a cisão do movimento operário argentino em duas confederações

---

34 , p. 81-90.

operárias nacionais que se digladiavam entre si, nomeadamente a FORA e a CORA (*Confederación Obrera Regional Argentina*). Citando Malatesta, novamente menciona o erro que levou a Internacional ao seu esfacelamento, apontando que “a minoria iniciadora e dirigente 'não soube manter separadas as funções de partido das funções próprias do movimento operário” (VASCO; CRISPIM, Op. Cit., p. 59). Neno Vasco apresenta, portanto, uma argumentação que reivindica o dualismo organizacional como orientação complementar a estratégia do sindicalismo revolucionário para a atuação anarquista no movimento de massas.

Defende ainda que, uma vez que se a ação dos anarquistas se faz necessária dentro e fora dos sindicatos, combatendo o corporativismo e estimulando a luta de classes, declarações de princípios explicitamente anarquistas podem ser um fator contrário a própria ação destes. Argumenta que as práticas de tais entidades podem estar em franca contradição com os princípios contidos em seus documentos, uma vez que seus membros aceitam sem compreender profundamente o significado destes pela simples aprovação de alterações estatutárias sem um cuidado mais profundo quanto a posição dos sindicalizados, reverberando em ações que efetivamente se tornam antipropaganda do anarquismo.

Divergindo de Crispim, Neno Vasco defende uma concepção de neutralidade que não é passiva, como a dos reformistas “que pretendem encerrar o movimento operário em ação estreitamente corporativista, ou dos que querem banir do sindicato até a discussão e a propaganda, a livre iniciativa e a ação sincera das tendências” (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 61-62). Sua concepção de “neutralidade” sindical, como vimos se complementa com um nível político ideológico em que os anarquistas se organizariam para potencializar a sua ação e propaganda.

Prefiro falar em diferenciação de órgãos e de funções: a um lado a organização operária de resistência, a outro os partidos ou grupos de ideias. [...] Essas minorias, naturalmente, tratarão de, no campo sindical e nos meios de ação sindicais, injetar o mais possível do espírito ideais e métodos que as animam, assim como o de levar o sindicato a sentir, a compreender, a desejar os fins que almejam. Naturalmente também, essas minorias procurarão fazer com que os sindicatos, fora do sindicato sigam sua política e se filiem nos seus grupos de ideias.

A unidade material do proletariado não está completa em sua unidade moral; e esta, no terreno em que todos os explorados se podem encontrar, consiste no respeito mútuo e na mútua tolerância, no livre e no leal embate das opiniões e tendências. (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 62-63)

Em 20 de junho de 1914, nova resposta de João Crispim. Começando pela retomada do debate do recrutamento de trabalhadores e composição de sindicatos com posições finalistas. Argumenta que a recomendação de estabelecer estatutos finalistas aos sindicatos não se dirigem a novas entidades, em que sua base não possui qualquer debate sobre a questão social e apresentam em seu seio trabalhadores das mais variadas tendências do espectro político. Segundo ele a “declaração de princípios da Federação Operária de Santos [...] não era uma causa, mas sim uma consequência de uma longa ação revolucionária e de uma intensa propaganda libertária, as quais se complementam a luta contra o regime” (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 66). Dessa maneira, a posição de João Crispim é sintetizada da seguinte maneira:

Entendo, portanto, que os anarquistas devem fazer a maior propaganda da ação revolucionária nos sindicatos, até que os seus ideais e seus métodos de luta sejam alvos da simpatia dos sindicatos e, desde este momento é que devem pretender que estes façam coletivamente declarações de princípios anarquistas, a fim de demonstrar-se que o anarquismo não é somente o ideal de uma pequena minoria de perseguidos, é o ideal das classes operárias. (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 67)

A partir da consensual noção de que o sindicato não basta a si mesmo, João Crispim critica a divisão entre níveis, uma delas do movimento de massas e outra político-ideológica, efetivamente anarquista. Tanto a ação direta contra o Estado e o capitalismo quanto a luta por conquistas econômicas e morais dos trabalhadores são defendidas pelo anarquismo. Nesse sentido, a inevitável adoção de determinada tendência nas entidades operárias é considerada como expressão de um avanço de consciência a partir de franca discussão de ideias e métodos.

Faz uma firme defesa da FORA, apontando que Neno Vasco apresenta uma leitura equivocada sobre o movimento operário argentino, responsabilizando os anarquistas pelas cisões entre associações operárias. Para Crispim, os socialistas é que são os responsáveis por tais fissuras nas fileiras operárias por divergências profundas com a linha combativa dos sindicatos finalistas. Não vê como problemática essas divisões, pois vê nesse processo um aprofundamento das discussões de princípios e métodos, fortalecendo as tendências e

evitando a inação de associações com múltiplas tendências em seu interior.

Em 20 de agosto de 1914, *A Voz do Trabalhador* publicava a resposta de Neno Vasco. O debate se acirra e as posições se tornam bastante contundentes. Neno reforça que já expôs inúmeras vezes sua posição de defesa ao máximo de liberdade para a propaganda anarquista nos sindicatos e o uso eficaz desse espaço para a propaganda libertária. No entanto, coloca em dúvida a veracidade da procedência e enraizamento dos ideais anarquistas na base de trabalhadores que compõem a FOLS e a FORA. O impasse insolúvel na leitura do anarquista português reside no fato de, caso determinado sindicato abarque todos os anarquistas de determinada categoria, também seriam anarquistas os demais sindicalizados desta categoria, ao qual o sindicato deve manter as portas abertas sob pena de perder sua capacidade real de influência no terreno da luta reivindicativa? Se essa coletividade não é anarquista em sua totalidade, como pode sua declaração de princípios mostrar que esta não se trata de uma ideologia de uma minoria de perseguidos? Nesse caso o anarquismo tornar-se-ia uma vaga aspiração.

Afirma que a melhor resolução para tal impasse é que se defenda a ampla propaganda de quaisquer tendências no seio do sindicato, sem que nenhuma delas pretenda tornar o seu ideal como doutrina oficial da associação. Conclui rebatendo a afirmação de ter predileção por culpabilizar os anarquistas pela cisão do movimento operário, assinalando que tratou dos anarquistas por ser o grupo onde a contradição é mais patente e por pertencer ao mesmo campo ideológico do articulista e, portanto, ter maior afinidade e preocupação com as ações deste setor. Por fim, questiona as diferenças reais entre as concepções, interesses, ideais e sentimentos do conjunto da base da FORA e da CORA, atribuindo a cisão entre as confederações a ideias de militantes isolados de cada associação, sendo profundamente inconveniente para a luta e a organização do proletariado argentino no geral e recomendando a reunificação destas entidades, o que ocorreria ainda naquele ano.

Em 01 de novembro de 1914, vem a lume, na edição nº 64 de *A Voz do Trabalhador*, nova réplica de João Crispim. Inicia sua argumentação sustentando que tanto na Argentina quanto em Santos, as declarações finalistas não reduziram as forças das organizações

operárias:

A Federação Operária Regional Argentina e a Federação Operária de Santos, desde o dia em que declararam as suas finalidades, até o momento presente, obraram de acordo com as suas declarações, e em nada prejudicaram a ação econômica, nem por essa causa diminuiu o número de seus aderentes. Ao contrário, a sua ação franca e decidida serviu para despertar o entusiasmo e a adesão de muitos trabalhadores que permaneciam indiferentes à organização. (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 78)

Retomando a defesa da FORA advoga contra a junção das centrais operárias cindidas na Argentina, proposta por Neno Vasco, considerando tal reagrupamento como um processo fictício e sem consciência, “em favor da ascensão dos indiferentes, apáticos e ignorantes”. Prossegue argumentando sobre o mesmo tema: “ A FORA[...] realizou e realiza uma propaganda educativa e idealista, tão intensa que conseguiu imprimir ao proletariado em geral uma tendência libertária. Não creio que seja suficiente sacrificar esta obra, talvez incomparável, em favor de uma fusão que teria como efeito uma confusão” (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 80-81)

Estes são os últimos textos relativos a tal polêmica em que os articulistas dirigem-se um ao outro. No entanto, pouco tempo depois, ambos publicaram textos em que veiculavam sua concepção de sindicalismo e qual a maneira mais adequada aos anarquistas atuarem neles. João Crispim, através das páginas do jornal anarquista *A Rebelião* e Neno Vasco por meio do *A Voz do Trabalhador* continuam a disputa de consciência no movimento operário a partir do debate estratégico entre finalismo e neutralidade sindical.

Em artigo intitulado “Modalidades de Sindicalismo”, publicado na 1ª edição do jornal santista *A Rebelião*, em 01 de maio de 1914, João Crispim formula a sua concepção de sindicalismo. Começa definindo o sindicato como a “organização de uma ou várias classes que exploram ou trabalham em determinados ramos da indústria ou profissão” (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 83). Identifica os sindicatos católicos, com atuação voltada à beneficência. A seguir os sindicatos amarelos, organizados pelos patrões orientados pelo cooperativismo e pelo mutualismo. Despreza os sindicatos sob orientação de partidos monárquicos e republicanos. Por fim, apresenta a forma mais adequada para a luta operária por meio dos sindicatos de resistência. A primeira tendência neste grupo é a dos corporativistas que lutam por melhorias parciais de sua categoria exclusivamente, não se solidarizando com as lutas de outros trabalhadores e sem se engajar em pautas sociais mais

abrangentes. A seguir encontram-se os sindicatos dirigidos pelos partidos socialistas, onde a luta econômica das categorias está subordinada a disputa por espaços representativos no Estado burguês.

Por essa caracterização, o articulista conclui que a palavra sindicalismo não significa nada a priori. A seguir passa a tratar do sindicalismo revolucionário, que em sua leitura, não se opõe efetivamente a nenhuma instituição da ordem econômica, social ou moral da atual sociedade e evita a propagação de ideias de emancipação humana. Para essa tendência, é a luta pelo melhoramento econômico que leva o proletariado a emancipação total, prescindindo de uma crítica mais profunda sobre o atual regime social. Destaca, no entanto, inúmeras associações operárias a nível global que incluíram em seus estatutos posições antiestatistas, contra o patronato e o salariado, exigindo a supressão do clero, do exército e das leis atualmente vigentes em seus países. Dentre essas associações estão a CGT francesa, a *Unione Sindicale* italiana e a COB no Brasil.

Por fim, aponta entidades que alcançaram maior clareza de seus princípios e declararam o comunismo anarquista como a finalidade do sindicato. Dentre as quais menciona a FORA, a FORU a FOLS e a Federação Operária do Paraguai. Defende que a COB aprovou o conteúdo deste princípio, sem ter aprovado a resolução que conscientemente incorporou o comunismo anárquico como objetivo finalista desta entidade.<sup>35</sup>

Em 1º de janeiro de 1914, publicou-se nas páginas de *A Voz do Trabalhador*, uma tese apresentada à Conferência Anarquista da Região Sul, em Lisboa. Neno Vasco é quem assina a reprodução desse texto que se inicia com um resgate histórico da AIT e da posição defendida por Bakunin, Guillaume e pela ADS. Apresenta que naquele contexto a diferenciação entre uma instância político-partidária e o movimento de massas eram pouco delineadas. Com o fim da Internacional, o movimento operário entra em profundo refluxo e o anarquismo perde sua influência de massas na Europa. Tendências reformistas e individualistas tomam espaço nas fileiras libertárias, especialmente na França. É o sindicalismo revolucionário da CGT e a ação decidida de militantes anarquistas como Fernand Pelloutier que alteram a composição e a feição do anarquismo francês na leitura de Neno Vasco. Para o anarquista português, é necessário evitar nominalismos quando se busca inferir se um sindicalista é também anarquista. Com base na ação cotidiana, no modo como entende a luta operária e na

---

35 Tal afirmação é equivocada, uma vez que o congresso reforçou os princípios do sindicalismo revolucionário. Inclusive o efeito de tal decisão reverberou sobre o movimento operário argentino e a relação entre CORA e FORA e o poder de influência do finalismo.

concepção de reorganização da sociedade a partir da revolução social é possível identificar anarquistas que sequer se intitulam como tal.

Para o anarquista, os termos anarquismo e sindicalismo podem ser igualmente requeridos: o primeiro para indicar o seu ideal de sociedade sem Estado (não claro está, sem organização e sem influências interpessoais), de sociedade sem privilégios políticos e econômicos; o segundo para designar a necessidade da organização para a luta de classe, para a expropriação dos capitalistas e para a reorganização da sociedade para exprimir ainda a suprema necessidade da associação voluntária. (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 94-95)

Nessa abordagem o sindicato é visto como elo entre a sociedade atual e a sociedade futura. Tanto do ponto de vista organizativo, como mecanismo aglutinador para a luta, quanto como ferramenta que auxiliará o processo de transição revolucionária, assegurando que os serviços essenciais não parem e que a revolução possa triunfar. Por outro lado, no campo do sindicalismo revolucionário, existem ainda posições que atribuem ao sindicato uma característica intrinsecamente libertária. Essa posição, chamada de automatismo sindical, é profundamente criticada por Neno Vasco, como vimos. Na visão apresentada na tese, a luta de classes não nasce automaticamente no sindicato. A defesa dos interesses gerais do proletariado, de caráter revolucionário, buscando a abolição da sociedade de classes, deve ser cotidianamente construída na prática política de tais associações, do contrário abre-se margem para oportunismos corporativistas que, mal disfarçada de automatismo, busca confundir no seio da classe, a luta de classes pela transformação social com a luta intercorporativa e a colaboração patronal.

Há uma necessidade premente, na posição apresentada por Neno Vasco de dissipar dos sindicatos a influência de concepções mutualistas, cooperativistas, eleitorais e parlamentares. Após o fortalecimento de perspectivas de combatividade e ação direta é preciso que os anarquistas que atuam no campo sindical como fermento da organização e da luta popular promovam a organização sindical a partir do critério econômico dos interesses de classe, evitando que as entidades operárias delimitem seu escopo a determinado partido ou escola doutrinária. Isso dispersa as forças da própria classe e produz uma “ficção perigosa”, na qual “as ideias de uma minoria artificialmente atribuídas a maioria inconsciente” vão contra o próprio ideal propagado (VASCO; CRISPIM, 2014, p. 100-101). É preciso, no entanto, que isso não resulte na exclusão da propaganda de ideais emancipatórios no seio dos sindicatos, e

os anarquistas devem fazer ativa propaganda de suas ideias.

Por essa breve exposição desenvolvida ao longo deste capítulo, é possível constatar as disputas estratégicas no seio do movimento operário, entre os próprios anarquistas, no que diz respeito as melhores opções estratégicas no âmbito do sindicalismo de intenção revolucionária. A partir disso, é possível desmistificar as abordagens historiográficas que afirmam o grau primitivo da organização e dos debates no campo do movimento operário antes de 1922. Ainda que essa discussão fosse mais acalorada entre as minorias ativas é possível constatar um enraizamento de determinadas perspectivas no conjunto das categorias organizadas no movimento operário. É possível ainda evidenciar a incoerência e anacronismo do termo anarcossindicalismo para determinar conceitualmente a prática política anarquista com relação a sindicatos, mais especificamente durante as duas primeiras décadas do século XX.

É possível constatar o caráter transnacional deste debates estratégicos, percebendo a mútua influência entre movimentos de classe e setores de distintos países e localidades, observando que as ideias e posições circulavam tendo como agentes difusores militantes que, seja pela ação da propaganda, seja pela necessidade de deslocamento causada pela repressão se deslocavam de um país a outro, de uma região de determinado país a outra, etc. A figura de Florentino de Carvalho parece ser um interessante fio condutor para perceber a circulação de ideias finalistas entre Brasil e Argentina e o desenvolvimento do embates em torno dessas ideias evidenciam uma correlação entre movimento operário brasileiro e argentino. Estando em ambos os países e tendo proximidade e vinculação orgânica com a FOLS, entidade que pode ser apontada como pioneira no debate finalista no Brasil, Florentino de Carvalho parece ser um ativo difusor da perspectiva estratégica do finalismo anarquista nos sindicatos, mais tarde conhecida como anarcossindicalismo.

No próximo capítulo aprofundaremos a relação entre educação e política, por meio de uma breve apresentação das principais experiências que serviram de influências às Escolas Modernas de São Paulo e seus diretores. Buscaremos ainda evidenciar como esses dois aspectos se entrecruzam nas posições do grupo composto por Florentino de Carvalho, João Penteadó e Adelino de Pinho. Esse movimento tem por objetivo evidenciar a relação educação e política na proposta de transformação social anarquista, por meio da prática política do grupo de militantes elencado.

## Capítulo 3

### Educação e Sindicalismo de Intenção Revolucionária

Nesse capítulo discutiremos a vinculação das Escolas Modernas da cidade de São Paulo com o movimento operário, consubstanciada na consonância com as deliberações congressuais da COB, no aporte financeiro dos sindicatos dos bairros onde as escolas situavam-se, na relação entre trabalho e o ensino na orientação pedagógica, no grupo de militantes responsável pela direção das iniciativas, nos valores e mística que recobriam as atividades extracurriculares, calendário de comemorações, temas veiculados nos boletins escolares etc. Remontando uma tradição libertária no campo da educação, que pode ser traçada desde Proudhon, mas que começa a tomar forma na AIT, a educação integral de Robin e Bakunin reverbera na concepção racionalista de Francisco Ferrer y Guardia, criando assim uma gama bastante difusa de experiências educacionais globalmente. Buscaremos retomar esta tradição que fundamenta as Escolas Modernas de São Paulo.

Trataremos desde a formação do Comitê Pró-Escola Moderna, a fundação das escolas e suas atividades, a possível dissonância que fez com que Florentino de Carvalho se afastasse da Escola Moderna nº1 e da Escola Moderna nº2 para fundar a Escola Nova, possivelmente associada a intensificação das divergências no campo estratégico entre anarquistas nos sindicatos. Um levantamento acerca das posições defendidas por cada um dos diretores das escolas: João Penteadó, Adelino de Pinho e Florentino de Carvalho, nas duas primeiras décadas sobre o tema pode contribuir para reforçar a hipótese levantada.

#### 3.1 Anarquismo e Educação

No congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores de 1867, realizado em Laussane, abriu-se o debate acerca da educação integral e da necessidade de produzir o acúmulo necessário para a elaboração de um programa da Internacional que contemplasse o problema vital da educação dos trabalhadores. No ano seguinte, em Bruxelas, foram apresentadas discussões sobre o tema que se concluiu no congresso do ano seguinte em Basileia. (ROBIN, 1989, p.90)

O professor francês Paul Robin teve papel fundamental na elaboração teórica e

prática da educação integral. Sua atuação no liceu de Brest, entre 1861 e 1864, forneceu as questões vitais para a posterior elaboração da educação integral. Robin acreditava que deveria instruir seus alunos integralmente, e que esta formação extrapolava a sala de aula, portanto, realizava passeios onde a observação da natureza e da realidade dos trabalhadores serviam como a base para os estudos nas mais diversas áreas do conhecimento. A postura inovadora e antidogmática do educador atraiu forte pressão da comunidade local e de seus superiores “pois, além de seu pensamento político, não respeita os programas, fomenta protestos entre os alunos e ainda trabalha com a instrução popular.” (GALLO, 1995, p.178) Diante deste quadro de perseguição, o educador se demite, partindo para a Bélgica. Somente após um longo período de tempo Robin retornará para a França para pôr em prática as propostas educativas elaboradas por ele. Nas décadas de 1880 e 1890 o Orfanato Prévost, em Cempuis na França, será o estabelecimento no qual o pedagogo francês colocará em prática as avançadas ideias da educação integral.

A prática educativa desenvolvida no Orfanato Prévost possuía três aspectos componentes da educação integral: a educação física, intelectual e moral. A educação voltada para os aspectos físicos e psicomotores era assentada em dois princípios: um deles era o desenvolvimento físico das crianças e a sua equalização com o seu desenvolvimento intelectual, por meio da prática esportiva (praticava-se uma gama de esportes – natação, equitação, ciclismo, ginástica, além de jogos e brincadeiras, sempre com um espírito fraterno e solidário) como contrapeso à educação intelectual, visando uma justa medida entre os dois; o outro consistia na preocupação com a higiene, questão vital para os filhos de trabalhadores, tendo em vista que o extremo pauperismo econômico, intelectual e moral submetiam-nos a condições de total ausência de higiene que provocavam sérios e constantes problemas de saúde.

A educação física era diária e ocupava um terço do dia letivo. Nela praticava-se não somente esportes, mas também treinamentos contra incêndios (que ajudou com uma série de ocorrências na região), e passeios, onde as observações dos alunos eram posteriormente tema de análise teórica em sala. Havia ainda uma colônia de férias na praia, o orfanato foi a primeira instituição francesa a possuir uma colônia que recebia a excursão dos alunos no período de férias. Havia ainda o encontro entre a educação

física e a educação intelectual na chamada instrução profissional, chamada por Robin de educação orgânica e manual, consistia na prática, teorizada, retornando a prática. É a práxis em seu sentido concreto.

A escola de Cempuis possuía uma granja completa e oficinas de sapataria, imprensa e encadernação, forja, carpintaria, costura e uma lavanderia. Quando passavam a aprendizagem nas oficinas, os alunos tinham um período de nove horas diárias de estudos, assim divididas: cinco horas eram destinadas aos trabalhos manuais (sendo três horas na oficina e duas horas nos trabalhos coletivos); as outras quatro horas eram destinadas aos trabalhos escolares propriamente ditos, como as aulas teóricas. (GALLO, 1995, p.111)

Na conclusão da primeira fase dos estudos, as crianças passavam por todas as oficinas para escolher em qual delas iriam se especializar, procedimento chamado por Robin de borboleteamento. O conjunto de crianças era dividido em seis subgrupos, que passavam pelas diversas tarefas organizadas em seis classes de trabalho, em um revezamento em que todos participavam das atividades de agricultura, encadernação, costura, trabalho com madeira, trabalho com metais, serviços vários de manutenção e limpeza. Crianças de ambos os sexos passavam por todas as oficinas, de costura, de forja, salientando a importância da coeducação. (GALLO, 1995, p.117-118)

A educação intelectual, desenvolvida em Cempuis, era norteada por uma pedagogia da pergunta onde o professor nunca oferecia o conhecimento pronto ao aluno, guiava-o por meio das perguntas para que instigasse sua curiosidade, a investigação, a vontade de descobrir e saber mais. Por meio deste percurso o aluno descobriria os conteúdos por meio de sua experiência e observação. O orfanato contava com um jardim botânico, uma estação meteorológica, laboratórios de física e química, um museu matemático, embriões de um museu histórico e de um museu astronômico, além do projeto de Robin de criar um museu de sociologia e etnologia. Havia ainda uma biblioteca e um teatro.

Por meio de uma metodologia prática crítica eram estudados grandes temas das ciências modernas e sua fundamentação social, além de línguas orais e escritas, matemática e diversas formas de expressões artísticas. A perspectiva histórica adotada evitava a exaltação de grandes heróis e guerreiros, a geografia recebia um suporte diferenciado

com as contribuições de Elisée Reclus. As ciências naturais eram o eixo central de uma educação que era muito mais ensinada nos laboratórios do que nos livros. Além da grande atenção a aprendizagem da língua francesa e de línguas estrangeiras, oferecia ainda o aprendizado da datilografia e da estenografia. Ainda havia espaço para diferentes formas de expressão artística como a dança e a música. A alfabetização das crianças recebia cuidados especiais para tornar o processo menos mecânico e mais criativo, lançando mão de jogos com letras, palavras e imagens.

Quanto à educação moral, havia o intento de não reproduzir qualquer moral, ou a moral burguesa em específico, e sim produzir uma nova moral, uma moral libertária, pautada na fraternidade e na solidariedade. Para realizar esta difícil tarefa, Robin entende que existem dois âmbitos nos quais deve-se desenvolver este trabalho: um deles é o da relação pedagógica entre os professores, alunos, direção, funcionários, todos em igualdade, respeitando a liberdade dos indivíduos e assim cultivando a liberdade coletiva. O outro reside na orientação do ensino teórico, criando um nicho onde o exercício da solidariedade, da igualdade e na construção conjunta da liberdade como norte à educação moral, sob uma perspectiva libertária. A coeducação e o ensino laico completam as características da educação moral desenvolvida em Cempuis.

Do ponto de vista da atuação política, Robin começa a se aproximar de grupos progressistas no período em que se instala em Bruxelas. Aproxima-se da AIT por meio do Conselho Federal Belga da Internacional. Expulso da Bélgica em 1868, por apoiar uma greve, desloca-se para Genebra onde estabelece contato com diversos militantes socialistas, dentre eles, o militante anarquista russo Mikhail Bakunin. Robin se torna membro da Aliança da Democracia Socialista, organização específica anarquista que atuava na Internacional.

A educação integral proposta por Robin tem como fundamento a formação dos indivíduos em três esferas de sua constituição: intelectual, física e moral. A formação intelectual diz respeito ao acesso ao conhecimento produzido socialmente pela humanidade nas mais distintas áreas de conhecimento. Mais do que isso, possibilita a ruptura com a lógica alienante da cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual na medida em que se articula com a formação física, garantindo a constituição física e a higiene dos corpos e preparando as crianças para o trabalho produtivo de forma

participativa e racional. A mediação entre a esfera individual e a esfera coletiva é realizada pela educação moral, ou antes, a educação social das crianças, que são preparadas para a vida em sociedade com base em uma concepção fraterna e solidária.

No que se refere às proposições teóricas e pedagógicas de Robin, podemos iniciar a exposição por meio de uma discussão que se mantém atual hodiernamente, que diz respeito ao direito do indivíduo obter o maior desenvolvimento possível de suas faculdades intelectuais. Robin apresenta uma objeção comum, que permanece até os dias de hoje em cada escola, em cada sala de aula, que consiste na ideia que um jornaleiro, por exemplo, não precisa conhecer as especulações filosóficas ou as belas artes, em suma ter contato com o conhecimento humano socialmente produzido. Isto porque, uma vez de posse destes conhecimentos, esse sujeito irá desejar abandonar a sua importante, porém, desgastante função para exercer outra, menos cansativa e se mesmo assim a miséria mantê-lo em seu posto sentir-se-á mais desgraçado que seu companheiro de trabalho menos instruído. A isso Robin responde com maestria:

Antes de tudo é importante rechaçar essa objeção. Todo homem deve ser considerado sob dois pontos de vista: como ser isolado, independente, completo por si só, e como membro da coletividade. Nenhuma destas duas maneiras de considerá-lo pode ser sacrificada pela outra. Como ser distinto e completo, ele tem direito ao desenvolvimento total de suas faculdades; como membro da coletividade, ele deve contribuir com a sua parte de trabalho íntegro e necessário. Se este trabalho se distribui segundo a justiça entre todos os homens; se as necessidades extravagantes de alguns deles não alteram o equilíbrio entre o consumo e a produção; se os instrumentos criados pela indústria moderna estão, como convém, à disposição dos trabalhadores; enfim, se o trabalho é racionalmente organizado e os produtos dele são distribuídos de forma equitativa, a parte de trabalho exigida de cada um se reduzirá consideravelmente, e o tempo de ócio será muito maior. (ROBIN, 1989, p.89)

Além disso, Robin aponta alguns elementos constitutivos da educação integral expondo a questão da superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Esta concepção educacional parte do pressuposto que cada indivíduo possui duas esferas uma individual e outra coletiva, que devem se realizar por meio do trabalho. Portanto, a criança deve se tornar um ser produtivo a partir de determinada idade, e a educação deve acompanhar este processo. Desfere severas críticas à uma série de

preconceitos e limitações desenvolvidos nas crianças por meio de uma ação educacional pautada em dogmatismos e prenoções sem qualquer embasamento racional. Um limite claro do autor, reflexo de seu contexto histórico, é a base positivista em que baseia seu raciocínio. Ainda que haja um forte elemento de crítica social e a defesa da transformação revolucionária da sociedade, seu referencial comtiano aproxima-o do positivismo por meio da defesa da racionalidade e da neutralidade do conhecimento construído a partir do método científico, a partir do modelo das ciências naturais.

É possível notar a relevância das proposições educacionais de Robin na ADS, por meio de um trecho do programa desta organização, documento escrito à mão por Bakunin em 1871, recuperado por Max Nettlau, anarquista nascido em Viena historiador e historiógrafo do anarquismo:

Como os menores de idade, especialmente as crianças, são em grande medida incapazes de racionalizar e de dirigir conscientemente seus atos, o princípio da tutela e da autoridade, que será eliminado da vida social, seguirá encontrando uma esfera de aplicação na educação das crianças. Evidentemente, essa autoridade e tutela deverão ser verdadeiramente humanas, racionais e totalmente alheias aos freios teológicos metafísicos e legais. Terá que começar aceitando a premissa de que, desde seu nascimento, nenhum ser humano é bom ou mau, e que a bondade, isto é, o amor à liberdade, a consciência da justiça e da solidariedade, a exaltação, ou melhor, o respeito à verdade, à razão e ao trabalho, somente podem se desenvolver nos homens mediante uma educação racional. Portanto, insistimos que o único objetivo dessa autoridade seja preparar as crianças para o máximo de liberdade. Este objetivo só poderá ser alcançado mediante a auto eliminação gradual da autoridade para dar espaço à livre atividade das crianças na medida em que se aproximam da maturidade.

A educação deverá compreender todas as áreas da ciência, a técnica e o conhecimento das artes. Deverá ser científica e profissional, geral, obrigatória à todas as crianças e especial (de acordo com os gostos e inclinações de cada um deles) para que todo jovem, de ambos os sexos, que deixem a escola ao alcançar a maioridade estejam preparados para desempenhar um trabalho manual ou mental. (BAKUNIN, 2013, p.9, tradução nossa.)

Entretanto a maior referência para as Escolas Modernas de São Paulos, assim como de grande número das iniciativas no campo da educação impulsionadas pelos anarquistas, foi

sem sobra de dúvida a Escola Moderna de Barcelona, fundada e dirigida por Francisco Ferrer y Guardia. O educador catalão, após anos exilado na França, estabeleceu contatos que se tornaram vitais para a fundação da Escola Moderna. Ao retornar à Espanha passa a elaborar o programa escolar e organizar os elementos fundamentais para concretizar o projeto. Compreende uma questão central da prática anarquista que é ação dirigida com o objetivo de transformar a sociedade, como se pode constatar no trecho do livro *A Escola Moderna*, escrito por Ferrer e publicado postumamente que reproduzimos a seguir

Chegou um momento em que me pareceu que o tempo seria perdido se das palavras não se passasse às obras. Estar em posse de um privilégio importante, devido à imperfeição da organização da sociedade e ao azar do nascimento, conceber ideias regeneradoras e permanecer na inação e na indiferença no meio de uma vida prazerosa me parecia incorrer em uma responsabilidade análoga à em que incorria aquele que ao ver um semelhante em perigo e impossibilitado de se salvar não lhe estendesse a mão. (FERRER Y GUARDIA, 2014, p. 34)

Em um sentido semelhante, Ramón Safón, autor do livro *O Racionalismo Combatente de Francisco Ferrer y Guardia* afirma:

Para compreender essa avalanche de ódio contra Ferrer e o impacto que teve a criação da Escola Moderna, é preciso ter sempre em mente que Ferrer não se encontrava na situação de um simples pedagogo com uma obsessão educativa na cabeça, mas possuía, sobretudo, uma atitude e qualidades de homem de relações e de ação, fazendo contato e adquirindo apoio em todos os meios progressistas da época, embora soubesse que muitos destes escondiam muito egoísmo e hipocrisia no esforço educativo, e que poucos desejavam uma transformação radical para uma perfeita regeneração social. (SAFÓN, 2003, p.23-24)

Essa abordagem chama atenção para o caráter combativo de Ferrer, complementar a figura do pedagogo. Sustenta que, antes de tudo, o educador anarquista foi um homem de ação “fundador de realidades e realizador de ideias”, não um pedagogo em teoria, mas “um combatente em educação social”. Buscou com a sua militância por meio da Escola Moderna “Ativar o senso humano ao ponto que ninguém possa mais aceitar a opressão e a iniquidade como norma de vida e possa, ao contrário, rejeitá-las pela revolta”. Ainda segundo Safón, Ferrer mantinha relações estreitas com os anarquistas, sem, no entanto, adotar as táticas que utilizavam a violência. Sua esfera de atuação era a cultural/ideológica: “(...) ele propunha-se em principio a atacar pacificamente a base da

sociedade de então pelos meios que essa empregava: a educação” (SAFÓN, 2003, p.10-12).

A discussão da negação da violência adotada por Ferrer deve ser colocada em perspectiva. O período de 1880 e 1890 na Europa foi marcado pelo insurrecionalismo, corrente anarquista contrária às conquistas de curto prazo, partidária da propaganda pelo fato, pois acreditava que a utilização da violência seria um gatilho disparador de movimentos de massa. Teve muita expressividade na Itália e na França, este último, país onde Ferrer permaneceu durante seu exílio no final do século XIX. Dessa forma, aqueles que adotavam uma postura crítica a essa corrente do anarquismo o fizeram em distintos graus e em distintas esferas, defendendo ações prévias que preparassem as classes dominadas para o processo revolucionário, seja por meio da educação seja pelas conquistas de curto prazo, que seriam a “ginástica revolucionária” que prepararia para a revolução. Essa postura esteve associada à outra corrente anarquista, chamada de anarquismo de massas. Nesse contexto é que se insere a posição não violenta de Ferrer.

Havia uma preocupação por parte de Ferrer que a imagem pública da *Escola Moderna* não fosse associada pelas autoridades com o anarquismo, em especial com a sua vertente insurrecionalista. O risco de perseguição por parte do Estado espanhol - haja vista a execução de Ferrer após um julgamento a portas fechadas e uma condenação sem provas em 1909 pelos acontecimentos da Semana Trágica de Barcelona – e a resistência de setores das classes populares a aproximarem-se das iniciativas anarquistas, seja por preconceito, seja pela falta de identificação ideológica com o anarquismo estavam no cerne da ausência da caracterização da escola enquanto experiência anarquista, embora os traços fundamentais da estratégia de massas do anarquismo fosse a tônica da prática educativa realizada na Escola Moderna. A divisão entre os níveis político e social contida na proposta organizacional que orientava a ADS e sua ação na AIT parece ter sido crucial para a definição do caráter da Escola Moderna. De maneira análoga, a apropriação do sindicalismo revolucionário nas últimas décadas do século XIX, as escolas tinham uma proposta ampla de movimento de massas, acolhendo indistintamente crianças e adultos de distintas ideologias, respaldadas por uma prática pedagógica fundada nos princípios anarquistas de autogestão, solidariedade e igualdade. Isso pode ser bem ilustrado no seguinte trecho

Escolas laicas, escolas anticlericais, escolas anarquistas existiam, evidentemente, mantidas pela Sociedade dos livres-pensadores, pelos

centros operários, pelos ateneus, mas segundo as observações de Ferrer, ele considerou que umas (as laicas e as anticlericais) professavam uma pedagogia moderada, e que as outras (aquelas dos centros operários e dos ateneus) eram demasiado marcadas política e socialmente. Denominavam-nas, por sinal, “o berço do anarquismo”, e elas causavam medo, não apenas às classes superiores e intelectuais reinantes, mas particularmente à opinião pública de classe média e até mesmo popular. Elas causavam mais medo ainda porque a revolução parecia eminente. A isso, Ferrer preferia evitar assustar os homens de boa vontade, embora conservando um objetivo revolucionário apoiando-se em novas pedagogias ligadas à evolução do progresso humano em geral, e manter o rumo para a libertação do homem. (SAFÓN, 2003, p. 24)

A prática militante de Ferrer, no entanto, aproxima-o fortemente do anarquismo e de suas estratégias de massas. Uma forte evidência disso é seu profundo envolvimento com a criação do periódico *La Huelga General*, órgão de propaganda da Federação Regional de Sociedades Operárias de Barcelona. Escreveu diversos artigos sob o pseudônimo “Cero” defendendo a revolução social e a tática da greve geral. Sob esse pseudônimo Ferrer não se furtava a reivindicar para si a posição de anarquista. (SILVA, 2013, p.128). Porém, a prática política, mais que a autoidentificação levam a crer que o educador catalão tinha uma afinidade muito sólida com o anarquismo. Seguindo a linha de raciocínio desenvolvida ao longo de nossa argumentação, é notável a semelhança e a articulação entre as experiências educativas e o sindicalismo revolucionário em um plano prático, mas também estratégico, do ponto de vista da função de ambas as ferramentas: imprimir os princípios anarquistas no movimento de massas, sem descaracterizá-lo.

O aspecto central da proposta racionalista se encontrava na formação racional de crianças e adultos, que encontrava esteio no conhecimento científico, na experiência empírica, no combate ao dogmatismo religioso e a superstição inculcada no povo. Além disso, desmistificava as diferenças entre os gêneros, praticando a coeducação, fomentando uma relação saudável, respeitosa e igualitária entre meninos e meninas. Prezava pela higiene dos espaços e dos alunos, ensinando a importância de procedimentos simples como lavar as mãos, oferecendo assistência médica preventiva para as crianças e os pais.

Não utilizava nem prêmios, nem castigos adotando uma postura crítica a tal prática como forma de adestramento irracional e embrutecedor dos sentidos dos indivíduos, sustentando uma pedagogia ativa e racional. Metodologicamente

contrapunha-se a educação tradicional, centrada na repetição e na obediência cega às lições e aos mestres. Em lugar disso, propunha a livre reflexão na construção do conhecimento. “O ensino racional e científico deve persuadir os futuros homens e mulheres de que não devem esperar nada de nenhum ser privilegiado (fictício ou real); e que podem esperar tudo o que for racional de si mesmos e da solidariedade livremente organizada e aceita.” (FERRER, 2014, p. 46).

Outra ferramenta pedagógica relevante foi o Boletim da Escola Moderna. Periódico criado com o intuito de divulgar as atividades escolares, as ideias racionalistas, as produções textuais de seus alunos, e as opiniões da comunidade da Escola Moderna acerca dos mais variados temas de conhecimentos gerais. Esta prática estimulava a reflexão das crianças sobre diversos temas e a formação de opiniões acerca do que se observava nos passeios e nas visitas aos mais diferentes lugares, racionalmente balizadas e refletidas. Dessa maneira, surgiam as mais diferentes expressões de ideias, desde aquelas contrárias a guerra, até críticas a desigualdade social e a exploração do trabalho.

O contato com a comunidade era estabelecido por meio de conferências dominicais que visavam não somente os pais das crianças, mas o conjunto da população. Os temas eram variados e versavam sobre higiene e fisiologia, geografia e ciências naturais, história natural entre outros temas. Foram convidados dois conferencistas: Dr. Andrés Martínez Vargas, catedrático de doenças da infância da Faculdade de Medicina de Barcelona e o Dr. Odón de Buen, catedrático da Faculdade de Ciências de Barcelona. O intuito das conferências era de garantir a instrução popular e o envolvimento da comunidade com a Escola Moderna.

Para realizar tal proposta, a Escola Moderna contava com uma estrutura composta por materiais didáticos elaborados especialmente para o ensino racionalista, coleções de mineralogia, botânica e zoologia, lâminas de fisiologia vegetal e animal, máquina de projeção, substâncias alimentares, industriais e minerais, laboratórios, biblioteca, museu e uma gráfica para a produção dos materiais didáticos e para a edição de livros de cultura universal e de temática social.

Afirmamos que o ensino racionalista se fia, em alguma medida na concepção do dualismo organizacional da ADS, uma vez que este modelo organizativo constitui o eixo central e a justificativa prática da divisão dos níveis social e político. Garantir que as iniciativas do nível social - a AIT ou a Escola Moderna - atingissem o maior número

possível de individualidades das classes exploradas era o objetivo primordial a ser alcançado. Nesse sentido, restrições de caráter ideológico como a filiação ao anarquismo diminuiriam consideravelmente a amplitude das iniciativas pelos motivos já apontados. Era necessário que o denominador comum daqueles que as compunham fosse mais geral, fundamentando-se na própria condição de explorados e dominados na sociedade de classes. Isto não significa que grupos organizados por meio de acordos ideológicos eram dispensáveis. Em lugar de ideologizar as iniciativas do nível social, Bakunin propunha a existência de um nível político, onde o acordo ideológico e a coesão interna eram rigorosamente estabelecidos entre os membros. Essa proposta foi fortemente apropriada pelo sindicalismo revolucionário, estratégia amplamente adotada pelos anarquistas, que se desenvolveu no final do século XIX.

Na mesma direção, a Escola Moderna não se propunha a ser uma escola anarquista ou se relacionar com o combate nas esferas política/jurídica/militar e econômica. Nesse sentido, caracterizava-se por ser uma experiência do nível de massas, isto é, sem recorte ideológico. E constituía-se enquanto método de combate à dominação na esfera cultural/ideológica, descartando a violência enquanto ferramenta de luta, porém sem negar a necessidade da articulação das esferas no processo de transformação social.

Outras importantes experiências poderiam ser mencionadas, pois tiveram relação direta com as Escolas Modernas de São Paulo, ou contavam com a simpatia de seus diretores. A experiência de *La Ruche*, na França, coordenada pelo anarquista internacionalmente conhecido Sebastián Faure. Ou ainda a escola de Iasnaia Poliana, iniciativa do escritor libertário Leon Tolstói, em uma região rural da Rússia. Ou mesmo à Escola Oficia, de Adolfo Lima, em Portugal.<sup>36</sup> Assim ao compreender a pedagogia libertária enquanto um tipo específico de educação popular é difícil falar em uma educação anarquista, no sentido doutrinário, sem parecer que as escolas eram púlpitos para o proselitismo ácrata. Não se trata de desvincular totalmente pedagogia libertária do anarquismo, e sim de estabelecer as conexões devidas por meio da estratégia anarquista que não tinha como objetivo tornar tudo aquilo em que se envolvessem em movimentos, agrupações ou escolas anarquistas. Essa preocupação está no cerne do sindicalismo revolucionário enquanto estratégia anarquista de atuação no movimento de massas e em alguma medida nas propostas e na atuação dos anarquistas no campo da educação. No entanto, só é possível levar a cabo o programa máximo da educação

---

36 Cf. CALSAVARA, 2012, p. 70-96.

libertária com a articulação desta com o anarquismo, enquanto ideologia com um projeto de transformação social mais amplo, partindo do pressuposto que a educação é parte importante do processo, mas não é sua totalidade. Faz-se necessário uma transformação radical em todas as esferas da vida social econômica, política, jurídica, cultural, educacional, ideológica.

### **3.2 Comitê Pró-Escola Moderna**

A prisão arbitrária e morte de Francisco Ferrer y Guardia gerou grande repercussão nos meios anarquista e operário internacional. No Brasil não foi diferente. Em 1909 foi criado o Comitê Pró-Escola Moderna em São Paulo e no Rio de Janeiro, com subcomitês em vários bairros da capital paulista e no interior do estado<sup>37</sup>, com esforços convergentes para a criação da Escola Moderna em São Paulo. Partindo de um acúmulo e de articulações concretas estabelecidas entre trabalhadores e militantes em torno de Centros de Cultura Social nos anos anteriores, foi possível agrupar e organizar indivíduos comprometidos com a criação de centros voltados à educação formal dos trabalhadores. Nesse sentido, as experiências prévias de instrução popular expressas pelos Centros de Cultura Social contribuíram para a posterior conformação dos comitês em prol da Escola Moderna (CASTRO, 2017, p. 243-244).

Dessa maneira, a partir da criação do comitê, após assembleia realizada em 17 de novembro de 1909, coube a este grupo a elaboração e exposição pública do programa escolar, divulgando por meio de circular publicada em diversos jornais, as bases do ensino racionalista, e uma convocação aos livres pensadores para auxiliar na realização do projeto escolar.

Dentre as funções do comitê, também incluídas no apelo público divulgado na imprensa, estavam a divulgação e realização de atividades com vistas a arrecadação de fundos para a efetivação do projeto tais como “os donativos, as festas, quermesses e conferências a pagamento e as listas de subscrições [...]” (PERES, 2010, p. 109). Esquemáticamente, os objetivos deste comitê são expressos abaixo:

---

37 Há menção de uma atividade realizada em Sorocaba, interior de São Paulo, com a finalidade de arrecadar fundos para a Escola Moderna: “Grande Festival em benefício da Escola Moderna de São Paulo. O sub Comitê abaixo assinado, realizará no dia 21 de abril, uma festa em benefício da grandiosa obra de regeneração social, que é a Escola Moderna. Para isso contamos com o concurso valioso de todos os que lutam pelo progresso da humanidade e julgam para isso necessário a educação racional da infância. Esperamos pois, que os nossos amigos das localidades circunvizinhas, venham assistir aos festejos cujo programa damos abaixo.” (O Operário, 19-04-1910 apud FREGONI, 2007, p. 68)

- 1º - Instalação de uma casa editora de livros escolares e obras destinadas ao ensino e a educação racionalista e que, conforme os casos, serão cedidos gratuitamente ou vendidos a preços reduzidos;
- 2º - Aquisição de um prédio para implantar na cidade de São Paulo o “núcleo modelo da Escola Moderna”;
- 3º - Procurar professores idôneos para dirigir a escola;
- 4º - Auxiliar aquelas que no interior do Estado poderão surgir, baseadas sobre as normas do ensino racionalista, normas que passamos a estabelecer. (RODRIGUES, 1992, p. 49)

A centralidade do núcleo paulista, que angariou esforços importantes no Rio de Janeiro em prol das Escolas Modernas, estava relacionada ao objetivo de criar um “centro de formação de professores e de edição de livros, necessários ao ensino racionalista”. Além disso, “a Escola Moderna nº1 cumpriria, no Brasil, o mesmo papel desempenhado pela Escola Moderna criada por Ferrer em Barcelona [...] e seria um polo irradiador da educação racionalista no país” (JOMINI, 1989, p. 98-101). Tratava-se então, como vimos, de “organizar uma boa biblioteca de livros escolares: livros destinados à criança e ao professor [...], de fundar uma casa de edições. De estabelecer um núcleo, de procurar o melhor material e os melhores processos de ensino, assim como educadores capazes de propagar os bons resultados obtidos” (*A Lanterna*, 19/03/1910 apud JOMINI, 1989. 101-102).

Jomini (1989, p. 102-104) aponta a composição heterogênea do Comitê, comportando tanto militantes do movimento operário, quanto industriais e outros profissionais da classe média, possivelmente evidenciando a necessidade de ampliar as bases sociais do projeto. Tal inquietação levou a pesquisadora a estabelecer um breve quadro da trajetória de cada um dos sujeitos que compunham o Comitê em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na capital paulista o comitê era composto por: Leão Aymoré era guarda-livros, foi secretário da comissão, sendo responsável pela correspondência relativa a iniciativa. Mantinha alguma proximidade com o movimento operário, participando em 1912, como orador, de um comício contra a carestia (*A Lanterna*, 11/05/1912 apud JOMINI, 1989, p. 104). Dante Ramenzoni, dono de uma fábrica de chapéus era responsável pela tesouraria. Não há informações acerca de José Sanz Duro (negociante), Pedro Lopes (industrial), Tobias Bore (artífice) e Eduardo Vassimon também integrantes da comissão. Peres (2010, p. 109) afirma, entretanto, que a maioria dos nomes da comissão eram colaboradores do jornal anticlerical *A Lanterna*.

Havia ainda quatro jornalistas, destacados militantes anarquistas: Edgar Leuenroth, natural de Mogi-Mirim, aderiu ao anarquismo entre 1903 e 1904 exercendo a profissão de

tipógrafo nas redações dos jornais operários, anarquistas e anticlericais, como *A Lanterna*. Contribuiu ativamente na campanha de arrecadação de fundos para a Escola Moderna (JOMINI, 1989, p. 103). Teve papel de destaque na greve geral de 1917, sendo um dos mais ativos membros do Comitê de Defesa Proletária. Sua posição se aproximava do campo organizacionista do anarquismo, defendendo o sindicalismo revolucionário como estratégia de massas para atuação no movimento sindical.<sup>38</sup>

Neno Vasco, apelido de Gregório Nazarieno Moreira Queiróz Vasconcelos, era português. Chegou ao Brasil em 1901 e participou da direção do jornal anarquista *O Amigo do Povo* e colaborou com tantos outros, tais como, *A Lanterna*, *A Terra Livre*, e *A Voz do Trabalhador*, órgão de propaganda da COB, entre outros. Retornou a Portugal em 1911, onde morreu em 1920 (DULLES, 1977, p. 21; FAUSTO, 1976, p. 93).<sup>39</sup> Neno era partidário e um dos maiores defensores do sindicalismo revolucionário como estratégia para o movimento de massas, defendendo a organização anarquista a parte do movimento sindical (dualismo organizacional), como propunha Malatesta.<sup>40</sup>

Oreste Ristori era italiano, radicou-se inicialmente no Uruguai, até migrar à São Paulo em 1904. Fundador e redator do periódico *La Bataglia*, realizou conferências no interior de São Paulo para arrecadar fundos para a Escola Moderna. Gigi Damiani, apelido para Luigi Damiani, era italiano, imigrou para o Brasil após ser preso no país natal por manifestar ideias anarquistas. Participou da Colônia Cecília<sup>41</sup>, e morou no Paraná durante algum tempo. Foi colaborador dos periódicos *La Bataglia*, *O Amigo do Povo*, entre outros. Foi preso e deportado para a Itália em 1919, no contexto de grandes deportações e perseguição política à militância anarquista (FAUSTO, 1977, p. 92; DULLES, 1977, p. 20).

Peres (2010, p. 109) apresenta que em 1913 a composição do comitê havia se alterado, incorporando novos indivíduos e excluindo outros. Nessa época, compunham o comitê: Leão Aimoré, Galileu Sanchez, Francisco Fiume, José Sanz Duro, Vitorino Cordeiro, Gigi Damiani, João Felipe, José Romero, Francisco Gattai, Júlio Sorelli, Francisco de Paula e

---

38 Sobre a participação de Leuenroth na greve de 1917: Cf. FAUSTO, Bóris. Trabalho urbano e Conflito social: 1890- 1920. São Paulo: Difel, 1976.

39 Para mais informações sobre a trajetória de Neno Vasco: Cf. SAMIS, Alexandre. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos, Lisboa, Letra Livre, 2009.

40 Cf. VASCO, Neno; CRISPIM, João. *Os Anarquistas no Sindicato*: um debate entre Neno Vasco e João Crispim, Biblioteca Terra Livre; Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri (Org). São Paulo: 2014.

41 Para mais informações sobre Ristori e Damiani: Cf. RODRIGUES, E. *Os Anarquistas*: trabalhadores italianos no Brasil. São Paulo: Global, 1984; ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori*: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

Edgard Leuenroth.

A boa vontade de distintas camadas sociais em arrecadar fundos parece ter desaparecido na efetivação do projeto. Ao menos é o que especula Jomini (1989, p. 106), ao constatar o excessivamente longo período de trabalho do comitê até a fundação da primeira Escola Moderna. A hipótese arrolada se fundamenta na constatação de que a arrecadação de fundos era bastante eficiente, a maior dificuldade, ao que tudo indica, foi encontrar responsáveis para coordenar a escola (JOMINI, 1989, p. 104-105).<sup>42</sup> Por fim, esta tarefa ficou na alçada do movimento operário e da militância anarquista, com a indicação de João Penteadado para a função de diretor da Escola Moderna nº1.

Pesquisas recentes, apresentam outros argumentos que ajudam a refletir sobre o longo período de campanha de arrecadação de fundos empreendido pelo Comitê Pró-Escola Moderna. Peres (2010, p.110) apresenta que em 1910 foi publicada uma nota nas páginas de *A Lanterna*, em que a comissão afirmava ter arrecadado 12 contos de réis, e que a meta estava fixada em 80 contos de réis. Um ano depois, outra nota discriminava que a quantia continuava a mesma. A razão disso era a conjuntura agitada e as dificuldades financeiras do grupo. Isso evidencia a irregularidade da arrecadação, de acordo com as turbulências conjunturais, mesmo com a eficiência dos meios empregados para tal. Percebe-se um alinhamento das condições da manutenção das atividades do comitê e posteriormente das escolas com o movimento operário. Nos ascensos e descensos há evidente correspondência:

De fato, a criação do Comitê Pró-Escola Moderna dá-se em período de declínio do movimento operário, atingido pela onda de repressão iniciada pelo governo paulista após a greve geral de 1907, momento em que é desarticulada a Confederação Operária Brasileira (COB) e extinto seu órgão oficial, o jornal *A Voz do Trabalhador*, cujo último número circulou em dezembro de 1909 (sendo o jornal reativado em 1913). A inauguração da Escola Moderna nº 1 ocorre em 1912, justamente quando o movimento operário e sindical começa a reorganizar-se. Seu fechamento em 1919, em meio a uma nova investida repressiva, culmina no estado de sítio decretado por Artur Bernardes e no fechamento das associações operárias, na prisão e deportação de seus militantes [...] (MORAES, CALSAVARA E MARTINS, 2012, p. 1003)

Mesmo com dificuldades, o comitê alcançou seu objetivo fundando em 1912 a primeira escola, no contexto de um ano repleto de mobilizações operárias e greves, seguido por uma tentativa de retomada organizativa no movimento operário no ano seguinte com a

---

42 JOMINI, 1989, p. 104-105

realização do 2º Congresso Operário, que ratificou o trabalho realizado pela comissão, sugerindo e estimulando a criação de espaços educacionais e culturais, ligados a educação formal, não formal e informal voltados à classe trabalhadora e seus filhos e filhas.

### **3.3 Escola Moderna nº 1, Escola Moderna nº 2 e Escola Nova**

Em 1912, no bairro operário do Belenzinho<sup>43</sup> em São Paulo, é fundada – como fruto dos esforços combinados de militantes libertários, maçons, liberais progressistas e livres pensadores organizados em torno da Comissão pró-Escola Moderna – a primeira Escola Moderna de São Paulo. A Escola Moderna nº1 foi fundada naquele ano, com o nome de Escola Livre, na Rua Conselheiro Cotegipe, 26, sendo realocada posteriormente para a Rua Saldanha Marinho, 66 e depois para a Avenida Celso Garcia, 262. A partir de 1913 passa a chamar-se Escola Moderna nº 1, possivelmente porque no mesmo ano seria inaugurada a Escola Moderna nº2. Mantida pela Sociedade Escola Moderna, recebia contribuições de seus estudantes que complementavam as arrecadações com subscrições voluntárias sob responsabilidade da Sociedade, contando com a divulgação da imprensa anticlerical, operária e anarquista. A escola fornecia os materiais escolares e livros gratuitamente. Orientada pelo método racionalista, atendia a meninos e meninas apresentando um programa que compreendia os seguintes tópicos: “leitura, caligrafia, português, aritmética, geografia, história do Brasil, noções de história e princípios de ciências naturais” (PERES, 2010, p. 106).

Uma vez instalada à Rua Saldanha Marinho a Escola Moderna Nº1 passou a ofertar cursos diurnos para as crianças e noturno para adultos. Cobrava-se dos pais das crianças do período diurno um montante entre 3\$000 e 4\$000. Dos adultos do período noturno o preço era negociável, supõe-se que tal medida tinha como objetivo levar em consideração a situação econômica de cada um. A escola ainda recebia contribuições de entidades organizativas dos trabalhadores, dentre as quais estão “Sindicato dos Laminadores (30\$000), União dos Chapeleiros de São Paulo (50\$000), Liga dos Padeiros e Confeiteiros (5\$000), Sindicato Proletário de Sabaúna (10\$000), Sindicato dos Canteiros de Lageado (20\$000), União dos Artífices em Calçados (22\$000)” (MORAES; CALSAVARA; MARTINS, 2012,

---

43 Interessante descrição acerca da configuração do bairro é encontrada em Peres, F. *Revisitando a trajetória de João Penteadado: o discreto transgressor de limites. São Paulo, 1890 – 1940*. Dissertação (Doutorado em História da Educação e Historiografia) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010; e em Penteadado, J. *Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)*. São Paulo: Livraria Martins Ed<sup>a</sup>, 1962. 2ª Ed. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003.

p. 7).

Em seu artigo Moraes, Calsavara e Martins (2012) apresentam além dos dados supracitados informações relevantes acerca dos cursos oferecidos pela escola, que podem ser encontradas de maneira dispersa nos jornais operários, anticlericais e na imprensa anarquista da época. Constavam no programa escolar as aulas de português, aritmética, geografia, história, desenho, caligrafia, préstimos. Aulas especiais de datilografia, português e aritmética passam a ser ministradas no período noturno entre 1918 e 1919. Aulas de inglês e francês também seriam ministradas três vezes por semana no período noturno. Aos fins de semana eram oferecidas conferências para os pais dos alunos e para a comunidade. Os temas perpassavam questões fundamentais à perspectiva libertária e a marca que buscavam imprimir junto aos trabalhadores, debatendo questões relativas à economia, condições de trabalho, a situação da mulher na sociedade de classes, tudo isso em uma perspectiva classista e internacionalista.

Trazendo em sua constituição as proposições de Bakunin e Robin com a educação integral e de Ferrer com o ensino racionalista, a Escola Moderna nº1 tinha como horizonte romper com a lógica da dominação calcada na cisão entre quem pensa e quem executa, entre trabalho intelectual e trabalho manual. Embora houvesse um corte de classe evidenciado pela localização da escola<sup>44</sup> e a perspectiva libertária norteadora da mesma, havia toda uma preocupação acerca da formação oferecida as crianças e aos adultos, para que não fosse uma educação meramente profissional.

A Escola Moderna nº1 contava com uma estrutura escolar invejável do ponto de vista dos materiais<sup>45</sup>, porém não possuía os recursos que dispunham as crianças do Orfanato Prévost em Cempuis na França, por exemplo, organizadas em suas oficinas que, em grande

---

44 Tratando da configuração do bairro paulistano do Belém quando da instalação da Escola Moderna nº 1 é possível afirmar que “[nesta] tela sobressaem os aspectos populacionais, com o conturbado processo de convivência e adaptação de imigrantes – naquela localidade italianos, portugueses e espanhóis – ao lado das camadas mais pobres da população, constituídas de negros e dos elementos nacionais. Por fim, neste quadro aparecem a luta e o enfrentamento das camadas sociais marginalizadas, os adeptos das ideias anarquistas e anticlericais, ao lado de uma ampla manifestação de aspectos culturais, nos salões de dança, no teatro amador, nos grupos musicais, nos batuques, no futebol, nas apresentações circenses, nos cinemas, na boemia dos escritores que enfrentavam o Belenzinho. Ou seja tem-se um mosaico multicolorido de lugares de sociabilidade que se estabeleceram no bairro operário localizado no (então) limite oriental da cidade de São Paulo.” (PERES, 2010, p.100).

45 As escolas estavam instaladas em prédios regularmente adequados ao ensino, mas já contando com excelente mobiliário e alguns petrechos necessários às aulas (A Lanterna, 18/10/1913). Quanto ao mobiliário, a Escola Moderna possuía trinta carteiras, dois quadros-negros, uma escrivaninha, quatro cadeiras, duas estantes, dois cabides e um armário, além de “livros e pedras”. (PERES, 2004, p. 121)

medida, abarcavam as grandes áreas da indústria daquele período.<sup>46</sup> Há aqui a influência da Escola Moderna de Barcelona, que aos poucos suscitou novas propostas metodológicas para a educação infantil, afastando-se de alguns temas importantes para a educação integral, no plano da prática pedagógica, como as oficinas profissionais. Ainda que o ensino profissional fosse o eixo central da Escola Moderna nº1, é importante ressaltar que as condições objetivas de cada experiência eram distintas e que a heterogeneidade na utilização dos métodos desenvolvidos ao longo da história das experiências escolares libertárias não solapou os princípios de formação de uma nova humanidade, cultivada por meio do exercício de uma cultura autogestionária, solidária e horizontal.

A prática pedagógica utilizada na Escola Moderna estava em sintonia com os princípios apresentados anteriormente a partir de alguns elementos centrais que distinguiam as experiências racionalistas das demais escolas orientadas por correntes pedagógicas tradicionais ou escolanovistas. Os passeios ao ar livre, guiados pelos professores pelas ruas da cidade de São Paulo, estimulavam a observação atenta da realidade social, estimulavam a produção textual dos alunos e reforçavam valores associados ao classismo e a solidariedade. A exploração do trabalho era tema de estudos, a partir da observação do cotidiano da cidade e da vida do trabalhador, por meio dos passeios com as crianças pela cidade. Reproduzimos abaixo alguns textos escritos pelos alunos da escola.

#### O Pedreiro

Se não fossem os pedreiros não veríamos essas lindas casas, esses gigantescos monumentos arquitetônicos que embelezam as avenidas, ruas e praças da cidade.

O pedreiro é um operário que vive trabalhando para dar conforto aos seus semelhantes. Constrói muros, casas, pontes, palácios de muitos andares, etc.  
(...)

Mas acontece que nem todos têm casas para morar com sua família, havendo até alguns que moram em cortiço.

(João B. Rocca, 12 anos. O INÍCIO, 1928)

#### Fábrica de Vidros

Na fábrica de vidros fabricam-se copos, jarras, floreiras, cálices, telhas de vidro, tinteiros, fruteiras, paliteiros e muitos outros objetos de utilidade doméstica. O vidro fabrica-se com soda e areia, e alguns produtos químicos.  
(...)

O trabalho na fábrica de vidros é ruim.

---

46 Cf. GALLO, Sílvio. *A Pedagogia do Risco*: : experiências anarquistas em educação. Campinas: Papirus, 1995, p. 117-118.

Os operários que trabalham na fábrica de vidros sofrem muito, principalmente as crianças, que vivem muito mal tratadas e queimadas. (Arthur Moraes, 11 anos. O INÍCIO, 12/10/1922)

Fundamental, para complementar esta produção textual a partir da realidade social da cidade, era o espaço criado para publicação dos textos dos alunos da Escola Moderna nº 1. Nesse sentido, o jornal *O Início*, cumpria importante papel pedagógico ao dar vazão aos escritos das crianças. Substituído em 1918 pelo *Boletim da Escola Moderna*, além de trazer contribuições dos alunos, também eram publicados textos saudando datas importantes para o universo político que orientava a escola, sobretudo as datas ligadas a grandes figuras e acontecimentos ligados a luta do povo contra a opressão, destacando-se a Comuna de Paris, a Abolição da Escravatura e a morte de Ferrer.

Outro princípio praticado, trazido da Escola Moderna de Barcelona foi a coeducação dos gêneros. Esse princípio orientava a ruptura com o sexismo implícito na prática pedagógica tradicional que consagrava a desigualdade estrutural e condenava as mulheres a determinadas posições no mundo do trabalho. Uma visão crítica sobre a coeducação dos sexos nas Escolas Modernas de São Paulo, destaca a implementação processual deste princípio:

Se a Escola Moderna figurou como um importante instrumento de luta anarquista no Brasil, em relação à mulher sua intenção também aparece como arma para combate do Estado e da Igreja. E mesmo que a Escola Moderna N.1 também possuísse o objetivo de instruir o gênero feminino, a implementação das aulas de costura e bordado denotam uma distorção das ideias propostas por Ferrer. (MORAES et al, 2013, p. 125)  
[...] Se nos primeiros anúncios apareciam turmas divididas por gênero, ao longo do tempo essa questão parece ter sofrido alterações, como vimos num anúncio de 1917. No *Boletim da Escola Moderna*, de 1918, as turmas do período matutino mostram-se todas mistas, enquanto o noturno possuía apenas homens matriculados. (Boletim da Escola Moderna. São Paulo, 13 out. 1918. p. 4) Em relação ao jornal *O Início*, é possível conferir a presença feminina em sua elaboração, e também registro de participação das meninas de cursos mais avançados nas atividades da escola. Porém, em relação ao curso noturno, essa figuração aparece apenas em doações de prendas, enquanto os alunos do período ficavam responsáveis por exercícios mais críticos. (SILVÉRIO, 2016, p. 50-51)

Por fim, cumpre destacar a profunda crítica aos exames, presente na coordenação das Escolas Modernas de São Paulos, em sintonia com o princípio do racionalismo de Ferrer que defendia uma educação sem prêmios e sem castigos. Dentre o grupo de militantes que compunham o núcleo coordenador das Escolas Modernas de São Paulos, destacamos os

aportes de Adelino de Pinho quanto a este tema. Sintetizando o cerne da crítica a cultura bacharelesca, o elemento distintivo da educação racionalista em relação as demais correntes pedagógicas novamente se evidencia. O classismo e a defesa do trabalho como um dos elementos fundantes que se liga à um projeto de uma nova sociedade ficam evidenciados na posição do anarquista português.

como toda espécie de prêmios, é contrário, é prejudicial, é daninho, atentatório às regras da pedagogia moderna. São coisas que só serve para tornar as crianças vaidosas, pedantes – aquelas que o obtém. As outras, as menos hábeis, as menos aptas para o ensino que lhes dão – essas são lançadas para o lado e perseguidas com dichotes e epítetos de todas as espécies de feitiços.

[...] o talento é uma coisa imaterial, como querer prezá-lo, medi-lo, compará-lo? Todos têm sua utilidade em existir. Têm-se talento e habilidade numas coisas, e é tapado ou inábil em muitas outras – é o que é. Por isso, nós, que não temos empenho senão em dar a maior soma de saber e conhecimentos a todos, e que sabemos que o conhecimento não precisa de documentos que o atestem, senão de fatos que o provem, condenamos os castigos.

[...] os trabalhadores devem cogitar em não fazer de seus filhos burocratas. Os trabalhadores devem esforçar-se sim, mas de fazer de seus filhos uns bons trabalhadores manuais, bem hábeis nos seus misteres, bem aptos nos seus ofícios, capaz de viver trabalhando e lutando.

[...] O seu braço (do trabalhador), auxiliado pela inteligência remove todos os obstáculos; rasga canais, perfura túneis, aplanam montanhas, cava lagos, sulca o oceano. E tudo isto sem diploma! (PINHO, 2015, p. 26, 35)

Foi a cargo deste “português atarracado”<sup>47</sup> que a direção da Escola Moderna nº 2 foi deixada. Criada em 1913, inicialmente foi instalada na Rua Muller, nº 74, no bairro do Brás, e posteriormente transferida para a Rua Oriente, nº 166. A Escola Moderna nº 2 “apresentava-se como um instituto de ensino racionalista, assentado no método indutivo, demonstrativo e objetivo e baseado na experimentação e nas afirmações científicas e raciocinadas”. Há ainda informações quanto a estrutura material da escola. “Quanto ao mobiliário [...] a Escola Moderna nº2 [possuía]: trinta e três carteiras, dois quadros-negros, uma mesa, quatro cadeiras, um armário, uma escrivaninha, dois cabides, duas estantes, um globo geográfico e oito mapas” informações aferidas a partir do “Balancete da Sociedade Escola Moderna de São Paulo”, publicado n’A Lanterna (14/2/1914, p. 2)” (PERES, 2004, p. 121-123). Com relação a grade curricular e aos horários, a Escola Moderna nº 2:

---

47 A pecha provém da caracterização de Antônio Cândido acerca da personalidade de Adelino de Pinho. Cf. CANDIDO, Antônio. Teresina e seus amigos. São Paulo, Paz e Terra, 1996, p. 51.

Mantinha apenas uma aula diurna, das 12 às 16 horas, efetuando-se as inscrições para novos alunos entre 10 e 12 horas e entre 16 e 18 horas. A grade curricular compreendia as seguintes matérias: leitura, caligrafia, gramática, aritmética, geometria, geografia, botânica, zoologia, mineralogia, física, química, fisiologia, história, desenho, etc (*A Lanterna*, 22/08/1914). Além da lista das matérias, o Comitê Pró-Escola Moderna comunicava às famílias as grandes linhas curriculares da Escola Moderna N.º 2: “Educação artística intelectual e moral; conhecimento de tudo quanto nos rodeia; conhecimento das ciências e das artes; sentimento do belo, do verdadeiro e do real; desenvolvimento e compreensão sem esforço e por iniciativa própria” (*A Voz do Trabalhador*, 10/02/1914, p. 8). Estava prevista também a aquisição de um museu e de uma biblioteca, permitindo que os meninos se exercitem nas diversas matérias e garantindo um “maior progresso e facilidade do ensino”. Na tarefa educativa, buscava-se também estabelecer relações permanentes entre a família e a escola, “para facilitar a obra dos pais e dos professores”. Estas relações da escola com a comunidade escolar dar-se-ia através de: “reuniões em pequenos festivais, nos quais se recitará, se cantará, e se realizarão exposições periódicas dos trabalhos de alunos: entre os alunos e os professores haverá palestras a propósito de várias matérias”, garantindo-se assim que os pais pudessem conhecer “os progressos alcançados pelos alunos” (*A Voz do Trabalhador*, 10/02/1914, p. 8). O programa de ensino seria complementado por sessões artísticas e conferências científicas. (PERES, 2004, p. 123-124)

O tema da coeducação dos gêneros e a emancipação feminina também figuram como tema importante nas atividades desenvolvidas pela Escola Moderna nº 2, como podemos constatar pela realização de “uma sessão de propaganda na Escola Moderna nº 2 com o tema A mulher na família e na sociedade, desenvolvida por Florentino de Carvalho. (Sessão de propaganda racionalista na Escola Moderna nº 2. *A Lanterna*. São Paulo, 24 jan. 1914. p. 2)”. O mesmo periódico em seu próximo número confirma “o sucesso da conferência, dita como bastante concorrida e proveitosa. (A reunião de propaganda da Escola Moderna nº 2. *A Lanterna*. São Paulo, 31 jan. 1914. p. 3)” (SILVÉRIO, 2016, p. 53).

Existem poucas informações sobre a Escola Moderna nº 2, porém, por meio desta sumária apresentação é possível notar que a demanda, os horários e os períodos em que os cursos eram oferecidos eram mais amplos na Escola Moderna nº 1. Isso porque a prioridade do Comitê Pró-Escola Moderna era consolidar um polo que difundisse o ensino racionalista. Isso não significou um descomprometimento com os princípios que sustentam a educação racionalista na escola dirigida por Adelino de Pinho.

Em outubro de 1919 ocorreria o incidente que seria utilizado como mote para o fechamento da Escola Moderna nº 1 e da Escola Moderna nº 2. Em uma casa no Brás, uma bomba caseira explodiu matando quatro militantes anarquistas. Um deles era José

Alves, diretor da Escola Moderna de São Caetano. O ocorrido foi utilizado como pretexto para o fechamento de todas as iniciativas escolares dos libertários, calcada na argumentação de que estas instituições não estavam cumprindo as exigências legais para seu funcionamento e faziam propaganda anarquista. A acusação de propaganda subversiva e anarquista foi estendida a outros militantes a frente de experiências escolares o que embasou a ordem de fechamento expedida pela Diretoria da Instrução Pública do Estado de São Paulo.

João Penteado entrou com um pedido de Habeas Corpus para revogação do fechamento da escola, argumentando a inconsistência dos argumentos apresentados pela justiça, como pode-se perceber no trecho da peça de defesa apresentada pelo advogado de João Penteado, Dr. Luiz Quirino, quando do fechamento da escola:

Pretende a Secretaria da Justiça e Segurança Pública haver apurado que ele visa ‘a propagação de ideias anárquicas e a implantação do regime comunista’. Impossível seria que alguém colimasse, ao mesmo tempo, dois objetivos tão antagônicos. (...) a Escola Moderna, dirigida pelo paciente, é um estabelecimento de ensino leigo, racionalista, livre pensador, mas que não se envolve no cultivo das teorias anarquistas. A supressão brusca e sem motivo alega de funcionamento por ilegalidade e abuso de poder, emanada da Secretaria da Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo. (CALSAVARA, 2004, p. 298)

A justiça negou o pedido de Habeas Corpus, alegando que João Penteado já possuía ficha criminal e era considerado subversivo. Permaneceu sustentando a linha argumentativa da divulgação de ideias anarquistas pela escola, forjando uma denúncia proveniente de um suposto responsável por um aluno da escola e assim respondeu ao pedido:

A investigação policial constatou que já havia prontuário sobre o Professor João Penteado, fichado pela Polícia da Capital. O diretor da Instrução Pública declarou que a escola regida por João Penteado, assim como a que era regida por José Alves, anarquista morto na explosão da rua João Moemer, bem como a de Adelino de Pinho, faziam propaganda de ideias subversivas, ‘conforme V. Ex. poderá verificar pelos boletins inclusos e pelas declarações de Ângelo Castrucci, pai de Benedito Castrucci, aluno matriculado na escola dirigida por João Penteado (CALSAVARA, 2004, p. 209)

A despeito das tentativas de reverter à decisão judicial, por parte de João Penteado,

as escolas foram fechadas. No entanto, isso não frustrou o militante anarquista, obstinado no objetivo de retomar a Escola Moderna nº 1. Ele fundaria em 1920 outro estabelecimento de ensino. Adelino de Pinho colaborou com a nova instituição escolar fundada por Penteado antes de mudar-se para Poços de Caldas.

Estas não foram as únicas instituições criadas na cidade de São Paulo neste período. Diferentemente da Escola Moderna nº 1, que possui fartas documentações com informações relevantes para pesquisas, a Escola Nova possui pouquíssimas informações disponíveis a seu respeito. Fundada na Mooca, tinha Florentino de Carvalho como diretor. Estima-se que foi fundada entre 1914 e 1915.

Em janeiro de 1915, informam os jornais consultados, tiveram início seus cursos complementares e científicos, com as aulas de higiene a cargo do Dr. Alegrette; uma conferência do professor Saturnino Barbosa sobre a formação geológica da Terra – “sem se afastar das teorias de Lamarck, Darwin e Haeckel” – e a previsão de cursos de história universal e economia social sob responsabilidade do Dr. Roberto Feijó. (PERES, 2010, p. 115)

Em 1915, o jornal anarquista *A Plebe* conclamava seus leitores a contribuir e apoiar as escolas livres. As atividades desenvolvidas em algumas das escolas também eram divulgadas, o que permitiu aferir que a Escola Nova, dirigida por Florentino de Carvalho, sediava atividades de outros grupos, articulações e práticas educativas, tais como o Centro Feminino Jovens Idealistas e a Sociedade Universidade Popular Racionalista.

O Centro Feminino, coordenado por Maria A. Soares (irmã de Florentino de Carvalho) estava empenhado em “dar início a aulas dominicais gratuitas, de instrução primária, para mulheres e meninas, e fundar uma pequena biblioteca que contribua para dar maior impulso à obra da escola e do próprio Centro” (*A Lanterna*, 10/7/1915, p. 3 e 4). As aulas dominicais ocorreriam das 13 às 15 horas, provisoriamente nas dependências da Escola Nova.

A *Lanterna* também noticiou um festival promovido pela Associação Universidade Popular de Ensino Racionalista. Ocorreu no salão Almeida Garrett, dia 9

de abril de 1916 (domingo), às 9 horas, com uma conferência sobre o problema da educação infantil e a questão social, além de recitativos, cantos e música orquestral. O professor Florentino de Carvalho, da Escola Nova, fez um pequeno discurso “sobre a obra de nossas escolas, que tendem a libertar as crianças do jugo do domínio religioso e estatal” (*A Lanterna*, 15/4/1916, p. 2). (PERES, 2004, p. 137)

Do ponto de vista dos grupos especificamente libertários, o Centro Feminino de Jovens Idealistas foi muito importante, participando ativamente da luta pela emancipação da mulher, mas tomando parte também nas campanhas antimilitaristas no contexto da Primeira Guerra Mundial, na luta pela jornada de trabalho de 8 horas, nas campanhas pró-presos e deportados, além de promover festivais de propaganda e solidariedade à operários e suas famílias em caso de doença, desemprego e/ou perseguição política, contribuindo ainda com a criação de escolas livres e racionalistas e no desenvolvimento do teatro operário (COLHADO, 2017, p. 184-185).

Era muito comum que as mulheres tivessem um grau de instrução muito baixo, por vezes inexistente, no que diz respeito aos elementos mais básicos da instrução. Portanto, a emancipação feminina perpassava, na visão destas militantes, a emancipação intelectual e moral da mulher. Condição que dentro do sistema capitalista era bastante dificultada pelo conhecimento ofertado pelo Estado, que reforçava as desigualdades, a submissão e a noção de inferioridade das mulheres. Pensando nisso é que

as libertárias formaram grupos de educação feminina, criaram salões de leitura e salas de alfabetização em espaços improvisados em suas casas ou associações de classe e foi nesse contexto, com base nos princípios de Francisco Ferrer, que as escolas livres – ou Escolas Modernas foram criadas em todo o país. Teresa Maria Carini (a Teresina) e Maria Angelina Soares participaram ativamente das Escolas Modernas da Água Branca e do Brás, respectivamente. Angelina dirigiu, com seu irmão – Florentino, a Escola Moderna do Brás. (COLHADO, 2017, p. 194-195)

A Escola Nova foi fechada em 1917, no contexto da repressão imediata ao grande movimento grevista deflagrado naquele ano. Florentino de Carvalho, um dos mais ativos militantes do movimento operário do período e diretor da Escola Nova, foi preso e deportado para a Europa. Com o objetivo de impedir a utilização de ferramentas jurídicas de defesa como pedido de habeas corpus, a polícia transferia as escondidas esses militantes para prisões nas cidades de São Paulo e Santos. Os pertences apreendidos com os operários foram roubados pela polícia, não retornando aos seus proprietários. Ainda antes da deportação, o tratamento aos presos políticos era draconiano e semelhante a tortura, conforme o relato do próprio Florentino de Carvalho publicado em *A Plebe* quando do seu retorno após a conquista do habeas corpus.

O "tratamento" recebido pelos prisioneiros foi de espancamentos, objetos pessoais roubados, mantidos seminus nas celas e submetidos a uma péssima dieta alimentar. Algumas celas eram úmidas, gélidas e sem nenhuma ventilação; outras, com privadas em seu interior exalando odor pútrido e com grades dispostas de maneira a permitir a entrada das intempéries. A dieta, por outro lado, algumas vezes consistia em um pouco de feijão mal cozido com carne podre e, no jantar e no café da manhã, uma caneca de "café" com um pedaço de pão. Nestas prisões Florentino de Carvalho adquiriu uma gastrite que lhe causava fortes dores. As prisões sofridas por ele no Brasil e na Argentina, os espancamentos e demais violências policiais resultaram no mal que lhe atormentou a vida por longos anos, terminando por ser a causa de sua morte. (NASCIMENTO, 2000, p. 28)

Após o período de prisão no Brasil, submetido às condições degradantes e sem o mais básico direito a defesa seguiu-se a deportação. Reproduziremos um trecho que impacta pela nitidez que o relato proporciona ao leitor, no que diz respeito à evidente e bárbara lógica persecutória e classista da justiça burguesa:

Retomemos, contudo, os acontecimentos da deportação de 1917. O navio *Curvello* saiu de Santos em 30 de outubro de 1917 levando como prisioneiros em seus porões Florentino de Carvalho, Francisco Arouca, Antônio Nalepinski, José Fernandes, José Lopes, Zeferino Oliva, Virgílio Fidalgo, José Sarmiento e Francisco Ghicco. O *Curvello* passou por várias cidades do Brasil e do mundo. Em sua rota de deportação o referido navio ancorou em Recife, capital do estado de Pernambuco no Nordeste brasileiro. Nesta cidade Florentino de Carvalho, Antônio Nalepinski e Francisco Arouca fogem do navio com a ajuda da tripulação. Porém esta tentativa é frustrada pois são recapturados pela polícia recifense, sendo levados à delegacia onde são violentamente espancados. [...]

Ainda nas prisões de Recife, os três anarquistas receberam de trabalhadores daquela cidade um exemplar do jornal *A Plebe*, além de um auxílio financeiro. No dia seguinte foram embarcados no *Avaré* com destino a Nova Iorque passando antes pelas ilhas Barbados. Ao chegarem àquela cidade, encontraram um companheiro de ideias de nome Cícero que se encontrava detido na imigração desde o início da guerra por causa de suas ideias pacifistas, internacionalistas e anarquistas. Ainda em Nova Iorque receberam visitas de trabalhadores da União dos Operários Industriais do Mundo, que tentaram desembarcá-los a fim de que pudessem se estabelecer naquela cidade, sendo impedidos pelos governantes. Foi necessário o uso de força para embarcar Florentino de Carvalho e Antônio Nalepinski no *Avaré* para viagem de volta à então capital federal brasileira, o Rio de Janeiro.

[...] Em sua viagem de volta ao Brasil, o *Avaré* ancora em Belém, capital do estado do Pará. Florentino de Carvalho e Antônio Nalepinski tentaram pela segunda vez, a fuga. Mas esta tentativa também fracassou uma vez que a sentinela impediu a saída dos dois prisioneiros do navio, mesmo como apelo da tripulação. Depois de Belém, o *Avaré* ancora em Recife aonde os prisioneiros receberam a visita de companheiros operários daquela cidade. A seguir o navio segue para o Rio de Janeiro. A terceira tentativa deu-se em janeiro de 1918 quando o *Avaré* ancorou no Rio de Janeiro. Auxiliados pela

tripulação e por trabalhadores da cidade, Florentino de Carvalho e Antônio Nalepinski. empreendem fuga bem sucedida dando fim a um longo período de prisão e peregrinação por vários portos 'sem que nenhum destes tivessem aceito o' desembarque dos prisioneiros. (NASCIMENTO, 2000, p. 29-30)

Com essa breve apresentação dos violentos revezes que assolavam os militantes que atuavam no movimento operário e nas escolas racionalistas de São Paulo podemos nos aprofundar nas posições que cada um deles defendeu em seus escritos públicos, buscando justamente estabelecer essa vinculação entre a prática política no campo sindical e no campo educativo. Dessa maneira, buscaremos apreender as possíveis implicações que tais posições teriam exercido no núcleo específico que se responsabilizou diretamente pelas escolas racionalistas da cidade de São Paulo, bem como perceber a continuidade entre ambas as esferas de atuação destes militantes, percebendo como política e educação se articulavam na teoria e na prática desses militantes anarquistas.

### **3.4 As Escolas e seus Diretores**

Como pode-se perceber, a ação política de militantes comprometidos com a transformação social era diretamente impactada pela conjuntura social e política de onde atuavam. Isso porque o sindicalismo revolucionário e as práticas educativas faziam parte de um projeto amplo de transformação social, em que a revolução social almejada deveria necessariamente pôr a baixo todas as formas de exploração e dominação. Isso implica a construção de um projeto capaz de pensar todas as esferas estruturadas da vida social, conformando uma proposta que dê conta da complexidade desta realidade. Foi pensando nisso que alguns militantes assumiram a responsabilidade coletiva de viabilizar a realização de determinadas experiências, em consonância com esse projeto mais amplo de luta pela revolução social e por uma nova sociedade.

Destacamos algumas das experiências que se concretizaram naqueles primeiros anos do século XX e agora buscaremos apresentar a trajetória de alguns daqueles que tomaram parte destas iniciativas. Trataremos da trajetória de João Penteado, Adelino de Pinho e Florentino de Carvalho por meio de uma abordagem que busque identificar a conciliação das posições políticas com as leituras pedagógicas desses militantes. Esse tipo de abordagem não é inédita e, na pequena, mas promissora bibliografia especializada no estudo sobre as Escolas Modernas de São Paulo apresentou diferentes abordagens. Fernando Antônio Peres (2004,

2010) apresenta uma leitura que identifica a trajetória de João Penteado com o aspecto religioso da personalidade deste militante. Com grande enfoque nos temas relacionados ao espiritismo, assunto de interesse de Penteado, essa abordagem observou as alianças políticas no campo social por meio de um prisma que partiu do aspecto religioso para o aspecto político e a partir da individualidade deste militante generalizou as conclusões para o anarquismo enquanto corrente político ideológica. Uma evidência contundente e problemática desta abordagem é associar o anarquismo ao puritanismo protestante, por meio de ilações de preceitos éticos, sem que, no entanto, houvesse qualquer referência material que evidencie a origem ou as conexões entre essas doutrinas.

Essencialmente, o autor confunde a aproximação prática ou tática dos militantes anarquistas, impostas pela conjuntura colocada em cada situação no contexto político, econômico e social em que se inseriam com uma suposta flexibilidade ideológica-doutrinária. Estabelece assim, relações de identificação entre a ideologia anarquista e o protestantismo, o liberalismo, o espiritismo etc. Prescinde do debate histórico quanto à fundamentação e consolidação do anarquismo, bem como dos debates internos que nortearam o seu desenvolvimento, fundamentando sua perspectiva em abordagens que justamente propõem essa vinculação. Só é possível estabelecer uma comparação deste tipo partindo da compreensão dos debates internos da corrente anarquista, de suas práticas, acordos, acúmulos, balanços etc. que se consubstanciam, em grande medida nas obras de seus militantes e teóricos, o que é relegado a segundo plano nessa abordagem.

Essa comparação confunde elementos, colocando em um mesmo conjunto coisas distintas entre si. A crítica dos anarquistas aos jogos, ao alcoolismo, a prostituição e aos demais vícios partia da constatação de que eram mecanismos de dominação do Estado que tinham por objetivo criar uma cultura de submissão ao status quo e desviava o trabalhador da consciência dessa dominação. A identificação de libertinagem com as atividades exercidas em bordéis ou em cabarés e a oposição dos anarquistas a essas atividades se enquadram nessa crítica. O ascetismo protestante e a moral para o trabalho são sinônimos de salvação no reino dos céus, coisa que os anarquistas jamais defenderam. No que diz respeito a noção de liberdade sexual sem libertinagem atribuída aos anarquistas, já parte de um estatuto moral burguês que condiciona o limite entre um e outro. Os anarquistas experimentaram, por vezes sem sucesso, outras formas de estabelecer seus relacionamentos afetivos, respeitando as individualidades, a liberdade da mulher, opondo

críticas aos impulsos de possessão e autoridade entre companheiros, etc. Há, nesse sentido, uma confusão entre anarquismo e liberalismo por conta da confusão ocasionada pela ideia de que o anarquismo não possui um corpo doutrinário fixo, compondo-se por diversas matrizes ideológicas.

Por outro lado, temos abordagens que tratam a questão através de uma perspectiva mais adequada – em nossa perspectiva, ainda que a maioria das pesquisas no campo da educação libertária no Brasil ainda reproduza equívocos e imprecisões contidas nas grandes obras que tratam do anarquismo enquanto corrente político-doutrinária. Essa parte da bibliografia reconheceu os aspectos parciais da personalidade de militantes e opções táticas de grupos em determinados contextos históricos dentro do seu próprio desenvolvimento, em uma perspectiva relacional, produzindo leituras que buscavam uma explicação fundada na totalidade das relações analisadas e não na generalização de determinados elementos isolados conformando uma hipótese explicativa.

Com essa perspectiva, Calvara (2012) se propõe a concentrar sua análise sobre a trajetória de Penteado na “militância anarquista do educador e as formas de resistência que encontrou para continuar atuando junto aos seus companheiros de luta”. Argumenta que ser “espírita não era algo que diminuía sua importância ou seu papel como líder libertário. Não era algo que imprimia a ele uma nova identidade”. Longe de estabelecer uma dicotomia entre um João Penteado espírita e anticlerical e outro anarquista, a pesquisadora ressalta a coerência entre as duas instâncias que compunham a posição política do educador anarquista, afirmando que o anticlericalismo e o anarquismo se entrecruzam pela postura de ambos colocarem-se “contra a dominação da Igreja, contra o controle social e político exercido pela Igreja Católica. Desta foram observa-se que esses anarquistas souberam conciliar espiritualismo e anarquismo” (CALSAVARA, 2012, p. 37-38). Com essa apresentação da abordagem adotada podemos iniciar a apresentação da trajetória e de alguns elementos que constituíram o seu pensamento e a sua prática política.

Em 4 de agosto 1877, nascia em Jaú, João Camargo Penteado. Filho de uma família tradicional da cidade teve sua primeira experiência no campo da educação através da atuação como alfabetizador. Mudou-se para São Paulo com sua irmã Sebastiana Penteado, que também foi professora e fundadora da Escola Moderna nº1. João Penteado possuía formação primária e autodidata quando assumiu a função de professor em Jaú. Estava envolvido com o centro operário da cidade e era redator de *O Operário*, jornal da agremiação.

Possivelmente convidado por Ristori, assumiu a direção da Escola Moderna nº1, e foi a partir do contato com este militante que Penteado se aproximaria do anarquismo anos antes. Peres (2010, p. 88) descreve a aproximação de Penteado com as ideias libertárias a partir de uma conferência realizada pelo experiente militante anarquista Oreste Ristori em 1907, na cidade de Jaú. O evento foi elogiado pelo educador por meio de correspondência com o jornal *La Battaglia*. Com base no que pudemos apurar a partir da leitura de textos com elementos biográficos e de textos públicos na imprensa operária, é possível afirmar que João Penteado se inseria no campo da corrente organizacionista do anarquismo e era partidário do sindicalismo revolucionário enquanto estratégia de massas. Posições que orientavam sua prática política desde a primeira década do século XX e se fortaleceram nas duas décadas seguintes.

Já em 1909, assinava a autoria de dois textos no jornal *A Voz do Trabalhador*. Um deles denunciando a demissão injusta de um trabalhador da Mogiana de Campinas, outro tratando da defesa da organização sindical dirigida aos ferroviários. Ao que tudo indica a organização de um sindicato do setor era um objetivo estratégico previamente definido pela Confederação Operária Brasileira, visto que em outras edições posteriores o mesmo apelo foi veiculado, contando com a argumentação de outros articulistas. No texto, Penteado argumenta:

Não é sem motivo que escrevo estas linhas. Também sou operário, também trabalho para cavar o pão de cada dia. Pertença a grande falange dos que trabalham e, por isso, justo é que me interesse pela organização das classes operárias do Brasil.

Neste caso então, é bom lembrar aos companheiros que o sindicalismo é a forma melhor adaptável as nossas necessidades atuais, a exemplo do que observamos no movimento operário francês, que atualmente se encontra em fase de verdadeira prosperidade.

[...] É preciso, urge uma reação contra a exploração do capitalismo. E essa reação poderá ser efetuada pela organização operária sindicalista, que nos garante o maior êxito possível.

E tanto isto é verdade que até os nossos inimigos tremem de medo quando ouvem falar em organizações operárias segundo o plano iniciado e já posto em prática pela Confederação Operária Brasileira, que está agindo atualmente de um modo tão digno como louvável, tendo conseguido adesão de muitas associações, que a ela se filiará. (PENTEADO, 1909)

Calsavara (2012, p. 161) destaca a atuação de Penteado no sindicato dos gráficos em 1920. Por meio de um texto intitulado “Apelo aos Gráficos”, o militante anarquista reforçava

a necessidade da organização dos trabalhadores contra o capitalismo. Reforçando o fator da participação ativa em detrimento de uma simbólica contribuição sindical, Penteado sustentava que os trabalhadores deveriam “[...] tomar parte nas deliberações, discutir, idealizar planos e iniciativas, manter o sentimento de solidariedade”. Era necessário “maior união entre os gráficos e as demais associações de classe, maior reciprocidade de esforços, pois isso garantiria o mais certo triunfo das lutas contra a exploração capitalista”. Em outras publicações na imprensa operária sua concepção organizacionista e sindicalista fica patente.

Apresenta *O Trabalhador Graphico* como veículo central das ideias de interesse não somente dos gráficos, mas de todos os trabalhadores. O seu apelo aos gráficos é apresentado como um franco e decidido incitamento para a obra de reivindicação dos direitos dos trabalhadores. Trata também da organização de uma biblioteca na sede da associação a fim de que os companheiros pudessem se reunir e se instruir sobre as questões sociais, trocar ideais, estreitar as relações entre seus membros. Orienta os companheiros que recebem instrução através da associação a continuar a obra em suas próprias casas educando seus filhos, sendo exemplos de solidariedade, de amor a causa da justiça.

[...] Através das associações os trabalhadores poderiam lutar por uma causa comum, ter mais força diante dos exploradores do povo e combater o capitalismo. Também poderiam, através do exercício da solidariedade, lutar pela emancipação proletária, educando, orientando, instruindo e preparando os nossos companheiros de trabalho para a grande luta contra os nossos inimigos, que são as castas exploradoras e parasitárias. Trata desse assunto em texto sobre Organização Operária, publicado em 26 de março de 1921. (CALSAVARA, 2012, p. 161, 164)

A perspectiva organizacionista de Penteado se espalhava inclusive para a organização das crianças sistematicamente excluídas do sistema escolar estatal e desassistidas pelas experiências mais adequadas aos filhos da classe trabalhadora, as racionalistas. Propondo uma forma organizativa para que as crianças que trabalham possam ter acesso a algum tipo de educação não formal, constatada a dificuldade das escolas racionalistas atenderem a demanda à época. A tarefa ficaria a cargo das associações operárias que buscariam reunir os aprendizes aos domingos na sede do sindicato, registrando-os e filiando-os a seção infantil da entidade operária:

Para dirigir o trabalho da organização do proletariado infantil se constituirá uma comissão ou conselho composto de membros das diversas organizações existentes nesta capital, que elaborará uma base de acordo e um programa educativo, devendo este consistir mais ou menos no seguinte: 1) – Cantos e hinos proletários; 2) – Recitação de Poesias e Monólogos; 3) – Contos,

anedotas e narrativas;4) – Palestras Educativas;5) – Festas periódicas durante o ano, nas quais devem tomar parte os aprendizes (...). (PENTEADO apud CALSAVARA, 2012, p. 166-167)

No campo ideológico, Penteado ressaltava o embate do anarquismo contra o status quo e a campanha de difamação contra esta ideologia que se legitimava entre outras coisas por meio do sentido comumente atribuído a palavra anarquia.

O povo, educado nessas escolas que ensinam essas mentiras, nascido e crescido sob a influência de uma educação falseada dos sãos princípios da justiça, habitou-se finalmente a crer nos professores, nos jornalistas e literatos assalariados, e por muito tempo pensou, mesmo sem refletir, no que sempre ouviu dizer sobre a Anarquia. Mas hoje, felizmente, mais do que nunca, está sendo bem compreendida a doutrina anarquista que, favoravelmente avança a passos acelerados para sua meta ideal, fazendo novos e verdadeiros triunfos, não só entre os trabalhadores que mais sofrem as consequências terrivelmente insuportáveis da condição social de nossos dias, mas até entre os intelectuais, em cujo número podemos incluir os respeitáveis nomes como Eliseu Reclus, Sebastião Faure, E. Malatesta, Pedro Gori, Fábio Luz, José Oiticica, Anselmo Lourenço, Luiza Michel e tantos outros que seria ocioso numerar. (PENTEADO apud CALSAVARA, 2012, p. 52)

Em 1922, foi publicado nas páginas do jornal *A Plebe* um manifesto de convocação para o agrupamento de forças dos anarquistas em uma organização específica intitulado *Os anarquistas no momento presente – definindo atitudes*. Assinaram esse documento destacados militantes do campo organizacionista do anarquismo tais como Rodolfo Felipe e Edgar Leuenroth. João Penteado também endossou a iniciativa sendo um dos signatários do chamado. Constatando que a incompatibilidade entre os resultados obtidos e o esforço empregado pelos anarquistas ao longo de três décadas era resultado da “falta de uma ação metódica, sistemática no trabalho de propaganda e organização” o grupo propunha um modelo organizativo para a ampliação da capacidade militante do “elemento libertário” se aproximava do dualismo organizacional inspirado na relação da A.D.S. com a A.I.T. como pode se constatar no seguinte trecho retirado do manifesto publicado em *A Plebe*: “Consideramos a Internacional, em sua dupla modalidade econômica e política, como o complemento necessário das organizações regionais constituídas, de um lado pelo conjunto dos sindicatos operários, e do outro por todos os partidos político-sociais.” (OS ANARQUISTAS..., *A PLEBE*, 18/03/1922, p. 1-4). O texto apresentava ainda a necessidade de unidade estratégica e programática, além da já mencionada unidade

ideológica.

Para que essa organização, desde os grupos, às federações e à união geral libertária, não tenha uma existência nominal, deve ficar assentado de maneira categórica que a inscrição nos grupos e destes nas federações e na união geral deve corresponder à obrigação do cumprimento regular do seu programa e das resoluções que por mútuo acordo forem tomadas.

A fim de que o nosso movimento possa adquirir uma homogeneidade necessária para o estabelecimento da disciplina moral exigida para o desenvolvimento de nossa ação, estabelecida por mútuo entendimento, julgamos que, aproveitando a experiência do passado a constituição dos grupos e a adesão destes aos organismos federais deve obedecer a um critério de cuidadosa seleção, com o fim de evitar a interferência em nosso meio de elementos não identificados com os nossos princípios ou de costumes duvidosos e, às vezes, até de agentes provocadores. (OS ANARQUISTAS..., *A PLEBE*, 18/03/1922, p. 1-4)

Após o fechamento da Escola Moderna nº 1, insistiu em sua paixão pela vida escolar e fundou a Escola Nova em 1920, herdeira afetiva da primeira escola fundada pelo educador. A escola mudou de nome e se adequou as mais diferentes circunstâncias passando a se chamar: Academia de Comércio Saldanha Marinho, depois Escola Técnica e Ginásio Saldanha Marinho e Escola Técnica Saldanha Marinho, até tornar-se o Colégio Saldanha Marinho, este último ativo desde os anos 1960 até 2002. Penteado continuou a trocar correspondências com seus companheiros de trincheira, a frequentar os espaços libertários como o Centro de Cultura Social de São Paulo na década de 1930 e a Nossa Chácara na década de 1950. João Penteado faleceu em 31 de dezembro de 1965, na cidade de São Paulo, no bairro do Brás, onde viveu a maior parte de sua vida.

Adelino Tavares de Pinho nasceu em 21 de janeiro de 1885 em Portugal, na província de Aveiro. Chegou ao Brasil em outubro de 1906, aportando, provavelmente, em Belém do Pará. Há indícios de que seu envolvimento com a militância anarquista começou ainda em Portugal. Foi guarda-livros e motorneiro, instruindo-se por conta própria só deixando de ser analfabeto na idade adulta. Dedicou-se à docência na maior parte de sua vida, começando sua trajetória na Escola Social, vinculada a Liga Operária de Campinas. Fundada em 1907 a fundação da escola contou com a presença de representantes da FOSP. No ano seguinte, Adelino de Pinho proferiu uma conferência intitulada “Pela educação e pelo trabalho”, onde discute os princípios elementares da educação racionalista. (PINHO, 2015, p.11-12)

Em 1911 Adelino de Pinho havia retornado à Portugal por circunstâncias

desconhecidas. Ahagon (2015, p. 143) especula alguns motivos que podem ter levado o anarquista português a tal viagem inesperada, impedindo até mesmo a despedida de amigos próximos. Uma primeira justificativa seria a repressão às movimentações grevistas na cidade de Campinas nos anos anteriores, no entanto motivações familiares não são descartáveis como razões da viagem, tendo em vista que as evidências apontam que Adelino de Pinho chegou ao Brasil sem qualquer família. Por fim, o sentimento antilusitano no Brasil também é apontado como uma das motivações da viagem. Entretanto, esse deslocamento para Portugal faz com que estreite laços com Neno Vasco, o que possivelmente contou como um dos fatores - aliado a sua experiência pedagógica e ao seu conhecimento do racionalismo - para que Adelino de Pinho fosse indicado como responsável pela Escola Moderna nº2.

Adelino de Pinho, como muitos anarquistas, frequentemente assinava seus textos com pseudônimos. O mais famoso deles era Pinho de Riga. Entretanto, também assinou textos sob o nome de Solárgeo Livre. Sua produção na imprensa operária veio a público em inúmeros jornais como *A Plebe*, *A Voz do Trabalhador*, *A Rebelião*, *Germinal*, *A Plebe* e *Ação Direta*. Além de temas relacionados ao anticlericalismo e a educação, o antimilitarismo é um tema recorrente nos escritos de Adelino de Pinho publicados na imprensa operária na década de 1910. Bem articulado com o papel da militância anarquista no campo da educação, concatenando o princípio do internacionalismo e da solidariedade de classes a prática pedagógica, o anarquista português afirmava que:

a causa primária desta hedionda matança que grassa na velha e suposta civilizada Europa, é a necessidade que os governos burgueses têm de satisfazer aos grandes fornecedores, aos grandes industriais, aos donos das grandes fundições, enfim a toda a casta de parasitas que vivem chupando o sangue dos trabalhadores, a seiva das nações, não trepidando em precipitar estas umas contra outras numa chacina canibalesca e interminável contando que disso resulte chorudos ganhos, fortunas nababescas, campo aberto a novos assaltos, a novas banditices, a novas roubalheiras. (PINHO, 1916).

A partir da constatação da verdadeira causa da guerra, as disputas entre imperialismos por uma melhor colocação na estrutura econômica global, era necessário um processo de ruptura revolucionária que superasse a exploração do trabalho e a desigualdade sistemática do capitalismo. Para isso, era necessário pensar a reestruturação moral da classe trabalhadora no âmbito cultural, de maneira complementar a organização orientada para o combate na luta de classes. É nessa perspectiva que se insere a crítica de Adelino de Pinho à cisão entre trabalho

manual e trabalho intelectual, juntamente com a crítica aos exames e aos diplomas, reivindicando o trabalho produtivo, aquele socialmente necessário como peça chave para a educação racionalista, apontando para a criação de um ser humano completo, preparado para a sociedade vindoura.

[...] O operário, com um cérebro para pensar, um coração para sentir, um braço para empunhar a ferramenta, é a única unidade de valor moral que se impõe, que se faz vegetar nesse pântano em que vegetamos.

A vida é uma troca perpétua. O homem está em relação de reciprocidade com o meio natural e o meio social, com o universo inteiro e os seus semelhantes. Não nasceu unicamente para conhecer, mas também para agir. Alternativamente ativo e passivo, dá-se e recebe; toma ideia nas coisas, e depois põe suas ideias em suas obras. Entra em comunidade de interesses, de sentimentos, de pensamentos com os outros homens, utiliza-se do trabalho de outrem, e, seguidamente, exerce sua atividade em proveito próprio e em proveito de todos.

[...] O homem deve ser, antes de tudo, um trabalhador para prover a sua alimentação, o seu sustento e o de sua família. Mas nem só de pão vive o homem. O homem tem necessidade de livros, de música, de estátuas, de pintura, de paisagens. Logo, a par dum trabalhador, devemos fazer um pensador. (PINHO, 2015, p. 26-35)

Assinando como Solárgeo Livre, escreve o texto “A carestia da vida: os financeiros e os politiqueros” onde critica a carestia de vida, responsabilizando o capital e o Estado pelo ônus repassado aos trabalhadores. Assinala a política de valorização do café as custas de financiamento público, isto é, dinheiro do povo, a prática de trustes e monopólios no refinamento de farinha, açúcar, arroz e outros produtos de primeira necessidade, e a especulação imobiliária fruto das tentativas de incorporação de grandes empresas como causas centrais da carestia de vida, além do próprio conflito mundial prestes a eclodir. Sustenta que a ação direta é a única forma de atenuar a carestia de vida, por meio da

greve geral de todos os trabalhadores, exigindo um aumento de salário proporcional no encarecimento da vida e uma diminuição ou isenção de direitos aduaneiros sobre os artigos de primeira necessidade”. [...] Greve de consumidores simultaneamente com a greve de produtores? Isso seria quase um início de revolução social para a qual o povo brasileiro nem sequer tem o preparo mais elementar!

Será talvez uma destas crises que lançará o fogo ao rastilho em uma nação como a França onde já existe a “minoria organizadora” capaz de encaminhar a revolução para o regime do comunismo libertário a que nós aspiramos.

[...] Mas enquanto isso não chega, nós devemos aproveitar estes momentos precários para fazer a propaganda do nosso ideal, pois é nestas ocasiões que as nossas palavras são ouvidas com mais atenção. (LIVRE, 1913)

Em outro texto intitulado “O que devemos fazer: aos anarquistas”, publicado na mesma edição incita a proatividade na propaganda anarquista nos meios operários e camponeses, seja pela ação de panfletagem e distribuição direta de materiais ou pela contribuição financeira destinada às publicações anarquistas. Faz uma crítica no sentido de converter anticlericais em propagandistas anarquistas, salientando que as iniquidades promovidas pela Igreja católica são “efeitos da desigualdade econômicas”.

Conclamando a mudança de orientação da propaganda anticlerical lança o questionamento “Devemos perder ainda mais tempo a combater o efeito sem revelar a sua causa?” (LIVRE, 1913).

No plano político, Adelino de Pinho se inseria no campo do anarquismo organizacionista. Ahagon (2015, p.172) destaca a concepção de autonomia operária contida nos escritos do anarquista português, destacando a necessidade premente da classe trabalhadora ter independência de ação diante do Estado, dos políticos profissionais, da Igreja e dos patrões como fator indispensável para o seu avanço de consciência. É nesse processo que o sindicalismo cumpre um papel fundamental, como campo de experiência concreta, matéria-prima privilegiada para o fazer-se da classe e conseqüentemente para o desenvolvimento da consciência de classe. Adelino de Pinho sustentava que a luta empreendida pelo:

movimento sindicalista e revolucionário deve-se aos esforços, aos sacrifícios e à abnegação dos militantes anarquistas que não têm poupado nenhuma dedicação, nem recuado de qualquer precalço, contanto que orientem o operariado brasileiro pela senda do caminho revolucionário, da luta de classes e da ação direta, que há de levar ao termo de sua regeneração e emancipação econômica, moral e física. (PINHO, 1919)

É difícil encontrar textos em que Adelino de Pinho efetivamente exponha sua posição acerca da melhor estratégia para atuação anarquista nos sindicatos. Entretanto, Ahagon (2015, p.175) com base em Azevedo (2002) levanta alguns indícios que sugerem a defesa da participação dos anarquistas nos sindicatos, mesmo considerando estes como entidades limitadas. A orientação revolucionária e de ação direta dessas entidades depende completamente da ação de seus militantes.

Adelino de Pinho falava dos anarquistas que haviam se distanciado dos sindicatos devido a rusgas pessoais, mas que retornaram anos depois, trazendo ao movimento operário tal incremento que foi necessária a ditadura de Salazar para contê-los. Pinho propunha, então, fundado no exemplo português, a ação conjunta que traria benefícios tanto aos sindicatos como aos grupos, sendo fundamental para estes últimos a experiência da rebeldia através do contato com a realidade dos trabalhadores. A prática sindical serviria como uma efetivação do anarquismo no presente, evitando-se o adiamento da efetivação do sonho libertário para um futuro remoto (AZEVEDO, 2002, p. 87).

Assim como inúmeros anarquistas que defenderam a participação nos sindicatos, considerando-os espaços privilegiados para a propaganda anarquista e sua expressão de massas, Adelino de Pinho defendia a militância sindical como disputa da orientação das entidades de classe em um sentido revolucionário, por meio de sua organização e prática, apontando para a transformação social, característica que não estava determinada de antemão nessas associações.

Então, só porque todos o usam (os sindicatos) para fins diferentes não presta? Numa época em que o anarquismo e o sindicalismo não existiam inventou-se a imprensa. Seria bom que só nós nos utilizássemos dela. A verdade, porém, é que ela serve a todos os partidos e a todas as seitas e a quem mais serviu e serve foi à religião católica e basta saber que o primeiro livro que Gutenberg imprimiu foi a Bíblia.

Vamos só por isso abandonar a imprensa? Só porque serve a todos vamos dizer que não presta e que está desacreditada?

Certamente o sindicalismo ou as associações de classe ou de resistência – deem-lhe o nome que queiram – precisa mais do que nunca – preparar-se para afrontar, debater, estudar, resolver e debelar questões prementes e formidáveis que a guerra e a presente crise social que avassala e abala o mundo burguês – [o capitalismo] produziu, provocou e avolumou, as quais precisam solução rápida e radical, do contrário a classe proletária ver-se-á precipitada, mergulhada e envolvida numa situação de miséria horrorosa, sem emprego, sem trabalho e sem pão. Não há outro dilema: Revolução ou Escravidão. (PINHO, 1934)

Nos anos 1930, após forte repressão do governo paulista ao movimento operário, na esteira da repressão ao movimento tenentista, a FOSP e o jornal anarquista *A Plebe* contaram com a participação ativa de Adelino de Pinho para sua reestruturação. Um policial infiltrado sustenta a argumentação da importância de Adelino de Pinho no processo de reabertura do periódico anarquista: “Ficamos sabendo que Rodolpho Felipe, na *Plebe*, não passa de simples

figura decorativa, porque quem tudo faz é um tal de Adelino de Pinho.” (Doc.2, Prontuário DEOPS-SP no. 04 – Adelino de Pinho). Não há informações precisas sobre a data de falecimento de Adelino de Pinho, no entanto, sabe-se que, assim como Penteado, frequentou seções de propaganda no Centro de Cultura Social de São Paulo e o espaço libertário conhecido como Nossa Chácara.

Primitivo Raymundo Soares nasceu em 1883, na província de Oviedo na Espanha, chegou ao Brasil em 1889, portanto, aos 6 anos de idade. Concluiu o ensino primário e tentou matricular-se na escola normal para prosseguir seus estudos, porém os poucos recursos da família inviabilizaram o projeto. Para evitar o ingresso no seminário, sugerido pelo pai, católico fervoroso, ingressou na Força Pública do Estado de São Paulo, aos 15 anos, em 1898. Deu baixa da corporação em que era sargento em 1901, após ter contato com textos anarquistas. No mesmo período, mudou-se com sua família para a cidade de Santos e começou a trabalhar nas docas, dando início a sua militância junto aos trabalhadores portuários. Porém sua frágil constituição física o obriga a mudar de ocupação, passando a trabalhar como tipógrafo, onde inicia seus estudos autodidata sobre os problemas sociais e suas causas.

Sua militância se inicia na cidade de Santos por volta de 1905, tomando parte ativa da mobilização dos trabalhadores santistas e sendo preso no mesmo ano, no contexto da repressão à greve dos carroceiros. Nos anos seguintes, há informações dispersas sobre a localização de Primitivo Soares, contidas nos relatórios do DEOPS e em um relato de Pinto Quartim. Segundo Pinto Quartim, em 1906, Primitivo Soares parte para a Argentina, instalando-se na cidade de Rosário de Santa Fé, atuando como secretário geral da Federação Operária daquela localidade. Um interessante dado consiste no fato de que foi essa mesma federação quem propôs, em 1905, no V congresso da FORA, a moção finalista que seria aprovada pelos congressistas naquele ano (COLOMBO, 2013, p. 89). No ano de 1907 constam dois registros de prisão, uma em outubro por propaganda anarquista, outra em dezembro por porte de arma. No ano seguinte, mais duas passagens no mês de setembro, ambas pela divulgação de manifesto anarquista. Entretanto, é possível que essas passagens pelo Brasil tenham sido temporárias, tendo em vista o engajamento no movimento operário Argentino, a função de secretário geral da federação operária, a contribuição com a imprensa operária e a contribuição na criação de uma escola racionalista em Rosário. Em 1910, duas prisões na cidade de São Paulo, a primeira em novembro por publicação de manifesto

anarquista e a segunda em 20 de dezembro para ser deportado para a Argentina por conta de seu envolvimento nas greves ocorridas na cidade de Santos e região. Segundo o relatório policial em 31 de dezembro, Primitivo teria sido deportado da Argentina para a Europa.

O navio que saiu da Argentina com destino à Europa, fez escala no porto de Santos. Os trabalhadores tomaram conhecimento que Primitivo Soares se encontrava no navio e buscam de toda forma retirá-lo de lá. Conseguindo comprovar que serviu na Força Pública do Estado de São Paulo, conseguem libertá-lo. A partir deste episódio adota o pseudônimo de Florentino de Carvalho. A vigilância policial sobre Florentino de Carvalho era constante, a ação policial mantinha sob observação meticulosa os trabalhadores que se destacavam nas lutas sociais. Retornando a cidade de Santos, “Florentino de Carvalho, juntamente com João Perdigão Gutierrez, Miguel Garrido, Carlos Zabalo, este peruano, e Antonio Vidal, uruguaio, deram uma orientação nitidamente anarquista ao movimento dos trabalhadores” (NASCIMENTO, 2000, p. 24). Em 1912 nova prisão e deportação ocorre por consequência da repressão à greve que irrompe em Santos e região. No final daquele ano Florentino de Carvalho retornaria ao Brasil clandestinamente onde participa de congressos, viagens de propaganda e outras ações no meio operário e libertário, estabelecendo debate crítico junto a outros militantes anarquistas sobre diversos temas, dentre eles, acerca do tema do modelo da organização operária. Segundo relato de Pinto Quartim, outra deportação teria ocorrido em 1913, no contexto da greve dos trabalhadores da Companhia das Docas de Santos. Não sabemos se trata-se da mesma deportação apontada em 1912 pelo prontuário do DEOPS, no entanto, segundo consta, essa deportação tinha como finalidade enviar Primitivo Soares para Lisboa. Isso explica o fato de suas contribuições no *Germinal* que não eram assinadas com pseudônimos acusarem a localização do articulista na capital portuguesa.

A essa altura, torna-se bastante compreensível a utilização de inúmeros pseudônimos adotados por Primitivo Soares. O mais notório deles é Florentino de Carvalho, no entanto, outros pseudônimos são atribuídos a ele, dentre os quais: João Crispim, Anhanguera, Graco, G. de Mortillet, C. Denoy (NASCIMENTO, s/d, p. 15). Como vimos, há alguma polêmica em torno da atribuição do pseudônimo de João Crispim à Primitivo Soares. Entretanto, é inegável a semelhança nas posições defendidas por ambos no que diz respeito a discussão do finalismo nos sindicatos. É mais do que factível a hipótese arrolada, além da farta argumentação apresentada anteriormente, ainda há o depoimento de Pinto Quartim, que atesta a presença de Primitivo Soares no 2º Congresso Operário Brasileiro, ocasião em que se conheceram. Nesse

congresso, João Crispim atuou como delegado da FOLS e foi responsável pela apresentação da moção finalista colocada em pauta naquela ocasião. Sob o mesmo pseudônimo, como vimos, engajou-se em um debate com Neno Vasco, defendendo o finalismo anarquista nos sindicatos. No período contribui com os periódicos *A Rebelião*, *Germinal* e *A Revolta*.

Durante o ano de 1914, segundo *A Voz do Trabalhador*, João Crispim excursionaria pelo interior do estado de São Paulo. Durante cerca de cinco meses (de maio a outubro) dedicou-se a essa tarefa. A viagem ampliou-se a Minas Gerais, fazendo propaganda do jornal anarquista *A Rebelião*, dispondo-se a também fazer propaganda de *A Voz do Trabalhador*. Dentre as cidades que receberam a visita do militante estão Jundiaí, Casa Branca, Cravinhos, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Batatais, Pontal, Franca, Conquista, Uberaba, Igarapava, São Joaquim, Mococa, São João da Boa Vista, Poços de Caldas, Espírito Santo do Pinhal, Amparo, Itapira, Socorro e Serra Negra. Após breve descanso no início de agosto quando retorna à São Paulo, em meados desse mês João Crispim retoma a excursão de propaganda. A última menção às excursões data de 01/10/1914, mas trata exclusivamente do final do itinerário de José Elias da Silva – também militante da COB, radicado em Alagoas - pelos estados da região nordeste do país. Mesmo sem saber o período exato que João Crispim excursionou, é correto afirmar que passou boa parte do ano de 1914 em viagens pelo interior de São Paulo e por cidades de Minas Gerais.<sup>48</sup> Entre 1914 e 1915 é fundada a Escola Nova, no bairro da Mooca. Ao que tudo indica, devido ao refluxo no movimento operário foi um período de relativa liberdade para a ação militante de Primitivo Soares, a frente da direção desta escola racionalista. Nesse período, contribui ainda com o periódico anarquista *A Vida*.

Em 1916, nova discussão estratégica contava com as proposições Florentino de Carvalho, naquele ano, este militante debateria com Ângelo Bandoni, colega do grupo editorial de *Guerra Social* e da Aliança Anarquista, defendendo a necessidade da atuação anarquista nos sindicatos, posição que era relativizada e considerada incoerente com a propaganda anarquista na visão de Bandoni. Nesse período, atuou em diversas comissões formadas pelo movimento operário, tais como: a Comissão pró-Ensino Racionalista, Comissão Contra a Exploração de Menores, Comissão Contra a Lei de Expulsão de Estrangeiros, Comissão de Agitação Popular, Comissão pró-Presos Políticos, Comissão de Defesa Proletária entre outras. Esta última formada no contexto da greve geral de 1917 foi a espinha dorsal organizativa do movimento em São Paulo, impulsionada em grande medida

---

48 Cf. EXCURSÃO de Propaganda. *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 15/05/1914; 01/06/1914; 20/08/1914.

pela Aliança Anarquista, organização específica anarquista que contava com a participação de Florentino de Carvalho. Como vimos anteriormente, Florentino de Carvalho foi preso e deportado no contexto repressivo pós greve de 1917, o que provocou o fechamento prematura da Escola Nova, por ele dirigida. Além de escrever para o periódico *Guerra Social*, também contribuiu com *A Plebe*, ficando encarregado de sua direção durante o período que Edgar Leuenroth, seu diretor original, esteve preso por conta das mobilizações grevistas de 1917 (NASCIMENTO, 2000, p. 33).

A intensa repressão ao movimento operário e a vigilância específica sobre militantes de destaque como Florentino de Carvalho provocaram a necessidade de intensa circulação tanto no Brasil, quanto na região do cone sul. Viagens de propaganda pelo interior dos estados brasileiros se misturavam a migrações forçadas por conta da repressão, inclusive à países vizinhos na América Latina, estabelecendo contato direto com militantes operários e anarquistas da Argentina e Uruguai. Além de discussões e palestras e da propaganda anarquista, a divulgação de jornais anarquistas e operários se dividiam como múltiplos objetivos de Florentino de Carvalho, buscando fortalecer a organização e a luta operária em cada localidade que passava.

Em seu depoimento, Jaime Cubero, militante anarquista que conviveu com conhecidos, alunos e familiares de Florentino de Carvalho, afirmou ter ele fundado várias escolas por onde andava: no interior de vários estados brasileiros e mesmo fora do Brasil. Rodrigues<sup>49</sup> registra ter sido ele fundador e professor da Escola Moderna do Brás e da Escola Nova na Móoca, ambas na capital paulista. Em outra obra Rodrigues<sup>50</sup> registra a criação, em 1915, da Universidade Popular da Cultura Racional e Científica pelos professores Antônio C. Pimentel, Saturnino Barbosa, Florentino de Carvalho e o Dr. Roberto Feijó, advogado. Esta universidade localizava-se ao lado da já citada Escola Nova. Luizetto<sup>51</sup> afirma ter Florentino de Carvalho dirigido a Escola Moderna nº 1 durante a ausência de seu diretor, o professor João Penteado, no ano de 1917. Entretanto *A Plebe*, que noticiava a substituição da direção da referida escola, só o faz até 11 de agosto de 1917 pois na edição de nº 09 desta data registra o retomo do professor João Penteado à direção daquela escola. (NASCIMENTO, 2000, p. 30-31)

Florentino de Carvalho foi um defensor assíduo do organizacionismo, polemizando com individualistas e antiorganizacionistas, defendendo a centralidade da inserção social para o sucesso do projeto anarquista. Apontava que pior que os inimigos de classe e os adversários

49 Cf. Rodrigues, Edgar. Nacionalismo e Cultura Social. Rio de Janeiro; Laemmert: 1972.

50 Cf. Rodrigues, Edgar. Os Libertários: Ideias e Experiências Anárquicas. Petrópolis; Vozes: 1988.

51 Cf. LUIZETTO, Flávio. O Movimento Anarquista em São Paulo: a Experiência da Escola Moderna nº 1 (1912-1919); In: Revista Quadrimestral de Ciências da Educação, nº24 - agosto/1986.

ideológicos no meio dos trabalhadores era a covardia e a hesitação que determinadas posições anarquistas suscitavam, prescindindo de construir a inserção social no movimento operário. Outro fator de autocritica levantado por Florentino de Carvalho ao movimento anarquista foi o sectarismo, ou a forma de lidar com as divergências dentro das próprias fileiras do anarquismo. Segundo Nascimento (2000, p. 130), para Florentino as “discussões quanto aos diferentes métodos de luta social propostos pelos anarquistas eram intermediados, algumas vezes, com contendas, críticas violentas e irônicas. Criticou esta situação, advertindo ser a crítica mordaz e dissolvente daninha ao progresso e à difusão do anarquismo”. Nesse aspecto podemos compreender melhor a noção de anarquista sem adjetivos de Florentino de Carvalho, por meio de uma visão não sectária das diferentes concepções estratégicas, mas sem abdicar das convicções e de projetos condizentes com elas.

Antevendo momentos de grandes crises no país devido ao aumento da miséria, da fome, do desemprego e da carestia de vida, Florentino de Carvalho registrou a "eclosão de protestos por todo o Brasil". Entretanto tais protestos não resultaram em frutos duradouros e consistentes por "falta de uma poderosa organização proletária e uma superior cultura popular". (NASCIMENTO, 2000, p. 130)

O fortalecimento de uma organização operária forte e de referência, bem como o fomento de uma cultura autogestionária aparecem como objetivos primordiais na perspectiva de Florentino de Carvalho. Como afirmamos anteriormente, este militante não abdicou de propagar e construir uma linha estratégica para a atuação anarquista no movimento de massas. E sua perspectiva estava diretamente relacionada a militância sistemática e enraizada nos sindicatos operários. Porém, não bastava atuar nos sindicatos, era necessário imprimir uma linha que não só se aproximasse dos princípios e do funcionamento idealizado pelos anarquistas era necessário conferir um objetivo finalista e programático explicitamente anarquista as entidades de classe. Tal perspectiva fica evidente na crítica a Ângelo Bandoni que sustentava a incompatibilidade entre anarquismo e sindicalismo e às perspectivas estratégicas pautadas na “neutralidade” sindical, característica da maioria dos sindicatos no Brasil no período, fortemente referenciada na prática política da CGT francesa.

[...] Florentino de Carvalho desenvolve polêmicas com seu companheiro de ideal Bandoni. Para ele, Bandoni equivocava-se ao sustentar ser o sindicato contrário ao ideal anarquista. Apesar das críticas contundentes e reservas declaradas quanto às limitações próprias da natureza do sindicalismo,

Florentino faz questão de evidenciar sua rejeição às ideias de Bandoni, acrescentando constituir o sindicato um dos espaços da prática libertária e solidária. A seguir, ao registrar defender Bandoni a luta pela conquista das reivindicações dos trabalhadores, lança-lhe uma questão procurando saber como se dariam as conquistas dos trabalhadores sem a existência de uma organização efetiva dos trabalhadores.

[...] Critica também a CGT francesa a qual, ao dizer-se propulsora do "movimento sindicalista internacional", estabelece princípios não tão claros quanto aos seus reais objetivos. Citando os dois princípios da organização francesa, nosso autor compara-os com as declarações de princípios da Associação Internacional dos Trabalhadores. Desta comparação conclui ter feito a COT francesa "incalculáveis progressos para trás". Diante da clareza dos princípios da Primeira AIT, a organização francesa apresentava princípios dúbios, que não esclareciam, de fato, a orientação e objetivos por ela perseguidos. Sua ação não se dava no sentido da emancipação dos oprimidos. (NASCIMENTO, 2000, p. 131)

A defesa da atuação anarquista nos sindicatos não faz com que Florentino de Carvalho se furte a colocar as críticas aos limites do sindicalismo realçando a amplitude que o anarquismo apresenta para a construção de um projeto de transformação social profunda.

Florentino de Carvalho procurava orientar os despossuídos quanto aos caminhos, métodos e formas de se alcançar a liberdade, justiça, igualdade e fraternidade social, eliminando todos os fatores de dominação, engano, aviltamento e degeneração individual e social. Assim, não bastava conhecer os caminhos dos objetivos desejados. Imperativo era também conhecer os caminhos que os conduziriam para longe dos objetivos de emancipação social. Desta maneira não se cansava de alertar o proletariado quanto a eventuais desvios dos objetivos libertários. Elaborou, assim, profundas reflexões expondo a importância dos sindicatos advertindo-os, ao mesmo tempo, para as limitações da natureza do sindicalismo. O sindicalismo funciona como uma barreira aos horizontes de libertação dos oprimidos, pois é essencialmente corporativista. A questão social não se limita aos aspectos econômicos. Portanto os trabalhadores não deveriam limitar-se às reivindicações sindicais. O sindicato deveria ser "uma agremiação incipiente, de funções muito restritas, e, a luta, e bem assim, as aspirações sindicais, estão longe de preencher as necessidades requeridas pelas reivindicações capitais e decisivas do proletariado". O sindicalismo é apenas mais um meio de luta dos explorados na conquista da emancipação social, traduzindo uma luta parcial. Contudo, esta parcialidade significava mesmo a limitação do sindicalismo, enquanto o anarquismo possuía largos horizontes incluindo tudo o que dissesse respeito ao ser humano, à vida de relação. (NASCIMENTO, 2000, p. 133)

Florentino de Carvalho apresentava uma concepção não sectária de anarquismo, o que não o impediu de se posicionar com relação a melhor linha estratégica em determinados momentos, defendendo um anarquismo amparado pela experiência histórica da classe

trabalhadora que tem seu início na AIT. Dessa maneira, defende um anarquismo de massas que construa sua inserção social entre os trabalhadores, nos sindicatos, porém aponta os limites dessa inserção e a necessidade do aspecto ideológico no projeto de transformação social anarquista, que deve extrapolar a esfera econômica. Florentino de Carvalho sintetiza o objetivo finalista do anarquismo como a descentralização e socialização do poder sobre os meios de produção e da estrutura organizativa da sociedade como um todo.

O simples fato de adotar, incidentalmente, as organizações operárias como meio, fator de emancipação da humanidade, me obriga, de modo algum, a arvorar o rótulo de sindicalista, que fica bem unicamente aos indivíduos cujas aspirações não vão além da luta de classes, do melhoramento econômico ou de uma organização social futura sobre as bases puramente sindicalistas.

[...] A definição sintética do anarquismo resume-se na socialização das terras, dos instrumentos de produção e de consumo (comunismo), na socialização dos poderes (ausência de governo), da justiça, na socialização das nações, das pátrias, constituindo a pátria universal.<sup>52</sup> (CARVALHO apud NASCIMENTO, 2000, p. 141, 144)

No que diz respeito à educação, Florentino de Carvalho apresenta uma visão ampla de educação que não se restringe ao conhecimento livresco e a escolarização, embora tivesse envolvido na criação de inúmeras escolas e da Universidade Popular no Brasil. Nesse sentido, defendia uma que o pressuposto básico da educação libertária era a experiência, como método de conhecer o mundo e refletir sobre o próprio conhecimento.

A educação para ele abrangia todos os aspectos da vida de relação e não se reduzia apenas aos conhecimentos tecnológicos e técnicos. As greves, as organizações proletárias, as comissões, os jornais e revistas operárias redundavam em experiências educativas. Em cada uma destas atividades exigia-se união, conjugação de esforços, solidariedade e demais predicados da sociabilidade. Todos estes fatores são imprescindíveis no processo revolucionário, constituindo elementos eminentemente educativos. Desta maneira a educação possui contornos bastante amplos, estando em relação direta com os elementos de libertação e emancipação social. Por isso mesmo a educação deveria ser objeto de reflexão de todos os trabalhadores, devendo estes criar e difundir "novos métodos de instrução e educação.

[...] Uma educação libertária objetiva criar, possibilitar e facilitar a existência de uma "cultura racional", Noutras palavras, um conhecimento fundamentado na experiência, na verificação concreta. de seus postulados e no raciocínio humano, não em dogmas religiosos, filosóficos ou metafísicos. Para o estabelecimento de uma verdadeira cultura é imperativo "criar ao redor da infância um ambiente de justiça, de independência e de estética que

---

52 Originalmente publicado em: Mentiras do Socialismo. ano II - nº 25-19/08/1916.

liberte dos vícios e dos preconceitos" e demais prejuízos da sociedade burguesa. (CARVALHO apud NASCIMENTO, 2000, p. 169)

Florentino de Carvalho duvidava da tese que afirmava ser a escola um lugar onde não se deveria reproduzir qualquer tipo de ideologia. Isso seria impossível por conta da realidade social que envolve a escola e a produz. “Por isso reivindicou da escola postura assumida de lutadora pela emancipação da humanidade em vez de ser elemento de conservação” (NASCIMENTO, 2000, p. 172). Mais do que uma escola anarquista, a escola deveria educar com base em um compromisso teórico com um método de experimentação, considerado o mais adequado para a produção de um conhecimento efetivamente livre de dogmas e aberto às descobertas. Mas também não poderia se furtar a olhar criticamente para a sociedade a qual estava inserida, percebendo os problemas a serem superados em uma sociedade fundada na exploração e na dominação.

Nos anos 1920, é constantemente forçado a se afastar da atividade militante por conta de problemas de saúde, porém ainda contribui com a imprensa operária, contribuindo com periódicos como redator do semanário *A Obra* e com textos em outros periódicos como *A Plebe* e *O Libertário*, esta última edição da Aliança Anarquista publicada no Rio de Janeiro em 1922. Na primeira metade desta década sua família se muda para o Rio de Janeiro. Fugindo da polícia paulista, em 1926 e 1927 Florentino participa, junto a outros militantes anarquistas atuantes em São Paulo, do 4º Congresso Operário Estadual do Rio Grande do Sul. É lá que publica seu primeiro livro em 1927. Em um compilado de textos escritos por Florentino de Carvalho e publicado na imprensa operária na década de 1930, organizado por Rogério Nascimento, é possível constatar a permanência do tema do finalismo anarquista nos sindicatos.

Ao tratar da “neutralidade” defendida pelo sindicalismo revolucionário, tece ácidas críticas ao que considera ser um economicismo estéril de associações como a CGT francesa em um texto dos anos 1930 em que cita Lopes Arango, destacado militante da FORA V, como argumento que sustenta a penetração ideológica nos sindicatos, afirmando que “o indivíduo vale pelo que pensa e não pelo que produz. Quer dizer, seu valor distintivo está no que o homem supõe como unidade consciente e determinante do progresso e não como fator cego e forçado da produção” (CARVALHO, s/d, p. 53). É nesse sentido que fundamenta sua defesa do finalismo, sustentando que

[...] se há sindicatos, organizações proletárias que estão pela revolução, que mantêm uma beligerância revolucionária, e cujos militantes são anarquistas, por que não hão de serem anarquistas em maior ou menor grau tais agrupações gremiais?

[Uma vez que] o sindicalismo não tem natureza própria - ao contrário do que não há muito afirmava um camarada - prova-o o fato de que pode ser social-democrata ou bolchevista, fascista ou católico, anarquista, etc. Não sendo mais que o nome dado ao movimento operário, ele terá o caráter que lhe infundam com a sua mentalidade e o seu temperamento as minorias ativas que o orientam. (CARVALHO, s/d, p. 55, 50)

E prossegue em sua análise acerca do sindicalismo, criticando, inclusive, os limites históricos da AIT, que segundo ele são reproduzidos pelos sindicalistas:

Que significação tem tido no movimento revolucionário a intitulada escola sindicalista? Em nossa opinião, provocou em quase todos os países um processo de involução, cujas projeções alcançam às lutas atuais e cujas consequências irremediáveis até hoje seria difícil calcular. Perante o juízo e a comprovação de todos oferecem-se, por exemplo, a situação do proletariado francês e as tortuosas atitudes do bloco possibilista espanhol durante quinze anos, se não se quer dar crédito à nossa opinião. Segundo o nosso entender, o sindicalismo, malgrado as suas pretensões de nova teoria, não representou senão a volta ao primitivo e estreito conceito corporativista da AIT. (CARVALHO, s/d, p. 51)

Afirma que a revolta contra a exploração do capital sobre o trabalho é muito frágil e incapaz de determinar uma diretiva combativa e classista que efetivamente se projete em um sentido revolucionário que, segundo seu exemplo está consubstanciado nos sindicatos anarquistas que adotaram o finalismo na Espanha, na Argentina e no Brasil:

Pois bem; dita atitude de rebeldia incipiente poderá projetar-se numa reta sem limites, ou poderá ser desviada numa curva que volva ao ponto de partida. Neste caso, estão os sindicatos orientados por tendências autoritárias, bem como os submetidos à égide do capitalismo (Federação Americana do Trabalho) ou sob a influência do Marxismo (Trade-Unions inglesas, Sindicatos vermelhos da Rússia); ou patrocinados por qualquer religião ou qualquer Estado. (Corporações gremiais católicas, fascistas, etc.). Distintamente, na primeira de tais situações, as organizações inspiradas pelo anarquismo e propulsionada a sua atividade por vontades anarquistas (Confederação N. do Trabalho de Espanha, F. O. R. Argentina, Federação Operária de S. Paulo, Brasil, etc.). (CARVALHO, s/d, p. 53)

A última correspondência de Florentino de Carvalho, uma carta de 1946, aponta que esteve no interior de São Paulo, na região de Marília, mais precisamente em um lugarejo que

viria a se tornar a cidade de Oriente. Florentino de Carvalho faleceu em março 1947, pouco depois de partir de Marília e chegar à São Paulo (NASCIMENTO, 2000, p. 31-32).

## Considerações Finais

Ao longo desta dissertação buscamos elementos que fundamentassem uma hipótese explicativa capaz de responder um questionamento levantado acerca de uma possível influência de debates estratégicos no campo sindical nos meios anarquistas sobre as experiências educativas impulsionadas por militantes dessa corrente ideológica na cidade de São Paulo. Em outras palavras, buscamos averiguar se as disputas e concepções no campo do sindicalismo de intenção revolucionária tiveram impacto na prática política de militantes anarquistas que compunham o grupo que coordenou a Escola Moderna nº 1, Escola Moderna nº 2 e a Escola Nova na década de 1910.

Para tanto, estabelecemos um quadro analítico da realidade social, cultural, econômica e política da cidade de São Paulo onde as experiências escolares analisadas se desenvolveram e, de maneira complementar, apresentamos o mesmo quadro relativo a cidade de Santos como polo em que a concepção finalista do sindicalismo se enraizou no período estudado e originou debates nos meios anarquistas quanto a melhor estratégia de massas para a atuação dos militantes desta corrente ideológica. Assim, a discussão da urbanização e da industrialização como fenômeno específico da conformação da classe trabalhadora se soma a imigração e a luta de classes como componentes fundamentais para a compreensão da conformação da classe trabalhadora em seus múltiplos setores de modo geral, e da classe operária em específico.

Nesse processo de fazer-se da classe trabalhadora é que se observa inúmeras experiências de mobilização, organização e luta ao longo das duas primeiras décadas do século XX, com uma dinâmica e uma complexidade próprias de um processo formativo em curso. Dessa maneira, buscamos, assim como parte da historiografia, restituir aos episódios, organizações, militantes e figuras em geral envolvidas nesses processos o status de agentes sujeitos as mais diversas vicissitudes em suas opções táticas e posicionamentos, justamente por viver aquelas situações, recusando, na medida do possível, o privilégio de pesquisador extemporâneo no julgamento das razões e motivações e dessa maneira rompendo com uma perspectiva historiográfica que tendeu a identificar o movimento operário e suas experiências anteriores a criação do PCB em 1922 como aventuras espontaneístas, desprovidas de objetividade e orientação.

Assim estabelecemos um quadro da correlação de forças do movimento operário com

o patronato, elaborando um panorama da luta de classes no período e localidades analisadas, a fim de compreender os movimentos de ascenso e descenso do movimento operário, a lógica dos próprios inimigos da classe trabalhadora na gestão das insurgências e na crescente organização buscada pelo proletariado, por meio do expediente repressivo, das prisões e deportações para outros países, trabalhos forçados em lugares ermos ou colônias penais.

Nesse cenário, a necessidade de trabalhar com um conjunto de conceitos adequados a tal análise nos levou buscar a fundamentação do fenômeno global do sindicalismo de intenção revolucionária, estratégia que é parte integrante da ampla tradição anarquista, a fim de compreender a complexidade de posições defendidas por anarquistas no âmbito da discussão estratégica da melhor maneira de atuar nos movimentos de massas. Constatamos a divisão entre duas grandes correntes no anarquismo brasileiro, uma organizacionista e outra antiorganizacionista. Esta última minoritária, passou por transformações ao longo da década de 1910, perdendo ainda mais espaço para o organizacionismo. Dentro desse campo, identificamos partidários de distintas concepções organizativas. Uma primeira vertente identificada com o que posteriormente alguns autores chamaram de dualismo organizacional, fundamentalmente consistindo na divisão de um nível de massas, em que estaria os movimentos sociais, arregimentando os trabalhadores como um todo e de um nível político-partidário, onde se articulariam os anarquistas com base em suas afinidades ideológicas e estratégicas. Outros acreditavam que a atuação nos sindicatos era suficiente para a realização da propaganda anarquista e a realização do seu projeto de transformação social, prescindindo de organizações específicas anarquistas mais consolidadas. Havia ainda um setor minoritário que era contrário a atuação em sindicatos, vendo-os como contrários aos objetivos anarquistas, defendendo que a propaganda anarquista ocorresse através de grupos de afinidades que dispensariam a mediação dos sindicatos para alcançar a classe trabalhadora.

Entre os anarquistas partidários da ação sindical estabelecemos duas perspectivas estratégicas gerais que permearam as posições defendidas no período que, na realidade, se manifestaram e se combinaram de maneira dinâmica, sem limitações estanques. O sindicalismo revolucionário, concepção combativa de um sindicalismo de ação e democracia direta, pautando-se pela “neutralidade” sindical na arregimentação de seus filiados e permitindo a discussão de ideias, desde que elas tentassem monopolizar a orientação do sindicato foi mais expressivo durante as duas primeiras décadas do século XX, tanto na FOSP e em seus sindicatos como na orientação da COB. Destacados militantes anarquistas ou não,

esforçaram-se por manter essa orientação nas entidades que participavam como é o caso de Neno Vasco, Edgar Leuenroth no campo anarquista e Giulio Sorelli no socialista foram importantes nomes que se destacaram na defesa desta concepção estratégica em São Paulo.

O finalismo anarquista, conhecido posteriormente como anarcossindicalismo, mostrou-se no período analisado um fenômeno com uma incidência específica e relacionada a uma experiência e prática política determinada pela dinâmica do movimento operário do período. O finalismo consolidou-se como um fenômeno transnacional de uma forma peculiar, pois rompeu com a ideia de uma concepção importada da Europa para a América. Sua difusão em terras brasileiras esteve mais diretamente relacionada a uma correlação entre países da América do Sul, com grande destaque para a Argentina e a FORA. Por meio de relações de solidariedade entre categorias de trabalhadores de ambos os países, a troca de periódicos e a circulação de militantes seja por motivos de propaganda, seja pela necessidade compulsória imposta pela repressão a adoção de objetivos finalistas explicitamente anarquistas nos sindicatos chegou ao Brasil com maior intensidade na década de 1910. Atribuimos um papel importante nesse processo a Florentino de Carvalho. Conforme pudemos apurar, as evidências materiais apontam que este militante foi um dos mais efusivos defensores do finalismo anarquista nos sindicatos no Brasil, tendo contato direto com o movimento operário argentino e atuando como secretário geral de uma federação operária fortemente orientada pelo finalismo em Rosário. Seu retorno ao Brasil e sua ação militante foi vital para que a FOLS apresentasse em 1913 aquela que pode ser considerada a primeira declaração finalista de uma federação operária no Brasil.

A trajetória da FORA, suas disputas internas e seus impactos nas experiências escolares impulsionadas pelas entidades filiadas, bem como sua influência no movimento operário brasileiro são importantes para estabelecer parâmetros que eventualmente pudessem fundamentar a possível observação de efeitos semelhantes a partir da experiência finalista no movimento operário de ambos os países. Aliado a isso, a figura de Florentino de Carvalho novamente se destaca por transitar com bastante destaque pelo campo da ação sindical, redação e distribuição de publicações anarquistas e tomar parte de experiências escolares de grande envergadura como as Escolas Modernas de São Paulo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se envolvia na coordenação da Escola Moderna nº 1 ou dirigia a Escola Nova, tomava parte de importantes eventos organizativos do movimento operário como foi o caso do 2º Congresso Operário, envolvia-se em acirrados debates em torno da melhor forma de atuar

no movimento operário, dentro ou fora dos sindicatos, por meio da neutralidade sindical ou adotando o finalismo anarquista nas associações operárias, etc.

Por tudo isso, percebemos na prática política de Florentino de Carvalho, bem como de João Penteado e Adelino de Pinho a íntima relação entre educação e política, orquestrada em um projeto de transformação social totalizante, englobando as esferas econômica, política, cultural e ideológica. Escolas racionalistas e a ação nos sindicatos se complementavam como parte de uma estratégia mais ampla que perpassava a elevação material e moral da classe trabalhadora, por meio da criação de uma cultura autogestionária, sendo os anarquistas o fermento que estimularia, por meio da luta de classes e das experiências de luta e organização a consciência de classe.

Com todos esses elementos é possível formular algumas linhas acerca da questão levantada. Havia, de fato, um complexo debate no movimento operário brasileiro e nos meios anarquistas que não se restringia ao Brasil que influenciou a criação, desenvolvimento e encerramento de experiências escolares racionalistas no período analisado. Os militantes que assumiram a direção das Escolas Modernas de São Paulo estavam, em maior ou menor grau, envolvidos com o debate do movimento operário e sindical. Entretanto, parece pouco prudente afirmar que havia uma dissonância no grupo de diretores dessas escolas, com base exclusivamente no afastamento de Florentino de Carvalho das Escolas Modernas nº 1 e nº 2 e a fundação da Escola Nova tempos depois. Primeiramente porque os anos de 1912 à 1914 foram matizados por prisões, deportações e excursões de propaganda que são justificativas mais que plausíveis para o afastamento de Florentino de Carvalho das escolas. Além disso, é notório nos escritos de Florentino de Carvalho e em sua prática política - como podemos perceber por meio das iniciativas em que se engajou – uma perspectiva não sectária, comprometida com a propaganda anarquista antes de tudo. Cumpre destacar a curiosa combinação do dualismo organizacional com o finalismo anarquista presentes na posição deste militante na década de 1910. Ao mesmo tempo em que defendia o comunismo anárquico como objetivo finalista dos sindicatos, tomou partido da Aliança Anarquista, organização específica anarquista, cuja finalidade era agrupar e potencializar a ação da militância anarquista no movimento de massas. Mais do que isso, em 1917, enquanto João Penteado se encontrava em excursão de propaganda, Florentino de Carvalho assumiu a direção da Escola Moderna nº 1, pouco antes de ser preso e deportado. Com tudo isso, é possível afirmar que Florentino de Carvalho realmente possuía uma posição dissonante do ponto de vista da

estratégia sindical mais adequada para a atuação anarquista em relação aos seus colegas, no entanto, parece pouco provável que isso tenha gerado celeumas internas e menos ainda que tenha motivado um afastamento do grupo específico que coordenou as escolas racionalistas na capital paulista.

De tudo isso, o que vale apreender ainda é a paixão e o comprometimento que militantes e pessoas esquecidas pela história oficial tiveram na luta por melhorias materiais, mas também culturais e educacionais para as e os de baixo. Que o resgate histórico dessas histórias sirva de combustível e inspiração para as lutas do presente, considerando que infelizmente, temas que pareciam há muito superados voltam a ordem do dia, criando a estranha sensação de um encontro peculiar entre passado e presente, avanço e retrocesso. Sigamos como os zapatistas, acreditando que outro mundo é possível, um mundo em que caibam todos os outros mundos.

## Bibliografia

ACRI, Martin; e CÁCEREZ, María. *La educación libertaria en la Argentina y en México (1861-1945)*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2011.

AHAGON, Vitor Augusto. *A Trajetória Militante de Adelino de Pinho: passos anarquistas na educação e no sindicalismo*. 202 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BAKUNIN, Mikhail. A Educação Integral. In: MORIYÓN, Felix Garcia (Org.). *Educação libertária: Bakunin, Kropotkin, Mella, Robin, Faure*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres Complètes*. International Institute of Social History, Netherlands Institute for Scientific Information Services, Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2000. (CD-ROM).

\_\_\_\_\_. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*. 2012. Disponível em <[https://uniaonanarquista.files.wordpress.com/2012/09/sc3a9rie\\_ba-fsat.pdf](https://uniaonanarquista.files.wordpress.com/2012/09/sc3a9rie_ba-fsat.pdf)> Acesso em 23 fev 2015.

\_\_\_\_\_. Catecismo revolucionário. 2013, disponível em <<https://pt.scribd.com/doc/258314956/Mijail-in-Catecismo-Revolucionario>> Acesso em 23 fev 2015.

\_\_\_\_\_. O Império Knuto Germânico. In: FERREIRA, Andrei Cordeiro.; TONIATTI, Tadeu Bernardes. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Alternativa, 2014.

BATALHA, Cláudio. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, v. 13, n. 23/24, p.87-104. Porto Alegre: 2006.

BERTHIER, René. *Poder, Classe Operária e "Ditadura do Proletariado"*. São Paulo: Imaginário/Faisca, 2010.

\_\_\_\_\_. *Teoria Política e Método de Análise no Pensamento de Bakunin: entrevista a Felipe Correa*. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2014. Disponível em: <<https://ithanarquista.files.wordpress.com/2014/11/renc3a9berthier-teoria-polc3adtica-e-mc3a9todo-de-anc3a1lise-no-pensamento-de-bakunin.pdf> >

BONOMO, Alex. *O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920 – 1935)*, 460 f. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: 2007.

CALSAVARA, Tatiana. *Práticas da educação libertária no Brasil: a experiência da Escola Moderna de São Paulo*, 2004, 279 f. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.

CANDIDO, Antônio. *Teresina e seus amigos*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

CARRÃO, Paulo. *A pedagogia anarquista brasileira*. s/d. Disponível em: <<https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/educa/05pedagogiabrasileira.htm> >

CARVALHO, Florentino de. *Anarquismo e sindicalismo*. São Paulo: Imprensa Marginal, 2008.

CASTRO, Rogério de. *Nem Prêmio, Nem Castigo: educação, anarquismo e sindicalismo em São Paulo (1909-1919)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

COLOMBO, Eduardo (org.). *Historia del Movimiento Obrero Revolucionário*. Buenos Aires: Anarres, 2013.

COLHADO, Samanta Mendes. *Anarquismo e feminismo: as mulheres libertárias no Brasil (1900-1930)*. In: SANTOS, Kauan William dos; SILVA, Rafael Viana da. (Org) *História Do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO. *Carta de Amiens*. 1906. Disponível em: <<https://elsalariado.info/2016/06/21/la-carta-de-amiens-1906/> > Acesso em: 15/03/2018.

CORRÊA, Felipe. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*. 2010. Disponível em: <[http://www.anarkismo.net/article/16164?print\\_page=true](http://www.anarkismo.net/article/16164?print_page=true) >.

\_\_\_\_\_. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*, 2012, 275 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. *Teoria Bakuniana do Estado*. São Paulo: Intermezzo / Imaginário, 2014.

COSTA, Emília Vioti da. *Estrutura Versus Experiência: novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*. 1989. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/159234/mod\\_resource/content/1/da%20Costa%20Estruturas%20vs%20Experiencia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/159234/mod_resource/content/1/da%20Costa%20Estruturas%20vs%20Experiencia.pdf)> Acesso em: 13 abr. 2017.

DEAN, Warren. *A Industrialização Durante A República Velha*. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 2, 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DIELO TROUDA. *A Plataforma Organizacional*. São Paulo: Faísca, 2017.

DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

DULLES, John Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e Conflito social: 1890- 1920*. São Paulo: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 1 e 2, 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré / FAPESP, 1991.

FAURE, Sebastien. La Ruche (A Colmeia). In: MORIYÓN, Félix Garcia (Org.). *Educação libertária: Bakunin, Kropotkin, Mella, Robin, Faure*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

\_\_\_\_\_. *A Síntese Anarquista*. In: Anarkismo.net, 2009. <  
<http://www.anarkismo.net/article/12392> >

FERREIRA, Andrei Cordeiro.; TONIATTI, Tadeu Bernardes. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. – Niterói : Alternativa, 2014.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Materialismo, Anarquismo e Revolução Social: o bakuninismo como filosofia e como política do movimento operário e socialista. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: 2013. Disponível em <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364431983\\_ARQUIVO\\_MaterialismoeAnarquismo\\_final.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364431983_ARQUIVO_MaterialismoeAnarquismo_final.pdf)> Acesso em: 27 out. 2016.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. *A Escola Moderna*. São Paulo: Terra Livre, 2014.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, p. 7-75, 1972.

FREGONI, Olga Regina. *Educação e resistência anarquista em São Paulo: a sobrevivência das práticas da educação libertária na Academia de Comércio Saldanha Marinho (1920 – 1945)*. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1982.

GALLO, Sílvio. *Pedagogia do Risco: experiências anarquistas em educação*. Campinas: Papirus, 1995.

GERALDO, Endrica. Políticas de Expulsão de Estrangeiros: Brasil e Argentina nas primeiras décadas do século XX. *Anais do XXI Encontro Estadual de História - ANPUH-SP*, Campinas: 2012.

GHIRALDELLI, Paulo. *Educação e movimento operário no Brasil*. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1987.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: 1889 – 1930 (documentos)*. Vol. 1: O movimento operário. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Editora, 1982.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (org.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The praxis of national liberation, internationalism and social revolution*. Leiden, Brill, 2010.

JENNINGS, J. R. *George Sorel: the character and development of his thought*. Basingstoke, UK: Macmillan, 1985.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. *Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na Primeira República*. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

KHOURY, Iara Aun. *As Greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1981.

KRAUT, Julia Rose. *Global Anti-Anarchism: The Origins of ideological Deportation and the Suppression of Expression*. Indiana Journal of Global Legal Studies: Vol. 19: Iss. 1, Article 7, 2012.

LEUENROTH, Edgar. *Anarquismo: roteiro de libertação social*. São Paulo: CCS-SP / Achiamé, 2007.

LEVAL, Gaston; BAKUNIN, Mikhail. *Bakunin: Fundador do Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2007.

LEVINE, L. *Syndicalism in France*. 2nd ed. New York: Columbia University Press, 1914.

LOPREATO, Christina. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. 281 f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

LUIZETTO, Flávio. *O Movimento Anarquista em São Paulo: a Experiência da Escola Moderna nº 1 (1912-1919)*; In: Revista Quadrimestral de Ciências da Educação, n024 - agosto/1986.

\_\_\_\_\_. *Utopias Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. Humana Editora, 2008.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquismo, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MATEUS, João. *O sindicalismo revolucionário como estratégia dos Congressos Operários (1906, 1913, 1920)*. 2013. Disponível em: <<https://ithanarquista.wordpress.com/2013/03/01/joaogfmateusosindicalismorevolucionari/>>

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Et al. Inventário de fontes das escolas dirigidas pelo educador anarquista João Penteado (1912-1961): dimensão pedagógica e contribuição para a história da relação trabalho e educação no Brasil. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 11, n. 1, p.117-142, 2011.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; CALSAVARA, Tatiana; MARTINS, Ana Paula. O ensino libertário e a relação entre trabalho e educação: algumas reflexões. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 38, n. 4, p.1-16, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/2012nahead/aop638>>

NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

NASCIMENTO, Selmo. *Greves e Lutas Insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário*. 334f. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

\_\_\_\_\_. *Crítica a Razão Dualista*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 1 e 2, 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

OLIVEIRA, Ivan Thomaz Leite de. A filosofia política de Bakunin e a pedagogia libertária: Reflexões acerca da Instrução Integral e da Escola Moderna de Barcelona, *Filogenese*, Marília, v, 7, n. 2, p.58-70, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/6ivanoliveira.pdf>>

\_\_\_\_\_. *O Papel da Educação Libertária Na Estratégia Anarquista: notas sobre a Escola Moderna nº1 e seus desdobramentos*. 2015. 119 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo revolucionário, anarcossindicalismo e suas implicações nas escolas modernas paulistas (1912-1919). In: Congresso de Investigadorxs Sobre Anarquismo, 1., 2016, Buenos Aires. *Actas...* Buenos Aires: Cedinci, 2016. p. 569 - 590. Disponível em: <<http://congressoanarquismo.cedinci.org/wp-content/uploads/2017/04/Actas-Final.pdf>>

PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)*. São Paulo: Livraria Martins Ed<sup>a</sup>, 1962. 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003.

PETERSEN, Silvia. *Cruzando Fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. Anos 90, n° 3*. Porto Alegre: 1995.

PERES, Fernando Antonio. *Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista na Primeira República*. 204 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação e Historiografia), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Revisitando a trajetória de João Penteado: o discreto transgressor de limites*, São Paulo, 1890 – 1940, 213 f. Tese (Doutorado em História da Educação e Historiografia) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2010.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; Hall, Michael. *A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930) – Documentos – Vol 1. O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

\_\_\_\_\_. O Proletariado Industrial na Primeira República. In FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 2, 4<sup>a</sup> edição. São Paulo: Difel, 1985.

PINHO, Adelino de. *Pelo Trabalho e Pela Vida*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2015.

PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969.

RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *El Anarquismo em America Latina*. Caracas: Ayacucho, 1990.

RAMOS, Renato; SAMIS, Alexandre. *Domingos Passos: O “Bakunin Brasileiro”*. Faísca: 2009. Disponível em: < <https://we.riseup.net/assets/160404/domingos%20passos%2C%20%20bakunin%20brasileiro.pdf> > Acesso em: 12 jun. 2016.

RICHARDS, Vernon (org.). *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Anarres, 2007.

RIDLEY, F. F. *Revolutionary Syndicalism in France: The Direct Action of Its Time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

ROBIN, Paul. *A Educação Integral*. In: MORIYÓN, Felix Garcia (Org.). *Educação Libertária: Bakunin, Kropotkin, Mella, Robin, Faure*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

\_\_\_\_\_. *Nacionalismo e cultura social (1913-1922)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.

\_\_\_\_\_. *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*. São Paulo: Global, 1984.

\_\_\_\_\_. *Os Libertários: Ideias e Experiências Anárquicas*. Petrópolis; Vozes: 1988.

\_\_\_\_\_. *O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

RUGAI, Ricardo. *Um Partido Anarquista: uma história da FAU*. Ascaso, São Paulo, 2012.

SAFÒN, Ramon. *O racionalismo combatente de Fransisco Ferrer y Guardia*. São Paulo: Imaginário, 2003.

SAMIS, Alexandre. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*. Lisboa, Letra Livre, 2009.

\_\_\_\_\_. *Clevelândia: Anarquismo, Sindicalismo e Repressão Política no Brasil*. São Paulo: Ed. Imaginário; Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo e Anarquismo no Brasil (1903-1934)*. 2013. Disponível em: < <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2013/01/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil.pdf> >

SANTOS, Carlos José Ferreira. *Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e pobreza 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Kauan dos. *Apontamentos sobre a construção do internacionalismo anarquista e sua disseminação e caráter no sul global: o caso brasileiro em perspectiva (1880-1910)*. 2014. Disponível em: < <https://ithanarquista.wordpress.com/2014/12/02/kauan-dos-santos-apontamentos-sobre-internacionalismoanarquista/> >

\_\_\_\_\_. *Paz Entre Nós Guerra aos Senhores: o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas *Guerra Sociale* e *A Plebe* na segunda década do século XX em São Paulo*. 178 f. Dissertação (Mestrado em História). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland: Ak Press, 2009.

SEYFERTH, Giralda. *A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos*. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 93, p. 175-203, 1995.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

\_\_\_\_\_. *Thompson, Marx, os marxistas e os outros*. In: THOMPSON. E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem Patrões: da Barcelona à Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras)*. 494 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA, Rodrigo Rosa da. Anarquismo, ciência e educação: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920). 2013. 279 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Rafael Viana. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

SILVA, Adhemar Lourenço. Escravidão, liberdade e cor nas sociedades de socorros mútuos (Rio Grande do Sul, 1856-1914). In: *Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”*. 2. s/d. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos2/adhemarsilvacompleto.pdf> Acesso em: 05 abr. 2017.

SILVÉRIO, Beatriz Rodrigues. *Renovar-se ou morrer: presença feminina na educação libertária em São Paulo na Primeira República*. 2016. 69 p. Monografia (Bacharelado em História) – Curso de História, Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2016.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

SOMBART, Werner. *Socialism and the Social Movement*. London/New York: 1909. Disponível em <http://ia902609.us.archive.org/29/items/socialismsocialm00sombuoft/socialismsocialm00sombuoft.pdf> Acesso em: 23 abr. 2018.

THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. Vol 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. A história vista de baixo. In: \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. Modos de dominação e revolução na Inglaterra. In: \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TOLEDO, Edilene. O Sindicalismo Revolucionário em São Paulo e na Itália: circulação de ideias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo. 494 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

\_\_\_\_\_. *Travessias Revolucionárias*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. In: TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre Educação Política e Sindicalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

VAN DER LINDEN, Marcel. Globalizando a Historiografia das Classes Trabalhadoras e dos Movimentos Operários: Alguns pensamentos Preliminares. *Trajeto*. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. I, nº 2, 2002.

\_\_\_\_\_. *História do Trabalho: o velho, o novo e o global*. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

VASCO, Neno; CRISPIM, João. *Os Anarquistas no Sindicato: um debate entre Neno Vasco e João Crispim*, Biblioteca Terra Livre; Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri (Org). São Paulo, 2014.

VOLIN. *A Síntese Anarquista*. In: Anarkismo.net, 2011. Disponível em < <http://www.anarkismo.net/article/20027> > Acesso em 23 ago. 2015.

WOODCOCK, George. *História das Ideias e Movimentos Anarquistas*. 2 vols. Porto Alegre: LP&M, 2002.

## FONTES

*A Plebe* (1917 - 1933)  
*A Voz do Trabalhador* (1908 - 1914)  
*A Lanterna* (1909 - 1917)  
*Germinal* (1913)  
*Guerra Sociale* (1915 - 1917)  
*A Guerra Social* (1911 - 1912)  
*A Revolta* (1913 - 1914)  
*O Libertário* (1919)  
*A Obra* (1920)  
*A Vida* (1914 - 1915)  
*A Rebelião* (1914)  
*A Sementeira* (1920)  
*O Início* (1922 - 1928)  
*Boletim da Escola Moderna* (1918 – 1919)

## ARQUIVOS CONSULTADOS

- APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- Arquivo João Penteadó – Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- CEDAP – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (UNESP)
- CEDEM – Centro de Memória e Documentação da UNESP